

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO**

**INTERSETORIALIDADE, SUSTENTABILIDADE E TERRITÓRIOS:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE PARTICIPAÇÃO
NO PROGRAMA ÁRVORE DA VIDA**

MARTIONEI LEITE GOMES

Belo Horizonte

Maio/2016

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

**INTERSETORIALIDADE, SUSTENTABILIDADE E TERRITÓRIOS:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE PARTICIPAÇÃO
NO PROGRAMA ÁRVORE DA VIDA**

Dissertação apresentada ao Exame de Qualificação do Mestrado Acadêmico em Administração do Programa da Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito para obtenção parcial do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Armino dos Santos de Sousa Teodósio

Belo Horizonte

Maio/2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

G633i	Gomes, Martionei Leite Intersetorialidade, sustentabilidade e territórios: um estudo de caso sobre participação no Programa Árvore da Vida / Martionei Leite Gomes. Belo Horizonte, 2016. 132 f.:il. Orientador: Armino dos Santos de Sousa Teodósio Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Administração. 1. Sustentabilidade. 2. Desigualdade social. 3. Participação social. 4. Comunidades - Desenvolvimento. 5. Responsabilidade social da empresa. 6. Administração pública. I. Teodósio, Armino dos Santos de Sousa. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título. CDU: 36.01
-------	--

Martionei Leite Gomes

**Intersetorialidade, Sustentabilidade e Territórios:
Um estudo de caso sobre participação no Programa Árvore da Vida**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Fundação Dom Cabral, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador Prof. Dr. *Armando dos Santos de Sousa Teodósio*
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Profª. Dra. *Ediméia Maria Ribeiro de Melo*
Centro Universitário UNA

Prof. Dr. *José Wanderley Novato Silva*
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Belo Horizonte, 13 de maio de 2016

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo dom e oportunidade de vivenciar belezas e desafios em que me colocou, com a certeza de não estar sozinho, dando uma positividade inefável ao meu olhar e agir no mundo.
Aos meus pais: Maria Gomes Leite e João Crispim Leite que tiveram a coragem de mudar radicalmente suas vidas deixando o campo, para me oferecer a oportunidade de construir um futuro diferente.

À minha esposa Hosana, filhos Catharina e Francisco que me apoiaram e acompanham de forma incondicional, souberam compreender minhas ausências e me fortaleceram nesta conquista.

A minha querida sogra Maria Souto Barbosa, exemplo de persistência e dedicação que através de suas orações e palavras tanto me incentivou a este momento.

Ao grande amigo Pe Gianni Fabbri, um dos primeiros que me incentivaram a estudar e a acreditar na positividade do mundo e do bem.

Ao amigo e companheiro José Douglas (Doguinha) meu segundo Pai na terra, que através do seu cuidado e atenção sempre me conduziu para o que é justo e bom.

Aos amigos Enrico e Lela pela companhia, confiança nos momentos de dificuldade e pela aposta no meu futuro profissional.

Aos amigos Giorgio e Stefania pela companhia, incentivo, exemplo de família, garra e estímulo em momentos felizes e complexos.

Ao meu eterno professor e amigo Aurélio Muzzarelli, exemplo de vida, sabedoria e incentivador ao mestrado e carreira acadêmica.

Aos casais amigos e de confraria Renato e Mirla, Helton e Viviane, quantas boas conversas e inspirações para esta conquista!

Aos amigos Bete e Dener, que sempre na fortaleza da sua presença me incentivaram a buscar este trabalho.

Aos amigos Marco e Daniela que através de sua disponibilidade me apoiaram substancialmente a concretizar este trabalho.

Ao meu amigo e companheiro de trabalho Ernane Marcos, que soube administrar minhas ausências em momentos complexos e de dedicação intensa ao mestrado, apoiando e colaborando para esta conquista.

A Fernanda Flaviana, que no momento chave me despertou e incentivou para o mestrado.

As organizações CDM e AVSI, seus diretores e corpo técnico do qual a cada dia buscam desenvolver tecnologias em prol de uma sociedade mais humana e digna.

Ao Marco Antônio Lage, Cleodorvino Belini e colegas da FIAT, pela oportunidade de trabalharmos juntos nestes últimos anos compartilhando objetivos e perseguindo resultados tão nobres.

À Comunidade de Jardim Terezópolis que nos acolheu tão bem, principal personagem desta história não somente pelo trabalho desenvolvido, mas sobretudo pela garra e dedicação de seus representantes, lideranças e moradores em construir uma comunidade melhor para esta e as próximas gerações.

Por último e, não menos importante, ao meu orientador, Armindo Teodósio (Téo), que pacientemente e com a persistência de um pai e mestre soube me conduzir por esta fascinante experiência acadêmica.

RESUMO

GOMES, M. L. (2016). *Intersetorialidade, sustentabilidade e territórios: um estudo de caso sobre participação no programa árvore da vida*. (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

O fenômeno da participação tem sido amplamente investigado na realidade brasileira, constituindo um campo de estudos proeminente nas Ciências Sociais, na Administração Pública e na Gestão Social. Porém, existem grandes lacunas quando são problematizados e discutidos processos de participação que se originam e desenvolvem em ambientes marcados pela intersectorialidade, ou seja, pela parceria entre atores do Estado, do mercado e da sociedade civil na construção de programas e projetos de sustentabilidade dos territórios. A presente pesquisa se dedica a entender os elementos facilitadores e dificultadores da participação em contextos de intersectorialidade. Para problematizar esse fenômeno, recorre-se como base teórico-compreensiva da pesquisa à abordagem da Nova Sociologia Econômica, à discussão da noção de território a partir dos estudos da Geografia e da sustentabilidade a partir da contribuição de diferentes autores que destacam o caráter endógeno e participativo que os processos de desenvolvimento de territórios em bases sustentáveis precisam engendrar. Trata-se de um estudo de caso do Programa Árvore da Vida, no município de Betim, Minas Gerais, que recorreu à estratégias quantitativas e qualitativas para coleta, tratamento e análise dos dados obtidos junto a fontes secundárias e primárias, com destaque para a aplicação de questionários junto ao público beneficiário do Programa e a realização de entrevistas semiestruturadas com atores do setor público, das empresas e da sociedade civil. O referido Programa trata-se de uma iniciativa de uma montadora de automóveis do município de Betim juntamente com Ongs e Governo para o desenvolvimento de ações que contribuíssem para o desenvolvimento Social da Comunidade de Jardim Terezópolis. Os resultados apontam avanços e desafios ainda persistentes na ampliação da participação em territórios marcados pela desigualdade e vulnerabilidade, bem como pela articulação conjunta de atores da sociedade civil, mercado e do Estado na construção de programas de sustentabilidade.

Palavras-chave: Intersetorialidade, Sustentabilidade, Participação, Responsabilidade Social Empresarial.

ABSTRACT

GOMES, M.L. (2016). *Intersectorialidade, sustentabilidade e territórios: um estudo de caso sobre participação no programa árvore da vida*. (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Participation has been extensively investigated in the Brazilian reality, constituting a field of prominent studies in Social Sciences, Public Administration and Social Management. However, there are large gaps when problematized and discussed participatory processes that originate and develop in an environment marked by intersectionality, ie the partnership between state actors, the market and civil society in building sustainability programs and projects of the territories . This research is dedicated to understanding the enablers and hindering participation in intersectoral contexts. To discuss this phenomenon refers to as theoretical and comprehensive research base to approach the New Economic Sociology, the discussion of the territory notion from the studies of Geography and sustainability from the contribution of different authors that highlight the endogenous character and participatory the territories development process on a sustainable basis must engender. This is a case study of the program Tree of Life in the city of Betim, Minas Gerais, which resorted to quantitative and qualitative strategies for collection, processing and analysis of data obtained from secondary and primary sources, with emphasis on the application questionnaires with the program of the beneficiary public and carrying out semi-structured interviews with actors in the public sector, business and civil society. That program it is an initiative of a car assembly plant in Betim city along with NGOs and government for the development of actions that contribute to the social development of the Community of Jardim Terezópolis. The results also indicate persistent advances and challenges in the expansion of participation in areas marked by inequality and vulnerability, as well as the hinge joint actors of civil society, market and the state in building sustainability programs.

Key-Words: *Intersectionality, Sustainability, Participation, Corporate Social Responsibility.*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Definições do termo Sustentabilidade

Tabela 2 - Definições do termo Capital Social

Tabela 3 - Quadro Teórico

Tabela 4 - Perfil dos entrevistados Pesquisa Qualitativa

Tabela 5 - Lista das instituições participantes da RDSJT

Tabela 6 - Caracterização dos participantes da amostra

Tabela 7 - Itens que mais pontuaram na pesquisa quantitativa

Tabela 8 - Itens que menos pontuaram na pesquisa quantitativa

Tabela 9 - Significância entre as variáveis para os grupos de lideranças e jovens

Tabela 10 - Significância entre as variáveis para os grupos jovens com idade abaixo e acima de 15 anos

Tabela 11 - Significância entre as variáveis para os grupos com mais e menos de dois anos de participação no programa

Tabela 12 - Agrupamento de variáveis em clusters resultantes do teste de análise multivariada

Tabela 13 - Fator participação segundo as variáveis sócio-demográficas

Tabela 14 - Discussão dos principais resultados encontrados

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Peça promocional de venda do condomínio
- Figura 2 - Vista da primeira casa do Jardim Terezópolis em 1956
- Figura 3 - Localização do Jardim Terezópolis no Município de Betim/MG
- Figura 4 – Jardim Terezópolis, Vilas Recreio e Bemge
- Figura 5 - Parcerias multilaterais
- Figura 6 - Atividades do Programa
- Figura 7 - Distribuição das Instituições que compõe a RDSJT no território.
- Figura 8 - Página Web do Portal Conexão Terezópolis
- Figura 9 - Workshop de construção da Visão do Programa Árvore da Vida
- Figura 10 - Fator participação versus tipologia de participante
- Figura 11 - Fator participação versus comunidades
- Figura 12 - Fator participação versus tempo de participação no Programa
- Figura 13 - Fator participação versus escolaridade
- Figura 14 - Fator participação versus raça
- Figura 15 - Fator participação versus renda mensal

LISTA DE SIGLAS

AVSI	Associação Voluntários para o Serviço Internacional
CDM	Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana
COMITECO	Companhia Mineira de Terrenos e Construções
FCA	Fiat Chrysler Automobiles
ha	Hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NSE	Nova Sociologia Econômica
OSC	Organização da Sociedade Civil
PPP	Parceria Público Privada
RDSJT	Rede de Desenvolvimento Social do Jardim Terezópolis
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SINE	Serviço Nacional de Empregos
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. MARCO TEÓRICO	25
2.1 - SOCIEDADE, SUSTENTABILIDADE E TERRITÓRIOS	25
2.2 - INTERSETORIALIDADE, PARCERIAS E COPRODUÇÃO	32
2.3 - PARTICIPAÇÃO	37
2.4 - ABORDAGEM TEÓRICO-COMPREENSIVA DA PESQUISA	45
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	47
4. ANÁLISE DOS DADOS	54
4.1 - CONTEXTO E ATUAÇÃO DO PROGRAMA ÁRVORE DA VIDA	54
4.1.1 - TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO JARDIM TEREZÓPOLIS	54
4.1.2 - O PROGRAMA ÁRVORE DA VIDA	57
4.2 - PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ÁRVORE DA VIDA	69
4.2.1 - ANÁLISE DOS DADOS QUANTITATIVOS	69
4.2.1.1 - O FATOR PARTICIPAÇÃO	79
4.3 - ANÁLISE DOS DADOS QUALITATIVOS	85
4.3.1 - PARTICIPAÇÃO NA COMUNIDADE ANTES DO PROGRAMA ÁRVORES DA VIDA	88
4.3.2 - CARACTERÍSTICAS LOCAIS QUE FACILITARAM A PARTICIPAÇÃO	90
4.3.3 - O PAPEL DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO ÁRVORE DA VIDA	93
4.3.4 - AVANÇOS DA PARTICIPAÇÃO DECORRENTES DO PROGRAMA ÁRVORE DA VIDA	96
4.3.5 - INFLUÊNCIA DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E LIDERANÇAS LOCAIS	104
4.3.6 - DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO	106
4.4 - PERSPECTIVAS E SÍNTESE DOS RESULTADOS	111
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	119
Apêndice 1- Questionário	125
Apêndice 2 - Roteiro de Entrevista	129
Apêndice 3 - Conteúdo Programático Percurso Educativo	131

1. INTRODUÇÃO

Presencia-se no Brasil mudanças significativas na forma de participação política e tal fenômeno pode ser atribuído à presença significativa das organizações da sociedade civil e nas políticas públicas. Isso vem acontecendo após o período de autoritarismo, quando começou a haver maior abertura para reivindicações e incidência da sociedade civil nas políticas públicas, sobretudo nas áreas de saúde, assistência social e políticas urbanas (Moura & Kunrat, 2008). Estas reivindicações têm gerado modelos híbridos de associação com a esfera estatal para a participação da sociedade civil (Avritzer, 2007).

Bordenave (1994) corrobora esta avaliação ao mencionar que é possível perceber nos últimos anos uma postura generalizada no interesse em participar, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo. Apesar da tendência contemporânea ao individualismo massificador, a população também apresentaria crescente interesse na participação coletiva, o que se demonstra através da criação de movimentos e organizações da sociedade civil entre outros, tanto para manifestar publicamente suas opiniões, interesses e demandas quanto para interferir na construção de políticas públicas.

O termo participação abrange uma série contextos e conotações, podendo ser encontrado na literatura associado à ideia de coletividade, cidadania, caráter popular, comunitário ou institucional, à democracia representativa, ao exercício da política e à presença em diferentes espaços institucionais como conselhos, fóruns e consórcios, entre outros. Para fins deste projeto de pesquisa, envolvendo estas diferenças e com objetivo de facilitar a compreensão, assume-se que o fenômeno da participação adquire distintos contornos na dinâmica social e política contemporânea, englobando em intensidades diferentes, de acordo com o contexto e a trajetória histórica, as características acima mencionadas em maior ou menor intensidade. (Milani, 2008)

Para Pateman (1992), a popularidade do termo participação traz em si uma oportunidade para discorrer sobre ele, contudo salienta que em tal situação torna-se necessário identificar qual o papel da participação numa teoria da democracia moderna. A autora salienta que embora seja um ideal para a democracia, é de difícil implementação. Ressalta que em estudos feitos nos últimos trinta anos sinalizam o baixo interesse nas questões políticas por parte das classes sociais mais baixas. No seu estudo, cita Schumpeter ao mencionar que aos cidadãos estaria reservado o direito de

participação por meio do voto e da discussão. Espaço este segundo ela ainda ineficiente, uma vez que geralmente o eleitorado não controla seus líderes. Das discussões seminais de Pateman fica evidente que é preciso avançar para além da representação, em direção à processos participativos mais robustos com o objetivo de aprimorar e consolidar a democracia nas sociedades contemporâneas.

Gohn (1997) faz um retrospecto da noção de participação popular no Brasil e destaca que na década de 70 estava ligada à redemocratização, com a abertura dos canais de representação popular centrada nas classes populares. Já nos anos 80, relacionada a conquista da participação na relação com o poder público através dos conselhos e outros espaços geradores das políticas públicas, sendo marcada pela atuação das organizações não governamentais e movimentos sociais. A partir dos anos 90, a participação passa a ser notada como possibilidade para uma gestão pública revigorada. Corroborando esta afirmativa, Grau (1998) menciona que a participação adquire a dimensão de parceria através da articulação da sociedade civil com o aparelho do Estado.

Para Lüchmann (2011), a participação da sociedade civil através dos conselhos constitui-se como modelo de representação alternativa ao modelo eleitoral, contudo combinações entre participação e representação constituem-se em uma sobrecarga para as organizações da sociedade civil na medida em que acrescentam novas atividades no conjunto das ações desenvolvidas pelas organizações. Pode-se perceber que a participação em determinados canais institucionais acaba por gerar novas demandas de participação entre as organizações da sociedade civil. A agenda dos conselhos, por exemplo, implica no envolvimento em outros espaços de participação como conferências, fóruns, audiências públicas, assembleias e encontros, dentre outros.

De acordo com Brugué (2009), muitos esforços têm sido empreendidos visando a participação cidadã na formulação das políticas sociais, através de instrumentos distintos e também com resultados diversos. O que pode parecer animador nesta tendência ainda encobre campos obscuros, sobretudo no que tange a relevância dos impactos gerados sobre as políticas públicas nas comunidades que são alvo da intervenção pública, assim como os desdobramentos efetivos sobre desenvolvimento de bem-estar local. Argumenta que avançamos muito, porém sem saber para onde ir em relação à gestão pública participativa.

A partir da maior incidência na participação política, surge também o problema de representante e representando, seja pela autodenominação de atores sociais como

representantes da sociedade civil, que pelo fato do Estado lidar institucionalmente com uma representação da sociedade civil. A questão que permanece nos processos participativos é da legitimidade de quem fala em nome de quem, como fala e o conteúdo do que estabelece como enunciado público. (Lavallo, 2008).

Como recorda Lüchmann (2011), um dos principais pontos sobre o debate da representação está sobre o fato de que participação e representação se complementarem, demonstrando a fragilidade de outras abordagens que contrapõem participação à representação. Entretanto, as relações entre participação coletiva e representação institucional ocorrem de acordo com cada realidade, podendo gerar boas combinações, bem como realidades sociopolíticas pouco capazes de fazer avançar a democratização da sociedade.

Avritzer (2007) recorda que a representação exercida pela sociedade e outros atores externos ao Estado é diferente da instituição representativa por excelência, isto é, o parlamento. De acordo com o autor, podem ser enumeradas pelo menos duas diferenças entre as instituições participativas e a parlamentar, na primeira não há o quesito da autorização, tal como elaborado por Hobbes (1991), na segunda não há uma definição de território circunscrito ou uma proporcionalidade de acordo com o número de indivíduos que dão a autorização, ou seja, não há um processo eleitoral. O mesmo autor ainda destaca que organizações criadas no âmbito da sociedade civil que trabalham por muito tempo sobre um determinado tema tendem assumir uma representação da sociedade civil em conselhos e/ou outros espaços de políticas públicas.

Moura e Kunrat (2008) salientam que embora os espaços de participação tenham aumentado após a década de 80, diversas reflexões teóricas nas Ciências Sociais surgiram acompanhando este processo, principalmente no que tange o papel da sociedade civil, sendo ela peça fundamental na construção da democracia. Destaca que a literatura referente a interação entre as organizações da sociedade civil, seus atores e instituições político administrativas tem se mostrado ainda insuficiente para identificar o processo relacional entre eles, além de apresentar uma visão normativa, estática, substancialista e dicotômica desses fenômenos. Pode-se acrescentar às essas constatações de Moura e Kunrat (2008), o pequeno número de estudos e publicações problematizando a presença e desdobramentos da ação de atores empresariais, através de seus investimentos sociais e ambientais, sobre os processos participativos e a própria democracia.

Muitos estudos sobre participação recorrem à noção de capital social. Segundo Putnam (2000), a cooperação voluntária seria mais facilitada em comunidades que tenham herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Assim, o capital social diz respeito às características da organização social, manifestando-se em dimensões como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.

Segundo Milani (2002-2005), a partir de um amplo estudo sobre o capital social, identificou-se já 1916 uma definição para o tema por Lyda Hanifan, como sendo o conjunto dos elementos tangíveis que mais contam na vida cotidiana das pessoas, tais como a boa vontade, a camaradagem, a simpatia, as relações sociais entre indivíduos e família, partindo do pressuposto de que as redes sociais podem também ter valor econômico. Mais adiante ressalta que a urbanista Jane Jacobs teria sido a primeira analista social a utilizar o termo com o seu significado atual (Putnam, 1995).

Apesar de se observar um avanço nos estudos em Administração que recorrem à noção de capital social nos últimos anos, ainda permanecem importantes lacunas teórico-compreensivas e de aplicação dessa noção teórica nos estudos sobre desenvolvimento de territórios a partir da relação entre atores da sociedade civil, do Estado e dos mercados.

As manifestações do capital social ocorrem no território, portanto, apesar de ser um constructo teórico também pouco estudado no âmbito da administração, o conceito de território tem papel central na perspectiva do desenvolvimento. Como descrito por Dallabrida *et al.* (2004), territórios são mais que recortes espacialmente localizáveis, podem se transformar em âmbitos ativos assumindo protagonismo no seu planejamento futuro. É nele que acontecem as transformações a partir do ativo social existente.

A definição de território nos remete a uma extensa discussão. Santos (1999) compreende o território como: "o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência".

Saquet (2012), ressalta que entender o território, passa por compreender as relações de poder e articulação da sociedade, processos e interações que vivemos diariamente, assim como as redes, identidades, diferenças, conflitos e lutas de classe que se manifestam em seu interior.

Estabelecer uma relação entre território e desenvolvimento não é tarefa simples no campo teórico, uma vez que apresentam múltiplas dimensões e abordagens. Já no campo prático, estes conceitos vêm sendo trabalhados em muitos casos através de programas e projetos com uma abordagem economicista, como se no território não houvesse uma dinâmica própria com fatores culturais e sociais, levando em conta apenas o caráter processual-relacional social do território (Machado, 2010). Portanto, faz-se necessário estabelecer uma relação mais ampla entre os dois termos. Estabelecer esta relação passa por compreender, segundo Knopp & Alcoforado (2010), que desenvolvimento não é o mesmo que crescimento econômico, mas consiste na melhoria das condições de vida de uma população com o incremento do capital social, humano e cultural e que os programas e projetos precisam basear-se nas especificidades econômicas, sociais e culturais entre outras dos territórios a que se destinam para que possam gerar resultados efetivos em termos de desenvolvimento.

Ao falar de desenvolvimento de um território por meio da participação há que se tratar de uma outra noção muito presente no debate contemporâneo sobre transformação social, a sustentabilidade. Apesar da polissemia utilizada para significar o termo sustentabilidade, diversas formas na literatura remetem a durabilidade no tempo, capacidade de respostas aos desafios encontrados, assim como descrito em Guivant (2002), ressaltando que na discussão sobre sustentabilidade é importante determinar o que vai ser sustentado, para que benefício e a que custo. Lelé (1991) acrescenta que desse ponto em diante não se trata mais de um modelo a ser replicado, mas de um processo de aprendizagem de diferentes atores de um determinado território, capazes de estabelecer diálogos efetivamente mais horizontais e construir pactos em torno da mudança das relações socioprodutivas em direção à sustentabilidade.

Sachs (1995) destaca que o termo desenvolvimento sustentável, a medida em que remete a um conceito utilizado anteriormente por economistas na designação de crescimento autossustentado, pode se tornar ambíguo e levar a caminhos pouco promissores no âmago das lutas pela transformação social em direção à sustentabilidade. Acrescenta que para falar de sustentabilidade é necessário ter em mente cinco critérios: social, ecológico, econômico, cultural e territorial. Os três primeiros comumente utilizados e os dois últimos pelo fato de não ser possível forçar padrões e paradigmas de desenvolvimento que não correspondam a cultura de um grupo ou povo vivendo em um determinado território.

Conforme abordado por Claro *et al.* (2005), a definição central para a sustentabilidade estaria no balanceamento da proteção ambiental com desenvolvimento social e econômico. Estabelecem como princípios básicos a equidade, a democracia, o princípio da precaução, a integração política e o planejamento. Finalmente, identificam as três dimensões também conhecidas como tripé da sustentabilidade: econômico, social e ambiental, conceitos estes comumente relacionados às empresas e no âmbito da responsabilidade social empresarial (RSE) em várias investigações contemporâneas.

Estudos sobre território no âmbito da administração embora existam, ainda constituem um campo a ser explorado, sobretudo se for considerada a interação entre governo, empresas e sociedade civil. Estudar a dinâmica do desenvolvimento a partir de uma abordagem do território é desafiante, mas ao mesmo tempo necessário. Como destaca Dallabrida *et al.* (2004), uma sociedade organizada territorialmente e ativa dispõe de condições para dinamizar seu próprio desenvolvimento. Outra lacuna importante está sobre o fato incomum da sustentabilidade ser abordada sob a ótica das empresas no âmbito da responsabilidade social empresarial, que comumente está desfocada dos territórios e de uma interação com a sociedade civil que não seja problematizada a partir de racionalidades empresariais. (Selsky, Parker 2005; Sachs 1996; Milani 2008; Machado 2010; Teodósio 2009)

Segundo Fischer *et al.* (2005), é cada vez mais presente o envolvimento do setor empresarial com as causas sociais, sendo muitas as evidências do caráter estratégico que tem tido nas corporações. Este envolvimento se dá de formas diferentes, passando de uma contribuição pontual até formas mais elaboradas através de grandes programas estruturados envolvendo o primeiro e terceiro setores. Em pesquisa identificou-se que 59% das empresas pesquisadas declaram realizar a título voluntário algum tipo de ação social, sendo que dois terços destas declararam ser habitual essa prática (IPEA, 2001).

Dentre os processos que mais transformam os territórios pode-se destacar os processos de industrialização e seus reflexos sobre as comunidades, tanto na fase de implantação como de operação. A instalação das empresas traz consigo uma série de transformações, dentre elas o desenvolvimento econômico e aumento populacional, e não é incomum encontrar próximo a polos industriais, principalmente aqueles instalados até a década de 80, comunidades de baixa renda formadas ao longo dos anos por populações que migram em busca de trabalho e melhoria na qualidade de vida. A partir de diferentes perspectivas, as empresas atuam na sociedade através de suas práticas de

responsabilidade social empresarial, envolvendo-se diretamente em ações de regulação e na produção de bens e serviços de utilidade pública (Vasconcelos *et al.*, 2012).

Segundo Teodósio (2008), ao se falar de RSE e Sustentabilidade, é necessário repensar o modelo e as interações que são estabelecidas entre Estado, mercado e sociedade, porque além de portarem potenciais caminhos para o enfretamento dos problemas ambientais atuais, vários dos atores desses setores já realizam em certa medida um conjunto de iniciativas próprias que podem se tornar convergentes. Acrescenta ainda que tais interações podem resultar em ganhos para a sociedade, tais como transparência, participação e controle social, podendo fazer dialogar dentro uma mesma lógica aspectos econômicos, sociais e políticos. No entanto, para que isso aconteça é preciso reconstruir vários dos processos de relacionamento historicamente e politicamente estabelecidos entre atores governamentais, empresariais e da sociedade civil no país, evitando que as relações de parceria não se transformem em interações clientelistas, paternalistas, assistencialistas ou de controle e dominação do Estado e, sobretudo as corporações, sobre as comunidades.

As parcerias se configurariam como uma forma de participação popular na medida em que dois ou mais ententes através de objetivos convergentes empreendem esforços para promoção do bem público (Teodósio, 2008). As parcerias têm importante relevância na atuação territorial. As parcerias têm se tornado mais relevantes e abrangentes em todos os setores ao longo dos últimos 25 anos. Em vários estudos acadêmicos e também em documentos de política produzidos por organismos internacionais, governos e ONGs internacionais, as parcerias intersetoriais são sugeridas como uma solução para se alcançar um desenvolvimento sustentável e como forma de complementar os objetivos do governo (Selsky e Parker, 2005).

Há uma polissemia acerca do termo que denomina este tipo de articulação. Segundo Teodósio (2008), as parcerias entre governo, empresas e sociedade civil recebem várias denominações tanto em estudos acadêmicos, quanto nas iniciativas de intervenção social. Aliança, colaboração, intersetorialidade e *cross-sector partnerships* são algumas das expressões comumente encontradas na literatura para se referir a relacionamentos entre atores do Estado, da sociedade civil e do mercado que envolvem algum tipo de parceria.

Optou-se por utilizar o termo intersetorialidade por trazer uma dimensão de troca e articulação de recursos e saberes entre os envolvidos, objeto do estudo desta pesquisa

. Para Selsky e Parker (2005), as ações intersetoriais são aquelas formatadas como projetos para tratar questões sociais e que envolvam ativamente os parceiros (de dois ou mais setores) numa base contínua. Estes projetos podem ser de curto, médio e longo prazo.

Mais recentemente tem aparecido na literatura em administração pública a noção de coprodução, que compreende a colaboração de atividades prestadas por agentes e cidadãos para a provisão de serviços públicos. Acontece através da reunião de esforços voluntários de indivíduos ou grupos para intensificar a qualidade e quantidade dos serviços recebidos. Pressupõe a abertura a participação de novos atores além do Estado na formulação e implementação de bens e serviços públicos envolvendo mercado e sociedade civil. A participação da sociedade civil ocorreria por meio da ação de comunidades politicamente articuladas e de cidadãos críticos e conscientes (Rocha *et al.*, 2012). Assim como o as parcerias, a coprodução pode ser entendida como uma das formas de participação.

Para Bier *et al.* (2010), a coprodução tem como diferencial o envolvimento efetivo do público em geral e de modo especial a daqueles que são beneficiários diretos dos serviços públicos. Consiste em transpor o papel do Estado, passando de provedor a ativador, acionando e coordenando os serviços públicos com outros atores da sociedade. Segundo os autores, a coprodução se mostra como um novo caminho para junto do Estado promover a construção do bem comum.

Assim, percebe-se que é importante ampliar da compreensão de participação, para problematizar fenômenos contemporâneos que afetam a sustentabilidade dos territórios, a saber, a presença do investimento social e ambiental empresarial; a mobilização para as parcerias com as empresas em projetos de RSE e a coprodução do bem público. Portanto, participação, para fins desta pesquisa, envolve a presença em canais governamentais, locais que discutem políticas públicas, mas também diferentes formas de mobilização da comunidade, principalmente através de organizações da sociedade civil, para atuar em parcerias com empresas e na coprodução de bens públicos para o território.

O interesse pelo tema também se deu pela proximidade do pesquisador com o Programa de Responsabilidade Social Empresarial Árvore da Vida, uma parceria entre a Fiat Automóveis S. A. e as organizações da sociedade civil, Fundação AVSI (Associação Voluntários para o Serviço Internacional) e CDM Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana (CDM), além de várias outras organizações de

base comunitária, empresas fornecedoras dessa montadora e o poder público na cidade de Betim. Ao atuar como gestor da CDM, o autor da presente dissertação se envolveu com o debate e as iniciativas para fazer avançar os processos participativos de desenvolvimento dos territórios.

Trabalhando durante os últimos anos em uma organização sem fins lucrativos, através de programas de desenvolvimento, fica latente diante dos esforços e recursos empreendidos, perguntas como: **quais são os elementos que favorecem e dificultam a participação em projetos e programas que visam a sustentabilidade dos territórios?**

O autor desta pesquisa ingressou no Mestrado de Administração da PUC Minas e atualmente participa do Núcleo de Pesquisas em Ética e Gestão Social (NUPEGS), que de forma sistemática aborda e discute temas inerentes a interação dos três setores, experiências práticas e produções acadêmicas. Essa trajetória formativa permitiu aprofundar o interesse e a compreensão crítico-reflexiva de temas que são centrais na discussão proposta nesta dissertação, como a intersectorialidade, a participação, o investimento social e ambiental empresarial e o desenvolvimento dos territórios.

Desenvolver o problema desta pesquisa implica em contribuir com conhecimento científico para a sociedade e empresas que estejam interessados em promover o desenvolvimento de comunidades através de ações sociais que estimulem a participação.

A importância deste estudo denota da análise de um caso no qual uma empresa, interessada em promover sua responsabilidade social em um território específico, se associa a organizações da sociedade civil, no caso a Fundação AVSI e CDM, com *expertise* em realização de projetos de desenvolvimento comunitário, com a expectativa de gerar resultados significativos ao longo dos anos.

Um fato importante que colaborou para esta parceria acontecesse foi que a Fiat, ao fazer contato com a Embaixada da Itália para buscar uma parceria em projetos de responsabilidade social, recebeu como indicação do embaixador italiano no Brasil a Fundação AVSI. Trata-se de uma organização italiana que está presente em 35 países com projetos de desenvolvimento humano.

A partir de estudos iniciais sobre a região do Jardim Terezópolis no município de Betim, buscou-se conhecer as demandas e ativos da comunidade, para que numa lógica de intervenção subsidiária fossem desenvolvidas ações com vistas a autossustentação do programa e dos esforços dos atores do território em direção ao

desenvolvimento local e a sustentabilidade. Ao concluir os estudos, foram identificados três eixos de atuação: fortalecimento das lideranças e instituições locais; atividades sócio educativas para famílias, jovens e professores das escolas; e atividades de geração de trabalho e renda, através de qualificação profissional e encaminhamento ao mercado de trabalho, empreendedorismo e cooperativismo.

Destaca-se neste Programa a intervenção social visando o desenvolvimento a partir da noção de território. Portanto, as ações foram planejadas e realizadas buscando a integração territorial e a formação dos moradores, lideranças e instituições, buscando impulsionar a participação popular através dos espaços de formação, discussão e realização de ações coletivas.

A partir das instituições comunitárias foi criada a chamada Rede de Desenvolvimento Social do Jardim Terezópolis, com o objetivo de levantar, discutir e realizar ações para promoção do bem-estar da comunidade. A cada dois anos é realizada uma avaliação e o replanejamento de uma agenda local, através dos quais estas instituições definem suas diretrizes de atuação dentro e fora do território, como por exemplo, a participação nos canais de controle social como conselhos, conferências e fóruns, levando suas demandas e experiências e buscando melhorias para a comunidade. Atualmente, participam dessa Rede 30 instituições, entre organizações da sociedade civil (associação comunitária, associação das donas de casa, pastoral da criança e creches), governo (administração regional, posto de saúde e escolas) e empresas (Fiat, fornecedores da montadora e empreendedores locais do Jardim Terezópolis).

A Comunidade de Jardim Terezópolis é composta por três vilas, Recreio, Bemge e Terezópolis, que estão localizadas no município de Betim, às margens da BR381 e em frente a Fábrica da Fiat. Sua população está estimada em 32.000 habitantes, distribuídos em 9.069 domicílios. O início da ocupação se deu na década de 50 e se intensificou com a implantação da Fábrica da FIAT nos anos 70, contudo o tempo médio de residência dos moradores atualmente está em 20 anos. Sua população é predominantemente jovem cerca de 34% com idade entre 0 e 18 anos. Assim como muitas cidades do Brasil, esta comunidade sofre com altos índices de violência e uma forte incidência do tráfico de drogas. A distância do centro administrativo da cidade, a falta de oportunidades de formação e acesso ao trabalho, agravam o quadro de exclusão. (Pesquisa AVSI/CDM 2013).

No período de realização deste programa, foram produzidas uma linha de base e três séries históricas acompanhando dados socioeconômicos com informações

qualitativas e quantitativas para avaliação dos impactos do programa e evolução da comunidade. Além das séries históricas, há um conjunto de outras informações qualitativas e quantitativas e a facilidade de acesso indivíduos relevantes, tanto no âmbito das empresas e do governo local quanto da sociedade civil, que participaram e participam do programa, seja na qualidade de beneficiários ou na gestão e articulação da iniciativa. Por se tratar de um programa realizado através da organização na qual o autor desta pesquisa trabalha, o acesso a estas e outras informações foi devidamente disponibilizado e autorizado, sem maiores problemas.

Porém, o aspecto mais relevante que justifica a escolha do caso do Programa Árvore da Vida para análise da participação em relações intersetoriais visando a sustentabilidade dos territórios é que se trata de um objeto de análise no qual se manifestam os fenômenos mais relevantes estabelecidos para problematização e discussão crítica pela presente pesquisa. Tratam-se dos fenômenos da articulação de atores de diferentes setores, ou seja, da intersetorialidade, do foco na sustentabilidade a partir da noção de território, um dos aspectos centrais da construção da intervenção social no Programa Árvore da Vida, e da participação como elemento central para dinamizar outros avanços sociais, políticos, culturais, econômicos e ambientais no Jardim Terezópolis.

Logo, se propõe como objetivo geral: **analisar os elementos facilitadores e dificultadores para a participação no Programa Árvore da Vida**. Para que o objetivo geral possa ser alcançado, são propostos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os atores locais envolvidos e sua forma de participação no Programa;
- Analisar a capacidade de representação das organizações da sociedade civil;
- Analisar a participação das organizações da sociedade civil nas instâncias de gestão do território;
- Caracterizar o capital social do Jardim Terezópolis antes e depois da realização do Programa.

A metodologia escolhida para o referido trabalho é baseada no método do estudo de caso (Yin, 2005; Eisenhardt, 1989), constituindo uma pesquisa participante na qual o autor da pesquisa é também ator da ação, o que configura pontos positivos importantes como o conhecimento aprofundado do tema e suas particularidades. Porém, tal característica da pesquisa também traz riscos e exige como cuidados adicionais com

vistas a controlar possíveis vieses nas diferentes etapas de investigação, seja na coleta ou na análise dos dados.

Com a consciência dos desafios para a realização da pesquisa, foram tomadas as devidas precauções para criar um ambiente que favoreça o acesso às pessoas a serem entrevistadas, afim de que as respostas sejam mais naturais e retratem o mais próximo possível da realidade. As entrevistas foram gravadas e redigidas na integralidade para posterior análise, sendo as informações trianguladas entre os respondentes e em relação à uma série de dados secundários acessados pelo pesquisador.

A construção teórica da investigação está organizada com o objetivo de discutir os principais elementos da participação e seus resultados a partir da intersectorialidade e processos de sustentabilidade nos Territórios. Os capítulos que seguem vão tratar dos temas identificados como relevantes para o presente estudo, tais como: "Nova Sociologia Econômica e Gestão Social", descrevendo o que é, contra que abordagens se posicionam e o que oferecem como fundamento para a análise para da sustentabilidade; "Geografia, Paisagem e Territórios", analisando as abordagens e a importância dessas noções para a Administração e a Gestão Social; a "Sustentabilidade", discutindo suas abordagens e relevância para este estudo; "Intersectorialidade, Parcerias e Coprodução", no qual se analisam as dinâmicas de corresponsabilidade e construção da sociedade, através de governos, empresas e sociedade civil, a partir de uma visão crítica desta articulação com o tema da Responsabilidade Social Empresarial; a "Participação", abordando os conceitos na administração pública e governança local, os tipos de participação, suas contradições problemas e ambiguidades e, finalmente, a noção de Capital Social.

Serão expostos ainda os procedimentos metodológicos, contexto e atuação do Programa Árvore da Vida, a análise da participação no Programa e as considerações finais da presente dissertação, na qual se faz um balanço dos objetivos estabelecidos e resultados encontrados pela investigação e sugere-se novos estudos.

2. MARCO TEÓRICO

A partir dos anos 1990, a participação tem adquirido status de princípio organizativo central, tema este citado e debatido em diversos foros regionais e internacionais, transformado em modelo de gestão o estímulo à participação de cidadãos e organizações da sociedade civil na formulação de políticas públicas. A participação de cidadãos e da sociedade de forma abrangente para criar uma articulação que informe, planeje, execute e avalie decisões políticas, tornou-se um desafio para muitos projetos de desenvolvimento local. (Milani, 2008).

Novos padrões de interação social exigem, pautados por um maior grau de participação e envolvimento na gestão dos territórios, por sua vez, exigem abordagens capazes de lidar com fenômenos relacionados ao desenvolvimento local que não se restrinjam às relações de mercado fundadas no autointeresse dos atores nas trocas que estabelecem na dinâmica econômica. Neste contexto propõe-se neste projeto de pesquisa a abordagem da Nova Sociologia Econômica onde se objetiva dar conta da economia como totalidade social, o que por sua vez tem como perspectiva o desenvolvimento sustentável. Esta abordagem se contrapõe à visão mecânica e utilitarista relativas aos atores de mercado, presente também na administração ao tratar de temas relativos a RSE. (Abramovay, 2004; Levèsque, 2007).

2.1 – SOCIEDADE, SUSTENTABILIDADE E TERRITÓRIOS

Apesar das diversas correntes de pensamento na sociologia econômica, é possível observar que entre elas existe a convergência de uma crítica aos fundamentos da economia neoclássica e a tentativa de conceber os fenômenos econômicos como uma construção social. Se esforçam ainda em dar significado a fenômenos econômicos através de elementos sociológicos. (Fligistein, 1996; Swedberg, 2004).

O projeto analítico da Nova Sociologia Econômica (NSE) é resgatar a ideia de que a economia e os mercados estão imersos na realidade social. Nas últimas décadas, uma noção que se difundiu entre diferentes atores da sociedade era a de que a economia se regulava de forma independente dos aspectos sociais. Porém, mesmo no cotidiano da sociabilidade contemporânea, diante das crises que têm se manifestado (econômica, de organização social, ambiental, etc.), vários grupos sociais se voltam à compreensão de

que os mercados estão ligados aos aspectos sociais, sobretudo nos impactos negativos que podem trazer a própria sociedade. A NSE busca demonstrar que a economia é social, como pode ser analisado no trecho a seguir retirado de Lévesque (2007, p. 47):

A economia é social pelos seus inputs, sejam estes subvenções, bens coletivos e públicos, sistema social de inovação, engajamento de empregados para além do contrato de trabalho ou, ainda, coletividades locais que aportem capital social, dotações institucionais e dotações culturais. Ela o é também por outputs, que não são apenas bens e serviços produzidos, mas também exterioridades, tais como empregos, desenvolvimento de coletividades, relação com a natureza, qualidade de vida, etc. Além disso, a NSE acrescenta que a economia é social pelo fato de o mercado constituir tanto uma forma institucional e organizacional como uma construção social. Enfim, a coordenação das atividades econômicas e da circulação de bens diz respeito ao mercado, à hierarquia e a governanças baseadas num nível elevado de engajamento social, como é o caso das associações, das redes, das alianças, das comunidades e coletividades as mais diversas.

Portanto, acrescenta o mesmo autor que as abordagens que se pautam no economicismo não consideram adequadamente a dimensão social da economia. O social e o sustentável são multidimensionais e adquirem plenamente sentido a longo prazo, de forma que o seu reconhecimento será sempre uma construção complexa e difícil, que poderá variar no tempo de acordo com o contexto de seus envolvidos. Desta forma, a NSE se preocupa menos em tomar o lugar do Estado e mais em mudar os comportamentos cotidianos, realizando uma série de micro rupturas, ou ainda uma revolução molecular, que jamais se completará. (Lipietz, 1993).

A utilização da abordagem NSE permite uma análise mais aprofundada de causas e efeitos, possibilidades e riscos da busca da sustentabilidade dos territórios. Reconhece o valor dos atores sociais, para além daqueles do mercado, através de articulações que resultem nos processos de sustentabilidade dos territórios. (Levèsque, 2007).

Para entender os fenômenos de sustentabilidade do território recorre-se aos campos de conhecimento da Geografia e das Ciências Sociais, elementos e conceitos que possam explicá-los. Andrade (2006; 1987) comenta que a Geografia é a ciência que estuda a organização social do espaço como processualidade interdisciplinar ou, mais precisamente, as intervenções que a sociedade executa na natureza. É uma ciência em construção e na sua evolução passou de uma descrição das paisagens para uma análise histórica, política e econômica.

Os conceitos de território, espaço e paisagem vêm sendo ao longo do tempo abordados de forma segmentada nas ciências humanas e a integração destes temas tem se mostrado um desafio necessário de ser enfrentado nos estudos contemporâneos. Santos (1988) afirma que o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável do qual participam objetos naturais e sociais, que nele se manifestam, desta forma, uma sociedade em movimento.

Segundo Saquet (2010), das regiões naturais passa-se à consideração das regiões econômicas e/ou administrativas. Ganha força, cada vez mais na Geografia, a discussão da organização e a diferenciação do espaço geográfico como compartilhamento a ser descrito e explicado. O conceito de região também é central, juntamente com o de espaço geográfico, resultado de componentes naturais e sociais. A organização do espaço se daria através de setores em torno de centros com características econômicas, políticas e culturais, gerando as regiões em torno dos centros.

Em Diamini (1999), o uso do espaço pelo homem remete às profundas marcas que imprime à natureza, remetendo, portanto, à produção da natureza humana. Através do espaço, a relação entre a sociedade e a natureza, como resultante da produção do homem, evidencia-se como processualidade. Complementando esta ideia, Santos (2002) ressalta que “as ações resultam de necessidades naturais ou criadas, materiais ou imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais e afetivas”. A ação do homem individualmente ou agindo coletivamente na natureza gera a paisagem. Esta relação é progressiva e dinâmica e cada sociedade carrega em si os determinantes das características do seu território.

Para Saquet (2003), o homem vivendo em sociedade apropria-se do espaço gerando o território e a paisagem, sendo esta última uma manifestação da processualidade histórica da formação de cada território. Conforme defende Machado (2010), a compreensão do conceito de paisagem é fundamental para a o entendimento da interação natureza-sociedade. A paisagem revela mudanças e permanências

estabelecidas em certo território com o passar do tempo. Bruneau (1973) acrescenta que uma paisagem se trata tanto do que se vê, como do que é sentido diferentemente pelos homens, desta forma para ser analisada é preciso partir das relações existentes entre os elementos que a compõem, bem como de fatos e dados concretos.

Na busca por uma síntese dos principais elementos que se conectam e interagem na paisagem, Zonneveld (1986) argumenta que existem componentes naturais e sociais, sendo que os quais os naturais seriam a base para as atividades humanas. Sem esta base não seriam possíveis as ações humanas, sendo que a paisagem não existiria sem estes dois elementos. Nesta perspectiva o autor trabalha a paisagem como um sistema.

O conceito de paisagem carrega em sua formação a cristalização de diversas dicotomias: homem *versus* natureza, natureza *versus* história, objetividade *versus* subjetividade, essência *versus* aparência. Para uma compreensão mais apurada desta relação, busca-se analisar o território, nos quais os elementos de ordem cultural, econômica, política e ambiental se encontram. Durante o processo de ocupação do espaço pelo homem, ao longo do tempo ocorre a transformação da natureza, da paisagem e a construção do território (Machado, 2010).

Para Gatti (1994), podem ser enumerados cinco processos que transformam qualquer espaço em um território: 1) denominação: o primeiro ato para a criação de um território seria dar-lhe um nome, implicando em sua singularidade; 2) delimitação: ocorre quando traça-se os limites e identifica-se os confrontantes, ou seja, estabelece-se uma posição geográfica determinada; 3) transformação material: processo de mudanças no espaço e na paisagem; 4) comunicação: expansão dos limites da natureza através de formas de comunicação, criando redes, malhas e nós que influenciam sobre as ações locais, visto que cada ator cria relações de poder com outros atores, cria redes que podem ser concretas, simbólicas ou imateriais; 5) estruturação: atores sociais tendem a combinar fatores precedentes em estruturas dotadas de senso e orientadas a um objetivo compartilhado. Desta forma, compreender o território significa conhecê-lo e analisá-lo a partir dos seus processos de criação.

Ao se associar território e desenvolvimento, projeta-se uma nova perspectiva, uma vez que o desenvolvimento deixa de ser um processo sem relação com o lugar onde acontece. E o território passa a ser concebido como espaço físico no qual os projetos de desenvolvimento têm referência e finalidade, assim como um produto socioespacial (Santos, 2006).

Franco (2008) afirma que o termo sustentabilidade conta com uma polissemia, sendo muito utilizado como sinônimo de durabilidade, o que dificulta ainda mais a compreensão do termo. Para o autor, a noção de sustentabilidade implica em um produto sistêmico a partir das relações sociais, relacionado à adaptação dos seres na busca por permanecer vivos.

Jacobi (2005) afirma que a noção de sustentabilidade implica uma necessária inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento com capacidade de suporte. A preocupação com o tema da sustentabilidade permitiria produzir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais nos quais se sustentam as comunidades. Tal necessidade se torna mais evidente nos espaços urbanos, visualmente afetados por riscos e agravos socioambientais.

Conforme destaca Baroni (1992), é considerável a quantidade de esforços para definição do termo sustentabilidade por parte de autores e organismos internacionais. No entanto, as diferentes noções de sustentabilidade vêm apresentando ambiguidades, inconsistências e contradições. Acrescenta que qualquer discussão acerca do termo deveria responder a três perguntas chave: o que deve ser sustentado?; para quem?; e por quanto tempo?

Sachs (1998) oferece uma compreensão dos processos de desenvolvimento orientados para a sustentabilidade, o que denomina de ecodesenvolvimento, a partir das dimensões econômica, ambiental, social, cultural e territorial. Tais dimensões têm desdobramentos umas sobre as outras, podendo gerar processos virtuosos de desenvolvimento com base na sustentabilidade, bem como dinâmicas que reforçam a degradação do patrimônio natural. Nessa abordagem, a participação dos atores locais na problematização e construção de projetos compartilhados em torno do que se considera efetivamente essencial para se viver melhor nos territórios ganha centralidade.

Para Sachs (1998), a promoção do ecodesenvolvimento não implica na paralização das atividades econômicas, mas sim no engendramento de atividades mercantis capazes de utilizar o patrimônio natural sem degradá-lo, respeitando sua capacidade de reposição. Além disso, trata-se de um processo endógeno aos diferentes territórios, na medida em que se manifesta a partir da auto-organização e participação de diferentes atores de uma determinada realidade cultural, sendo capazes de discutir e delimitar a partir de seus modos de vida o que desejam e esperam como projeto de viver com qualidade de vida no interior dos territórios.

Outro aspecto relevante na abordagem de Sachs (1998), diz respeito à promoção de uma maior igualdade, seja de renda, bem como em termos de poder político e simbólico no seio das sociedades. A persistência de grande desigualdade social pode levar a limitações na capacidade dos atores do território de construir diálogos mais horizontais em torno dos projetos de futuro da sociedade, na incidência e controle sobre os atores com poder decisório sobre os destinos da sociedade, sejam eles governos, empresas e mesmo organizações da sociedade civil, e na própria capacidade de resistirem à pressão de atores externos e internos ao territórios com vistas a degradar o patrimônio natural para geração de renda e sobrevivência.

Segundo Lelé (1991), há três conotações de sustentabilidade: uma primeira com enfoque em sustentar alguma coisa; uma segunda, relacionada ao meio ambiente propício para a vida humana; e uma terceira referente à manutenção da sociedade. Explica que o conceito de sustentabilidade tem origem no contexto de recursos renováveis, como florestas entre outros, e ao longo do tempo foi sendo utilizado como um slogan do movimento ambiental. Para o autor, defensores do termo, entretanto, tendem a significá-lo como "a existência de condições ecológicas necessárias para apoiar a vida humana um nível específico de bem-estar através das futuras gerações", o que ele denomina como sustentabilidade ecológica. Defende ainda que para além das questões ecológicas existem as questões sociais, que influenciam diretamente os processos de construção da sustentabilidade nos territórios, gerando uma constante e insustentável relação homem *versus* natureza.

Desta forma, sustentabilidade neste estudo é problematizada a partir da discussão de uma comunidade em fazer frente a seus desafios de forma coletiva, ou seja, quanto a participação está incidindo no desenvolvimento e na sustentabilidade do território.

Em documento elaborado para o Fórum Social Mundial, Sachs, Lopes e Dowbor (2010) levantam aspectos importantes para a superação do desafio do desenvolvimento de uma sociedade, ou seja, para a promoção de processos de desenvolvimento que incluam as pessoas, passando por um panorama da dimensão dos desafios existentes e tratando do resgate da capacidade da gestão pública. Destacam os autores a centralidade dos processos internos ao território, ou seja, da natureza endógena do desenvolvimento local a ser perseguido pelas comunidades:

(...) Com a passagem do milênio, a humanidade tornou-se predominantemente urbana. Isto implica uma outra racionalidade nos processos decisórios e nas instituições que nos regem, pois hoje cada região ou localidade tem um núcleo urbano que pode administrar o seu desenvolvimento, e este núcleo torna-se por sua vez um articulador natural do seu entorno rural, ponto de convergência de uma gestão racional do desenvolvimento. (...) O desenvolvimento local permite a apropriação efetiva do desenvolvimento pelas comunidades, e a mobilização destas capacidades é vital para um desenvolvimento participativo. Inúmeras experiências no mundo têm mostrado que o interesse individual das pessoas pelo seu progresso funciona efetivamente quando ancorado no desenvolvimento integrado do território. Com sistemas simples de seguimento de qualidade de vida local, e o condicionamento do acesso aos recursos à estruturação de entidades locais de promoção do desenvolvimento, gera-se a base organizacional de um desenvolvimento mais equilibrado. Já se foi o tempo em que se acreditava em projetos “paraquedas”: o desenvolvimento funciona quando é participativo, com um razoável equilíbrio entre o fomento externo e a dimensão endógena do processo. Sachs, Lopes e Dowbor (2010, pp. 10)

No texto acima, a participação é tida como fator decisivo para identificação de respostas para demandas locais. Portanto, o exercício da participação solicita uma postura ativa da sociedade nos diversos âmbitos da gestão do desenvolvimento dos territórios, desde a escolha e acompanhamento de candidatos políticos, até a incidência nas políticas públicas.

Layrargues (1998) afirma que o termo desenvolvimento tem sua etimologia na biologia, que o associa ao crescimento de um vegetal ou animal qualquer, e com o passar dos anos passou a ter uma conotação econômica, o que gerou distorções no emprego do termo. Dentre os conceitos de desenvolvimento, associa-se ainda ao sair de uma situação e passar para uma outra.

No período do pós-guerra, o desenvolvimento era entendido com uma vertente mais voltada ao aspecto econômico. Com o passar do tempo, sofreu transformações, passando a ser considerado como uma relação entre economia, cultura e desenvolvimento. Grosso modo, segundo Dallabrida (2011), pode-se afirmar que as abordagens teóricas que relacionam os fatores espaciais ao crescimento econômico, ou desenvolvimento, indiretamente relacionam economia cultura e desenvolvimento.

Nesta perspectiva, o papel do Estado seria fundamental para criar as bases do desenvolvimento, provendo infraestrutura necessária para a população e empresas. A partir deste ponto é necessária uma apropriação do espaço pela sociedade e empresas. Segundo Barquero (2001), o desenvolvimento pode ser entendido com um processo contínuo de mudanças estruturais, liderado pela comunidade local, utilizando seu potencial de crescimento, que pode levar à melhoria da qualidade de vida da população desde que seja balizado pelo princípio da sustentabilidade.

Como pode ser visto em Dallabrida (2011), são considerados válidos os pressupostos centrais dos modelos de crescimento endógeno, pois reforçam o papel do capital humano, do conhecimento e da mudança tecnológica. Desta forma, o desenvolvimento poderia também surgir dos atores presentes no território (lideranças, representantes, organizações, governantes, empresários, etc.), a partir de suas capacidades individuais e coletivas. Assim, são reforçadas as possibilidades dos territórios de assimilarem políticas para promoção do desenvolvimento com base em suas potencialidades sociais, econômicas e culturais.

Conforme argumenta Junqueira *et al.* (1997), a descentralização pode ser vista como o deslocamento do poder para níveis mais periféricos, ou seja, para níveis de governo no qual pode haver maior influência do cidadão. No entanto, contudo tal ação não basta por si só. É necessário que o Estado faça uma passagem de provedor dos serviços públicos para uma posição de provedor/articulador, não bastando o recolhimento dos impostos e a realização de bens e serviços, mas também uma estratégia de efetiva inclusão da sociedade nos processos de tomada de decisão das políticas públicas. Segundo os autores, nessa perspectiva de descentralização, vem surgindo o conceito de desenvolvimento social, que busca descentralizar o poder, a partir de uma maior participação social. Estratégia sem a qual, dificultaria o reconhecimento da participação como sujeito, com atenção as necessidades e expectativas inseridas no contexto territorial no qual vivem (Junqueira *et al.*, 1998).

2.2 - INTERSETORIALIDADE, PARCERIAS E COPRODUÇÃO

A noção de intersectorialidade pode significar também a atuação articulada de diferentes áreas dos órgãos governamentais na provisão de políticas públicas. Ações articuladas e realizadas a partir de uma multiplicidade de órgãos e setores da máquina

do Estado desde a escala federal até a de municípios, constituem também a intersetorialidade.

Contudo, a intersetorialidade tratada neste projeto de pesquisa se refere àquela na qual há a articulação entre os três setores: Estado, mercado e sociedade civil. Problemas sociais tem raízes históricas e estruturais e suas respectivas soluções remontam a esforços de diferentes setores. Neste sentido, a convergência de iniciativas que envolvam o governo, empresas e sociedade civil pode denominar-se intersetorialidade.

Entende-se também por intersetorialidade, o diálogo, aproximações, atividades conjuntas e intercâmbios estabelecidos entre dois ou mais agentes dos três setores sociais, para solução e enfrentamento de problemas complexos. (Fischer *et al.*, 2003; Teodósio, 2009). As parcerias, portanto, seriam relações decorrentes dos processos de intersetorialidade. As parcerias são caracterizadas pela interação e cooperação entre as partes para alcançar objetivos convergentes. De acordo com a estruturação da parceria, cada parceiro terá papéis formais e informais assim como funções. (Knopp & Alcoforado, 2010).

Junqueira (2000) argumenta que a intersetorialidade pode ser um meio para tornar mais eficaz a discussão e implementação de políticas públicas, potencializando e otimizando os recursos disponíveis pelos agentes dos três setores. Para Franco (2005), as parcerias intersetoriais ainda trazem outros ganhos, pois criam condições necessárias para o surgimento de sinergias entre Estado, mercado e sociedade, o que por consequência aumentaria consideravelmente a possibilidade de gerar processos mais robustos de desenvolvimento social.

Apesar das oportunidades geradas pela intersetorialidade, há que se pensar em suas limitações, visto que a “confrontação e cooptação podem se manifestar nas dinâmicas de interação entre os atores do Estado, sociedade civil e mercado” (Teodósio, 2009, 15 p. 12), em função de interesses próprios e/ou motivações políticas, econômicas e sociais, mesmo quando se estabelece um discurso de promoção de bem-estar social em defesa do interesse público (Vernis *et al.*, 2007).

Em sentido coincidente com relação às limitações da intersetorialidade, Dowbor (2002) afirma que pela própria forma de atuação e racionalidade, Estado, mercado e sociedade civil obedecem a dinâmicas próprias, com culturas diferentes, sendo pautados com certa frequência por um olhar de desconfiança entre si, o que para a construção de uma parceria pode ser prejudicial. Portanto, para construir parcerias efetivas o autor

defende que é ponto central nestas articulações vencer as barreiras das desconfianças, evitando a sobreposição, agindo com respeito e confiança entre as diferentes culturas e evitando o excesso de reuniões, ou seja, o assembleísmo e os processos de clientelismo e populismo.

Como defende ainda Barbosa e Medeiros (2005), na implementação de programas públicos através da parceria entre os três setores, espera-se uma coordenação que busque estabelecer uma ação cooperativa entre as instituições, que vise ajustar, através de estruturas, as ações das organizações, assim como identificar e gerenciar a sua interdependência, ou seja, manter e equilibrar a integração dos envolvidos, com vista a alcançar uma meta coletiva e otimizar os resultados.

Há que se destacar a este ponto que a intersetorialidade, as parcerias e a coprodução podem ser manifestações legítimas da participação por objetivarem uma contribuição da sociedade na construção do bem comum.

Conforme destaca Ficher (2005), a partir da década de 1990 é possível constatar no Brasil a crescente presença de empresas atuando no desenvolvimento de ações sociais, assim como a realização de parcerias com Organizações da Sociedade Civil - OSCs. Acrescenta que a exposição na mídia, acrescida da atuação de entidades que disseminam o conceito de RSE, tem influenciado positivamente esta tendência. Destaca ainda que a partir do relacionamento das OSCs com as empresas pode haver o fortalecimento institucional com aperfeiçoamento na gestão e aumento de recursos. Já as empresas apresentariam melhor capacidade de lidar com inovação, na medida em que se abrem para interagir mais profundamente com atores da sociedade.

Contudo, o processo de gestão da parceria não é fácil e muito menos assegura o sucesso de programas e projetos. Fischer (2005) aponta como desafios das parcerias o compartilhamento das decisões, compatibilidade da cultura organizacional e adequação de instrumentos de gestão, como comunicação e avaliação das ações.

Embora haja apelo social para que as empresas participem do processo de desenvolvimento da sociedade, Friedman (1970) afirma que a principal responsabilidade de uma empresa seria a maximização do desempenho econômico e que suas responsabilidades sociais estão relacionadas ao cumprimento da legislação. Esta afirmação remete ao entendimento de que objetivos econômicos e sociais são distintos e que investir em algum significaria desprezar outro.

Para Drucker (1981), a responsabilidade social representa uma estratégia na qual uma empresa estabelece a sua atuação social, que por sua vez define diretrizes de

atuação assim como metas, delimitando a influência que pretende exercer sobre a sociedade. Afirmar ainda que as empresas devem ter postura ativa e colaborar com problemas sociais do seu entorno.

Para Freeman (1984), as atividades sociais devem ser coordenadas às econômicas, uma vez que ao produzir as empresas geram uma série de impactos em seu entorno. Nesta perspectiva, as empresas respondem não somente a seus acionistas, mas ao mesmo tempo a seus funcionários, clientes, comunidades afetadas e a sociedade.

De forma gradual, as empresas vêm criando uma cultura de RSE, influenciadas em parte pela consciência da situação socioeconômica e dos entraves limitadores da rentabilidade de seus negócios, sobretudo quando fala-se de internacionalização e posicionamento de marca numa economia globalizada. Fruto desta consciência e dos riscos relativos ao cenário de pobreza e desigualdade, diferentes iniciativas de RSE têm aparecido no país, desenvolvidas por diferentes empresas e grupos de articulação empresarial, como o Instituto Ethos e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, o GIFE (Fischer, 2005).

A RSE implica em uma série de atitudes e posturas éticas da empresa diante da sociedade e seus *stakeholders*. Isso envolve desde a conduta ética, passando por ações comunitárias, relações com os trabalhadores, consumidores, governos e empresas de sua cadeia de fornecimento e distribuição, bem como concorrentes. Passa por um comprometimento contínuo com a ética e uma reflexão sistemática sobre sua contribuição para o desenvolvimento não só econômico, mas social dos territórios nos quais atua, refletindo em melhorias na qualidade de vida de seus trabalhadores e consumidores, assim como da sociedade em geral (Melo Neto e Fróes, 2001; Almeida, 1999). A noção de RSE envolve uma relação ética e transparente com clientes, fornecedores, público interno, governo e sociedade em geral, bem como com outros do contexto empresarial (Fischer, 2005).

Dessa forma, o envolvimento das empresas com problemas sociais tem deixado de ser uma opção reativa e de promoção da caridade desinteressada, para fazer parte do rol de estratégias empresariais de responsabilidade social. A partir desta participação mais ativa das empresas com a busca por soluções de problemas sociais, antes mormente atribuídos ao Estado e OSCs, é inevitável que aquelas tratem suas doações com semelhante rigor que seus negócios e estratégias (Fischer, 1999).

Portanto, quando é empregado o conceito de RSE a todos seus *stakeholders*, percebe-se que o investimento social da empresa representa uma “fatia” do

agrupamento de relacionamentos, com o envolvimento predominante do *stakeholder* comunidade.

As interações empresas *versus* Estado *versus* OSCs podem gerar ganhos importantes para ambas as partes, não beneficiando apenas comunidades. As OSCs por exemplo, à medida que desenvolvem ações sociais com o suporte privado podem avançar na sua capacidade de atingir públicos mais amplos no seio da sociedade. As ações de RSE buscam substituir antigas práticas de paternalismo e assistencialismo, abrindo espaço para uma construção conjunta de alternativas para o desenvolvimento com a aplicação de parcerias, envolvimento dos *stakeholders* e co-responsabilização. Desta forma como consequência, projetos passariam a ser elaborados e desenvolvidos de forma conjunta com as comunidades a que se destinam buscando compartilhar ações, custos e soluções. (Fischer, 2005).

Contudo, há muitos pontos obscuros a respeito dos efeitos gerados pela RSE nas OSCs e comunidades. Como demonstra Teodósio (2008a), um deles é a assimilação de saberes sem a contrapartida esperada pelas comunidades, outro é a dependência de um único financiador, sendo que é esperada a autossustentação em médio e longo prazo. No que tange o avanço da cidadania e participação das comunidades, há que se pensar o quanto estas se tornam mais autônomas ou dependentes das empresas dentro dos processos de RSE, mesmo quando buscam se estabelecer em bases não assistencialistas e paternalistas.

2.3 - PARTICIPAÇÃO

Nas últimas décadas foram amplamente difundidas iniciativas de participação, com instrumentos e resultados diferentes. Destacam as ações em nível local, que tentaram envolver os cidadãos na formulação e implementação de políticas públicas. De forma geral, com metodologias de uso limitado ou seguindo um modismo participativo, contudo geralmente com uma intuição, mais ou menos consciente da necessidade de olhar para os assuntos públicos a partir de um espectro mais abrangente da realidade. O esforço é consideravelmente importante, ainda que seus resultados possam ser questionáveis, principalmente no que tange ao impacto sobre as políticas públicas e o avanço nas condições de bem-estar das comunidades onde se intervém (Brugué, 2009).

Como recorda Avritzer (2007), a participação no Brasil tem sido marcada por dois fenômenos importantes: a ampliação da presença da sociedade civil na elaboração e execução das políticas públicas e o crescimento das instituições participativas. No que tange a sociedade civil, após o período ditatorial vários atores sociais reivindicaram maior presença nas instâncias de deliberação de políticas públicas, sobretudo na assistência social, saúde e questões urbanas, o que tem gerado modelos híbridos com a participação de atores estatais e da sociedade nestas áreas. Acrescenta o autor que os últimos governos institucionalizaram a participação das OSCs e que este processo foi avaliado como aumento da participação.

Brugué (2009) reforça que a participação das OSCs se configura como um passo importante para a cidadania, contudo é necessário, para se tornar eficaz na ampliação da democratização, uma profunda transformação dentro da administração pública, sendo necessário conectar os aspectos de participação e gestão.

Como recorda Frey (2007), a partir do reconhecimento das potencialidades da agregação dos atores sociais na gestão pública, o tema da governança vem ganhando destaque na literatura, sobretudo com a necessidade de mobilizar conhecimentos disponíveis para melhoria na eficiência administrativa e da democratização dos processos decisórios locais.

Para fins deste estudo, o termo governança refere-se assim como define Fischer (1996, p. 19): a um conceito plural, que compreende não apenas a substância da gestão, mas a relação entre os agentes envolvidos, a construção de espaços de negociação e os vários papéis desempenhados pelos agentes do processo”. Governança é um conceito

importante para se compreender os esforços em ampliar a participação da sociedade na gestão da máquina do Estado.

Portanto, há que se distinguir os tipos de governança nos campos que praticada conforme destacado por Knopp e Alcoforado (2010). Quando ocorre no âmbito das empresas é denominada corporativa; quando operacionalizada no âmbito das OSCs ou entre elas chama-se governança comunitária; quando ocorre nas organizações públicas e/ou estatais recebe o nome de governança pública; já quando se dá através de uma composição plural para cogestão da coisa pública em defesa dos direitos, coprodução de bens e serviços para a promoção do bem-estar social e interesses públicos, recebe o nome de governança social. Denomina-se social por considerar a sociedade como um todo, considerando o envolvimento dos três setores (Estado, empresas e sociedade civil) no planejamento, implementação e avaliação de políticas, programas e projetos públicos.

Para Brugué (2009), a abertura do Estado à participação pode ser traduzida em um "ato de coragem" do gestor público na medida em que reconhece suas fragilidades e incapacidade de fazer frente a complexidade de problemas da sociedade. Acrescenta ainda que, olhando por este prisma, a administração pode ser conduzida por um olhar externo da administração favorecendo a adequação de políticas para que possam realmente surtir efeitos positivos à complexa gama de demandas da sociedade. Como exemplo do que foi relatado pode-se citar os processos ligados ao legislativo que até pouco tempo estava restrito a um conjunto de especialistas. Alguns ligados ao âmbito da regulamentação e outros poucos especialistas em elaboração legislativa eram suficientes para elaborar leis para todos. Tal cenário nos dias atuais é insuficiente uma vez que a legislação cada vez mais apresenta arestas e desta forma precisam ser abordadas de diferentes pontos de vista. As decisões que nos regem requerem cumplicidade, diálogos e acordos (Brugué, 2009).

Pateman (1992), chama a atenção para o fato de que para a grande maioria a participação pode estar restrita a escolha daqueles que vão tomar as decisões. Classifica este tipo de participação como simples proteção do indivíduo contra decisões arbitrárias e proteção de interesses privados. Complementa ainda que o sistema democrático desta forma tende a uma estabilidade, que estaria ameaçada caso a população participasse efetivamente dos espaços de controle social. Ao citar Rosseau, Pateman (1992) esclarece dois pontos sobre o sistema participativo: a participação acontece na tomada de decisões e constitui um modo de proteger interesses privados, assegurando um bom

governo. A autora ainda destaca o papel dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil como

Reflexões teóricas nas Ciências Sociais acerca da multiplicação de espaços de participação no Brasil têm aumentado nos últimos anos, em especial quanto ao papel das OSCs para aprimoramento da democracia. Contudo tem se mostrado insuficientes para explicar o processo relacional entre os entes (Moura e Kunrat, 2008; Lavallo e Castelo, 2008).

No histórico da participação do Brasil, observa-se dois momentos distintivos: antes e depois da década de 1970. Anteriormente, percebia-se o predomínio de uma concepção estadista, reservando ao governo a condução da dinâmica sociopolítica e de modernização da sociedade e aos atores não-estatais uma posição de coadjuvantes, principalmente aqueles oprimidos e excluídos da sociedade. Já nos anos finais da década de 1970, esta cena dá lugar a uma posição diferenciada da sociedade civil em relação ao Estado, com diferentes atores sociais se tornando protagonistas da mudança de um país marcado por severas desigualdades e centralização de poder. (Moura e Kunrat, 2008).

Para Lavallo e Castelo (2008), a participação de forma organizada vem ao longo dos anos adquirindo importância no cenário político e social. Nessa dinâmica, a forma de relacionamento existente em representante e representados tem implicações decisivas para a autenticidade e legitimidade dos processos participativos e seus atores envolvidos. No que tange ao controle social, quando se fala em nome de alguém ou quando se representa uma entidade ou grupo, a lógica da autoapresentação é substituída pela representação.

Se por um lado a participação é vista como imprescindível na gestão social, Frey (2007) recorda que embora as estratégias de mobilização popular tenham se mostrado efetivas em determinados momentos, elas dificilmente se mantêm ativas por longo período. Fato este que pode ser comparado com as experiências de reduzidos de participantes em fóruns participativos oferecidos por governos considerados progressistas. Isso constitui um desafio para o estabelecimento de uma participação efetiva, ou seja, a sua manutenção e fortalecimento no longo prazo, depois da abertura dos canais de participação, muitas vezes conquistados depois de antiga e intensa reivindicação da sociedade civil.

Fato relevante para a sociedade, como recorda Luchmann (2011), é que as OSCs assumem duplo papel na sociedade, realizando seus serviços de utilidade pública e

participando de espaços de representação, o que gera novos desafios e sobrecarregam as organizações. Estas OSCs atuam nas mais diferentes esferas da sociedade e em diferentes contextos, com recursos e condições adversas. Como formatos de participação pode-se citar a presenças destas OSCs em conselhos gestores, comitês, conferências e orçamentos participativos. (Luchmann, 2007).

O conceito de capital social ganhou novo vigor nas Ciências Sociais e da Ciências Políticas na década de 80, a partir de estudos sobre a experiência italiana de gestão do processo de desenvolvimento local e regional. A relação de confiança entre as pessoas se constitui como componente básico do capital social, segundo Putnam (2000). O nível de confiança seria diretamente proporcional a cooperação gerada. As abordagens de capital social explicam as diferentes dinâmicas de desenvolvimento local, regional e territorial, em função do capital social presente, o que implica em maior ou menor dinamismo socioeconômico-cultural (Millani, 2002).

Para Bourdieu (1986), o capital social pode ser considerado como sendo o conjunto das relações e redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas efetivamente para beneficiar o indivíduo ou sua classe social. Desta forma, é visto como de propriedade do indivíduo e de um grupo.

Conforme comentado por Milani (2002;2005), observa-se nos estudos sobre capital social categorias de análise oriundas da economia e outras ciências sociais, sobretudo a Ciência Política, Sociologia e Antropologia), tais como estoque de civismo, recursos de cooperação, acúmulo de confiança, redes sociais, confiança mútua, convivência e compromisso cívico, entre outras; completa ainda que a novidade dos estudos políticos sobre capital social está no fato de tentarem integrar valores individuais à política e conceber o cidadão na qualidade de sujeito participante.

A seguir, são sintetizadas diferentes das abordagens de capital social elaborado por Milani (2002; 2005).

Tabela 2 - Definições do Termo Capital Social

Autor	Definição	Variáveis	Ênfase	Benefícios
Pierre Bourdieu	Conjunto de recursos reais ou potenciais resultantes do fato de pertencer, há muito tempo e de modo mais ou menos institucionalizado, a redes de relações de conhecimento e reconhecimento mútuos.	A durabilidade e o tamanho da rede de relações. As conexões que a rede pode efetivamente mobilizar.	Parte do princípio de que o capital e suas diversas expressões (econômico, histórico, simbólico, cultural, social) podem ser projetados a diferentes aspectos da sociedade capitalista e a outros modos de produção, desde que sejam considerados social e historicamente limitados às circunstâncias que os produzem.	Individuais e para a classe social a que pertencem os indivíduos beneficiados.
James Coleman	O capital social é definido pela sua função. Não é uma única entidade (<i>entity</i>), mas uma variedade de entidades tendo duas características em comum: elas são uma forma de estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que se encontram dentro desta estrutura social.	Sistemas de apoio familiar. Sistemas escolares (católicos) na constituição do capital social nos EUA. Organizações horizontais e verticais.	Adepto da teoria da escolha racional (e de sua aplicação na sociologia), acreditava que os intercâmbios (<i>social exchanges</i>) sociais seriam o somatório de interações individuais.	Resultam da simpatia de uma pessoa ou grupo social e do sentido de obrigação com relação a outra pessoa ou grupo social.
Robert Putnam	Refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo.	Intensidade da vida associativa (associações horizontais), leitura da imprensa, número de votantes, membros de corais e clubes de futebol, confiança nas instituições públicas, relevância do voluntariado.	Na visão de Putnam, a dimensão política se sobrepõe à dimensão econômica: as tradições cívicas permitem-nos prever o grau de desenvolvimento, e não o contrário. A “performance institucional” está condicionada pela comunidade cívica.	Individuais e coletivos.
Mark Granovetter	As ações econômicas dos agentes estão inseridas em redes de relações sociais (<i>embeddedness</i>). As redes sociais são potencialmente criadoras de capital social, podendo contribuir	Duração das relações (consideradas positivas e simétricas). Intimidade. Intensidade emocional. Serviços recíprocos	Granovetter critica as duas visões do comportamento econômico: a visão neoclássica, que ele qualifica de subsocializada, visto que percebe apenas os indivíduos de forma atomizada, desconectado das relações sociais; e a estruturalista	O capital social seria um bem público e um bem privado, ao mesmo tempo.

	na redução de comportamentos oportunistas e na promoção da confiança mútua entre os agentes econômicos.	prestados.	e marxista, que ele qualifica de supersocializada, porquanto os indivíduos são considerados em dependência total de seus grupos sociais e do sistema social a que pertencem.	
John Durston	Corresponde ao conteúdo de certas relações sociais – aquelas que combinam atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e cooperação – que proporciona maiores benefícios àqueles que o possuem.	Confiança. Reciprocidade. Cooperação.	O capital social está para o plano das condutas e estratégias como o capital cultural está para o plano abstrato dos valores, princípios, normas e visões de mundo. Tipologia do capital social: individual (relações entre pessoas em redes egocentradas), grupal (extensão de redes egocentradas), comunitário (caráter coletivo, ser membro é um direito), de ponte (acesso simétrico a pessoas e instituições distantes), de escada (relações assimétricas que, em contextos democráticos, empoderam e produzem sinergias) e da sociedade como um todo.	De individual a social (de acordo com a tipologia de capital social).

Fonte: Milani (2002; 2005; pp. 18-19).

A presente investigação apoia as análises do fenômeno em tela, ou seja, a participação em processos de sustentabilidade dos territórios a partir da perspectiva de Putnam (2000), apesar de reconhecer a relevância de outras abordagens contidas na Tabela 2. Para os objetivos desenhados nesta investigação, a discussão sobre a organização comunitária, os laços de confiança estabelecidos entre atores da sociedade civil e deles com representantes do governo e das empresas se mostra como um elemento analítico essencial para se compreender os avanços e os desafios que se apresentam para a ampliação da participação nos processos de sustentabilidade dos territórios. Estudos como estes são importantes porque podem contribuir para novas experiências enquanto abordagem e conteúdo de como empresas podem ser impulsoras de processos desenvolvimentistas de territórios se devidamente associados com governos e sociedade civil.

A participação social, ou seja, o envolvimento dos vários atores em uma colaboração efetiva seria de suma importância para a construção e manutenção da sociedade. Milani (2008) corrobora essa perspectiva ao afirmar que:

A participação social, também conhecida como dos cidadãos, popular, democrática, comunitária, entre os muitos termos atualmente utilizados para referir-se à prática de inclusão dos cidadãos e das OSCs no processo decisório de algumas políticas públicas, foi erigida em princípio político-administrativo. Fomentar a participação dos diferentes atores sociais em sentido abrangente e criar uma rede que informe, elabore, implemente e avalie as decisões políticas tornou-se o paradigma de inúmeros projetos de desenvolvimento local (auto) qualificados de inovadores e de políticas públicas locais (auto) consideradas progressistas. (pp. 45)

Bordenave (1994) destaca que a participação é um caminho natural do homem para se expressar e realizar-se enquanto ser social e existem várias formas de participação. Segundo o autor, elas podem ser: **de fato**, ou seja, no grupo familiar, nas funções de subsistência ou relacionamento social; **espontânea**, um grupo de amigos, de vizinhos, sem uma organização ou objetivos bem definidos apenas para uma satisfação pessoal; **imposta**, quando um indivíduo é obrigado a realizar ações tidas como indispensáveis como servir ao exército, frequentar um culto, votação obrigatória;

voluntária, quando um grupo nasce dos próprios participantes e estes estabelecem objetivos e planos de ação; **provocada**, quando a participação voluntária não surge pelos membros do grupo, consiste numa colaboração externa para o alcance dos objetivos do grupo; e pôr fim a **concedida**, quando é outorgada pelos superiores e exercida pelos subordinados.

Milani (2008) recorda que a participação social tem como elemento fundamental o debate e, por conseguinte, a tomada de decisão. É necessária uma reforma democrática também no âmbito do Estado, fazendo com que essa perspectiva de interação entre governo e sociedade seja assumida pela administração pública de forma mais orgânica, sob a égide de estimular a participação dos diferentes atores (governamentais e não-governamentais), dando isonomia de participação dos cidadãos na definição das condições de sua organização e associação para incidência nas políticas públicas. O autor reforça que a legitimidade da representação não pode ser compreendida como um "papel assinado em branco", autorizando os governos a atuarem deliberadamente. (Milani, 2008).

Diante dessas proposições, fica a pergunta: como promover a participação? Para Bordenave (1994), os níveis de participação e intensidade de controle são questões chave para a participação num determinado grupo. O que significa maior ou menor influência nas decisões. Desta forma, o controle poderia estar seccionado entre os dirigentes ou os membros, sendo que os níveis de participação podem ir do simples acesso a informação até a autogestão, nível máximo de participação com controle por parte dos membros do grupo. O autor conclui que quando o governo chega a controlar a participação do povo, está cada vez mais distante a sociedade participativa. Bordenave (1994).

Trata-se de uma quebra de paradigma no que tange a forma de governo existente. Nos processos participativos, há uma maior complexidade do sistema de decisão sobre o fazer política, visto que a decisão passa a ser compartilhada. Evidentemente, o governo é central mas tem uma proporção diferente no sistema de governança, na medida em que a participação é tomada como um valor e um meio central para a gestão pública. (Milani, 2008).

2.4 - ABORDAGEM TEÓRICO-COMPREENSIVA DA PESQUISA

Ao longo do marco teórico desta dissertação, foram discutidos temas como a noção de território, as concepções sobre sustentabilidade, a relevância da intersectorialidade como forma de interação entre governo, sociedade civil e empresas e a trajetória, características, perspectivas e desafios dos processos participativos. A tabela 3, a seguir, faz uma síntese dos principais constructos teóricos desenvolvidos nessa discussão, as abordagens adotadas e as principais obras e autores que dão sustentação à análise desenvolvida sobre os fatores impulsionadores e limitadores da participação em processos de sustentabilidade dos territórios.

Tabela 3 - Modelo Teórico-Compreensivo da Pesquisa

Constructo	Abordagem	Obras
Território	Homem x Espaço Relações Sociais e Identidade	Santos (1988; 1999; 2002)
		Saquet (2003; 2010; 2012)
		Gatti (1994)
Sustentabilidade	Participação nos Projetos de Desenvolvimento	Sachs (1996; 2010)
		Lelé (1991)
		Dallabrida (2011)
Intersetorialidade	Parcerias	Selsck & Parcker (2005)
		Teodosio (2009)
	Responsabilidade Social Empresarial	Fischer (2005)
Participação	Participação	Bordenave, (1994)
		Brugué (2009)
		Pateman (1992)
	Formas de participação	Avritzer, (2007)
		Lüchmann (2011)
	Representação	Millani (2008)
		Lüchmann (2011)
		Lavalle (2008)
	Canais de participação	Gohn (1997)
		Moura e Kunrat (2008)
	Capital Social	Milani (2008)
		Putnam (2000)
	Ameaças, problemas e armadilhas	Brugué (2009)

Problema de pesquisa: Quais são os elementos que favorecem e dificultam a participação em projetos e programas que visam a sustentabilidade dos territórios?

Fonte: Elaborado pelo autor

Todos esses constructos, abordagens, obras e autores mobilizados na discussão teórica só fazem sentido quando entendidos como suporte essencial para uma melhor compreensão do problema de pesquisa da dissertação. Além disso, ganham maior concretude na medida em que se materializam em estratégias, abordagens e procedimentos adotados no desenho metodológico e implementação da pesquisa a partir de dados secundários e primários, conforme será visto a seguir.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa é classificada como método de estudo de caso, resultando em uma pesquisa participante, visto que o investigador também está envolvido no desenvolvimento do programa que se constitui em unidade de análise do caso em questão.

O estudo de caso consiste na escolha de um determinado objeto a ser estudado, ou seja, um determinado grupo que compartilha o mesmo ambiente e experiência. (Yin, 2005; Eisenhardt, 1989). É caracterizado ainda por reunir um montante considerável de informações acerca do objeto abordado, podendo mesclar métodos quantitativos e qualitativos, visando apreender um determinado contexto e descrever a complexidade do fato (Marconi; Lakatos, 2011). Para Yin, (2005), o estudo de caso pode ser definido como uma investigação empírica de um fenômeno atual dentro em seu contexto de vida real.

O fato do autor deste projeto de pesquisa estar envolvido diretamente no conteúdo da pesquisa apresenta pontos positivos e negativos. Quanto aos positivos, identifica-se o conhecimento aprofundado do objeto a ser pesquisado e suas especificidades; outro é o acesso aos pesquisados assim como a informações já geradas a respeito do programa, seja pela própria comunidade, seja por documentos relativos a RSC da Fiat Automóveis e aos relatórios de acompanhamento do programa por parte da Fundação AVSI e da CDM. O autor utilizou-se de técnica de observação direta, uma vez que trabalha na CDM há 20 anos. Quanto aos negativos, pode-se ressaltar que a aproximação dos entrevistados poderia gerar constrangimentos e ocultação de informações, bem como algum tipo de dúvida e resistência sobre a finalidade da obtenção dos dados, podendo gerar interferências importantes nos dados coletados.

Ciente deste cenário foram tomadas providências para criar um clima de confiança e cooperação, distanciando os papéis de gestor e pesquisador, afim de estabelecer uma relação construtiva acerca do objeto estudado. Em casos específicos, como por exemplo, entrevistando pessoas estavam sob chefia direta do pesquisador, dispôs-se de outro entrevistador para não causar intimidação ou outro tipo de constrangimento. Além disso, os diálogos e encontros de trabalho com o orientador da dissertação serviram também para estabelecer um contraponto crítico a partir de um apoiador qualificado da pesquisa, mitigando ou mesmo eliminando possíveis vieses de análise nos quais a investigação poderia incorrer.

Através de um questionário, estruturado com 54 questões com perguntas afirmativas e respostas dentro de uma escala diferencial semântica, com opções entre discordo totalmente (1) e concordo totalmente (5), acrescido de uma parte demográfica com informações gerais, foram pesquisadas 77 pessoas que participam do Programa Árvore da Vida. Esses respondentes se subdividiram entre jovens das atividades socioeducativas e dos cursos de qualificação profissional e lideranças atuantes na comunidade.

As entrevistas foram realizadas em dia e horário comercial, segundo critérios que facilitasse o acesso aos entrevistados. Ao início de cada entrevista, era ressaltado o objetivo científico da pesquisa e a diferenciação do papel do pesquisador naquele momento e de gestor do Programa Árvore da Vida, o que se demonstrou favorável, para que o entrevistado expressasse o seu ponto de vista sem uma percepção de coerção, imposição ou demanda vinculada a outros objetivos que não os da presente investigação. Para tanto, foram realizadas nos próprios ambientes de trabalho afim de gerar tranquilidade e segurança para os respondentes.

A exceção coordenador de campo, as demais entrevistas foram realizadas diretamente pelo autor. Cogitou-se a possibilidade de que as demais também fossem realizadas por auxiliares, contudo percebeu-se que ao realizar diretamente as entrevistas outras informações eram percebidas no campo, como por exemplo, o ambiente de trabalho, o relacionamento com os funcionários do Programa e pessoas da comunidade, ou seja, um conjunto de informações que poderiam passar despercebidas.

Esta pesquisa relata o processo de participação e os resultados alcançados através de uma parceria intersetorial. Identificou os elementos que favorecem e dificultam a participação em programas e projetos que visam a sustentabilidade dos territórios, caracterizando os atores locais envolvidos no programa, sua forma de participação; capacidade de representação das organizações da sociedade civil; relação com as instâncias de gestão do território; e capital social do Jardim Terezópolis antes e depois da realização do programa. Espera-se com esta pesquisa contribuir para uma visão ampliada e holística do objeto estudado.

A unidade de análise remete ao Programa Árvore da Vida, envolvendo a Comunidade de Jardim Terezópolis (lideranças e instituições locais), Fiat Automóveis, CDM e AVSI (gestores do programa) e parceiros da Rede de Cidadania do Programa (governo, organizações externas à comunidade e empresas fornecedoras da Fiat).

Para tanto, foram utilizadas múltiplas fontes de evidência através de informações quantitativas de série histórica e entrevistas com grupos envolvidos e impactados nas ações desenvolvidas pelo programa de responsabilidade social em questão. O grupo de entrevistados remete ao conjunto de participantes naquele momento do Programa, nas várias ações do Programa.

Na composição dos dados secundários, foram utilizadas informações quantitativas, contando com uma linha de base realizada no início do Programa (2004) e três pesquisas de impacto (2008, 2011 e 2013), remontando dez anos de intervenção na comunidade alvo. Estas informações foram disponibilizadas pela CDM, organização da sociedade civil gestora do programa. São relativas a caracterização dos domicílios, demografia, organização comunitária, saúde, segurança, educação e trabalho, amostras probabilísticas com intervalo de confiança de 95%.

No tocante aos dados primários, foram realizadas entrevistas semiestruturadas de acordo com os grupos de interesse. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com seis pessoas, envolvendo lideranças da comunidade, governo municipal, representante da Fiat e gestores do Programa (ver Tabela 4), com intuito de identificar no seu ponto de vista, a importância da participação da comunidade na formulação de propostas, acompanhamento, execução e avaliação de programas e projetos, e de que forma se manifesta a participação. Os respondentes foram escolhidos de forma intencional de acordo com a proximidade das ações do Programa, para evitar respostas genéricas ou até mesmo descontextualizadas. Estas entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, para posterior análise e triangulação das informações (vide roteiro no Apêndice).

Tabela 4 - Perfil dos Entrevistados

Perfil	Código de Identificação
Com formação em Administração de Empresas, trabalha desde 2009 em Instituições de educação infantil com atendimento a crianças de 0 a 5 anos. No Jardim Terezópolis, trabalha há três anos em uma Creche que integra a RDSJT.	Entrevistado1 OSC
Formação Superior em Geografia, atuando em movimentos sociais há 23 anos. Participa na RDSJT desde 2007, é líder comunitário atualmente trabalha na Prefeitura de Betim.	Entrevistado 2 GOV
Formação Superior em Economia, experiência em programas de desenvolvimento local em vários países. Trabalha na gestão do Programa Árvore da Vida desde 2008.	Entrevistado 3 PROG1
Formação Superior em Geografia e Filosofia, trabalhou no Programa Árvore da Vida de 2006 à 2008 e 2013 a atualmente.	Entrevistado 6 PROG2

Realiza a coordenação das atividades em campo e relacionamento comunitário.	
Formação Superior incompleta em Comunicação, é líder comunitário e participa do Programa Árvore da Vida desde 2004. Atua na área social há 37 anos.	Entrevistado 4 COM
Formação superior em Direito e especialização em responsabilidade social corporativa, gestão e marketing. Trabalha na gestão do Programa Árvore da Vida há cinco anos.	Entrevistado 5 EMP

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por se tratar de um período de 10 anos de existência do Programa Árvore da Vida, as pessoas entrevistadas foram escolhidas segundo o vínculo com a iniciativa. Optou-se por esta modalidade para buscar informações através de informantes que tenham tido efetivamente contato com o objeto de estudo. Estas entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Nestas entrevistas foram abordados temas relativos ao tipo de participação no programa, dificuldades na mobilização social; avanços obtidos na participação, representação no território, desafios e tipos de participação existentes.

Transcritas as entrevistas, buscou-se identificar nas falas os elementos que nortearam esta pesquisa quais sejam: canais de participação; representação, elementos facilitadores e dificultadores para a participação, formas de participação, ameaças da participação, participação antes e depois do programa, acesso a espaços de controle social e capital social. Vale ressaltar que os entrevistados têm experiência em tipos diferentes participação e liderança comunitária, neste âmbito são somadas experiências de ONGs, Empresas e movimentos sociais de base. O conhecimento da comunidade e do tema em específico contribuem significativamente para a análise que se pretende fazer.

No tocante aos questionários, foram aplicados a 77 participantes do Programa, entre lideranças, participantes de um curso voltado ao "fortalecimento de comunidade" e jovens frequentadoras da formação socioeducativa e para a qualificação profissional. O instrumento de coleta de dados fechado contou com 54 afirmativas e respostas numa escala diferencial semântica para identificar a percepção de participação, mobilização, noção de representação assim como a incidência na gestão territorial. Na sua composição foram ainda elaboradas nove questões demográficas (ver apêndice). Estes respondentes correspondiam a todos os participantes do Programa naquele momento.

Os questionários foram aplicados durante as atividades do programa com o intuito de facilitar a logística de coleta de dados, contudo foram tomados os cuidados para que os entrevistados tivessem liberdade para responder, estímulo ao preenchimento

e que um não influenciasse a resposta dos demais. A realização de entrevistas e a aplicação de questionários aconteceram no mês de dezembro de 2015.

As análises estatísticas dos dados foram realizadas utilizando-se o *software* Statistical Program for Social Sciences (SPSS), versão 22. Nesta fase, contou-se com auxílio de dois pesquisadores com doutorado em Estatística, da Universidade Federal de São João DelRei: Marcos Oliveira e Daniela Oliveira, que contribuíram significativamente para um maior e mais consistente aproveitamento das informações disponíveis, assim como com a aplicação de métodos estatísticos adequados ao tratamento dos dados coletados.

As análises estatísticas foram realizadas em duas etapas. Na primeira etapa, houve:

- **Caracterização da amostra:** análises de estatística descritiva, com cálculo de médias, desvios-padrão e porcentagens, para a descrição da amostra e para analisar os escores globais, do público pesquisado, assim como a separação entre lideranças e jovens;
- **Análise Univariada:** Teste U para amostras independentes para comparar dois grupos, com maior e menor participação e verificar se existiam diferenças estatisticamente significativas entre eles para as médias em: jovens e lideranças; jovens abaixo e acima de 15 anos; pessoas com menos e mais de dois anos de participação no Programa;
- **Análise Multivariada:** Verificação do agrupamento das variáveis em clusters assim como a quantidade significativa de grupos. Foram realizados agrupamentos para: público em geral; lideranças, jovens menores de 15 anos, jovens maiores de 15 anos e lideranças, estes grupos foram comparados quanto ao tempo de participação;
- **Regressão:** Verificação da relação entre as variáveis demográficas para prever o fator de participação em um conjunto de variáveis

Na segunda etapa, através da releitura das 54 questões, foram extraídas nove questões diretamente relacionadas a atitude de participação a partir do programa. As questões foram:

05: Ao participar do Árvore da Vida passei a me interessar mais pelos assuntos relacionados à comunidade;

06. *Ao participar do Árvore da Vida estou mais disposto a colaborar com as pessoas da comunidade;*
07. *Depois da participação no Árvore da Vida busco melhorias para comunidade;*
09. *Participo de conferências, conselhos da criança e do adolescente, tutelar, orçamento participativo e outros;*
10. *No momento das eleições, avalio o passado político e propostas dos candidatos,*
11. *Após as eleições acompanho o trabalho dos candidatos eleitos;*
16. *Ao participar das atividades no Árvore da Vida exponho meu ponto de vista e quando necessário sugiro melhorias;*
23. *Depois de participar do Árvore da Vida exponho minhas opiniões com mais facilidade; e*
47. *No futuro irei participar ativamente para melhorar a educação na comunidade.*

Posteriormente, calculou-se a média das respostas destas nove questões para os 77 indivíduos, formando um fator que foi denominado “Fator Participação”. Com esse fator, foram realizadas análises estatísticas, descritas a seguir, buscando investigar as relações das variáveis demográficas com o mesmo.

Uma dessas análises foi o teste de Kolmogorov-Smirnov, que verifica a normalidade dos dados. Para sua interpretação considera-se que se o p-valor $\leq 0,05$, os dados não são normais e recomenda-se utilizar os testes não paramétricos e se o p-valor $> 0,05$, os dados são normais e recomenda-se utilizar os testes paramétricos.

Outro teste foi o de Levene, que verifica a igualdade das variâncias. Nesse teste, se o p-valor $\leq 0,05$, as variâncias são diferentes, mas se p-valor $> 0,05$, as variâncias são iguais.

Também foi feito o teste t, que verifica para amostras independentes a igualdade de médias de dois grupos. Tem-se na sua interpretação que se o p-valor $\leq 0,05$, as médias (ou grupos) são diferentes, mas se p-valor $> 0,05$, as médias (ou grupos) são iguais.

Já, o teste da correlação verifica a relação entre o fator participação e uma variável quantitativa contínua. Nesse teste, se o valor da correlação é positivo e o p-valor $\leq 0,05$, é uma indicação que quanto maior for o valor da variável quantitativa

contínua, maior será a participação, enquanto que se o valor da correlação é negativo e o $p\text{-valor} \leq 0,05$, trata-se de uma indicação que quanto maior for o valor da variável quantitativa contínua, menor será a participação. Por último, se o $p\text{-valor} > 0,05$, significa que a variável quantitativa contínua não é indicada para explicar a participação no programa.

Finalmente, foi realizado o teste F (ANOVA), para verificar a igualdade de três ou mais grupos. Se o $p\text{-valor} \leq 0,05$, as médias (ou grupos) são diferentes e realiza-se as comparações múltiplas através do Teste de Tukey (que indicará qual grupo difere do outro e qual está mais parecido com outro); mas se $p\text{-valor} > 0,05$, as médias (ou grupos) são iguais.

Com o objetivo de gerar maior ganho interpretativo e de representação da realidade, recorreu-se à triangulação entre os dados primários e secundários, o que permitiu comparar e confrontar possíveis desvios e aproximações entre os vários atores (Eisenhardt, 1989).

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1 - Contexto e atuação do Programa Árvore da Vida

4.1.1 - Trajetória Histórica do Jardim Terezópolis

Segundo documentos gerados pelas oficinas socioeducativas do Programa Árvore da Vida, a história sobre o nascimento do Bairro Jardim Terezópolis (veja Figura1 - Peça promocional de venda do condomínio) tem início no ano de 1952. Nesse ano, a Companhia Mineira de Terrenos e Construções (Co.mi.te.co) comprou a área de 270ha, localizada na Fazenda dos Araújo, de propriedade da família Camargos, posteriormente denominada pela empresa compradora como "Parque Jardim Terezópolis". A proposta inicial, aprovada pela Prefeitura, era de fazer ali um condomínio fechado. Cerca de 80% dos lotes foram logo vendidos para investidores dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A enorme procura inicial pelos lotes, rapidamente comercializados, não se efetivou em novas construções ou novos moradores e a região se transformou em um território esquecido.

Figura 1 - Peça promocional de venda do condomínio



Fonte: Acervo do Programa Árvore da Vida

O primeiro morador do território, o Sr. Pedro Vale, mudou-se para a região em 1956, fato que sempre ostentou como distinção entre os demais moradores, o fato de ter sido ser o primeiro morador da região (ver Figura 2 - Primeira Casa do Jardim Terezópolis), ocupando a primeira casa do Jardim Terezópolis. O cenário de abandono que a região do Parque Jardim Terezópolis viveu no final dos anos 1950 perdurou por toda a década seguinte.

Figura 2 - Vista da primeira casa do Jardim Terezópolis em 1956



Fonte: Acervo do Programa Árvore da Vida

Somente em meados dos anos 1970, a área começou a ser ocupada por pessoas que vislumbraram no local a possibilidade de construir ou reconstruir suas vidas, em busca de oportunidade de trabalho nas empresas que começavam a serem instaladas na região (Figura 3 - Localização do Jardim Terezópolis no Município de Betim/MG). Os novos moradores, que não possuíam a documentação dos imóveis, além da insegurança quanto a posse, viviam outros problemas, como a inexistência de infraestrutura básica, já que todo o trabalho realizado pela Co.mi.te.co acabou inutilizado, após tantos anos de inatividade e abandono. Naquela época, a região ainda não era atendida por linhas de transporte coletivo e praticamente não havia comércio local, nem serviços de saúde e educação.

Figura 3 - Localização do Jardim Terezópolis no Município de Betim/MG



Fonte: Elaborado pelo autor.

A Fiat se instalou na região em 1973, e muitas pessoas saíram de suas cidades em busca de oportunidade de trabalho e renda gerados pela presença da montadora de automóveis da cidade de Betim. Um fator não menos importante para essa migração é que a região na época da instalação da empresa já contava com o transporte de trem, o que favoreceu ainda mais a chegada de novos moradores em busca de oportunidades. A ocupação teve seu ápice entre as décadas de 70 e 80. Com a ocupação desordenada e esquecimento do poder público, a comunidade contou com problemas de toda sorte: urbanização, infraestrutura, serviços precários de saúde e educação, desemprego e violência. Com o passar dos anos, se conformaram na região o bairro Jardim Terezópolis, Vila Bemge e Vila Recreio, que abrigam atualmente mais de 33 mil pessoas (Censo 2010, IBGE).

Figura 4 – Jardim Terezópolis, Vilas Recreio e Bemge



Fonte: Imagem Google Earth fev/2015 - Adaptado pelo autor.

4.1.2 - O PROGRAMA ÁRVORE DA VIDA

A história do Programa Árvore da Vida começa em 2003, com a realização de estudos e diagnósticos para o levantamento de demandas e recursos existentes no território. Estes estudos levaram em consideração o patrimônio social existente e o capital social da comunidade. Essas pesquisas apontaram para a desarticulação de instituições e lideranças que atuavam no território, atraso e abandono escolar, baixo índice de qualificação profissional dos moradores, alto índice de desemprego, grande incidência de trabalho e empreendimentos informais e alto índice de criminalidade. Outra fragilidade identificada à época estava relacionada ao trânsito dos moradores entre as vilas, dificultado pelas dinâmicas locais associadas ao tráfico de drogas. (Pesquisa AVSI/CDM, 2003)

Segundo diagnóstico de implantação do programa, a percepção na comunidade era de baixo o potencial organizativo à época. Quando perguntados sobre a existência de trabalhos coletivos, 73% deles afirmaram que as pessoas da comunidade não costumavam trabalhar juntas em busca de interesses comunitários. Contudo, ressaltaram que haviam lideranças e instituições que realizavam ações a partir de seus núcleos de relacionamentos.

A partir de dados do 33º Batalhão da Polícia Militar em 2003, a região de Terezópolis liderava o *ranking* de crimes violentos do município de Betim, o que trazia estigmas para a região e seus moradores, tanto em relação à dinâmica interna do próprio território (moradores de áreas mais violentas do Jardim Terezópolis) quanto em relação a outras regiões do município de Betim e redondezas.

Voltando ao diagnóstico de implantação, quando perguntados sobre as qualidades do bairro, mais de 1/3 disseram nada haver de qualidade ou não responderam à questão. Agregados estes e outros fatores de vulnerabilidade geraram na comunidade um forte clima de insegurança e baixa estima em relação ao pertencimento do território de Jardim Terezópolis.

Há época da implantação do Programa, a comunidade contava com uma razoável infraestrutura de serviços públicos, dentre as quais: 04 instituições que prestavam serviços no setor de saúde; 06 no setor de educação; 03 no setor de assistência social; 01 no setor de arte e cultura; 01 no setor de serviços urbanos e programas sociais; e 01 no setor de segurança pública, todas em condições físicas

adequadas à prestação de serviços. Juntas, essas instituições desenvolviam 62 programas e serviços em benefício da comunidade.

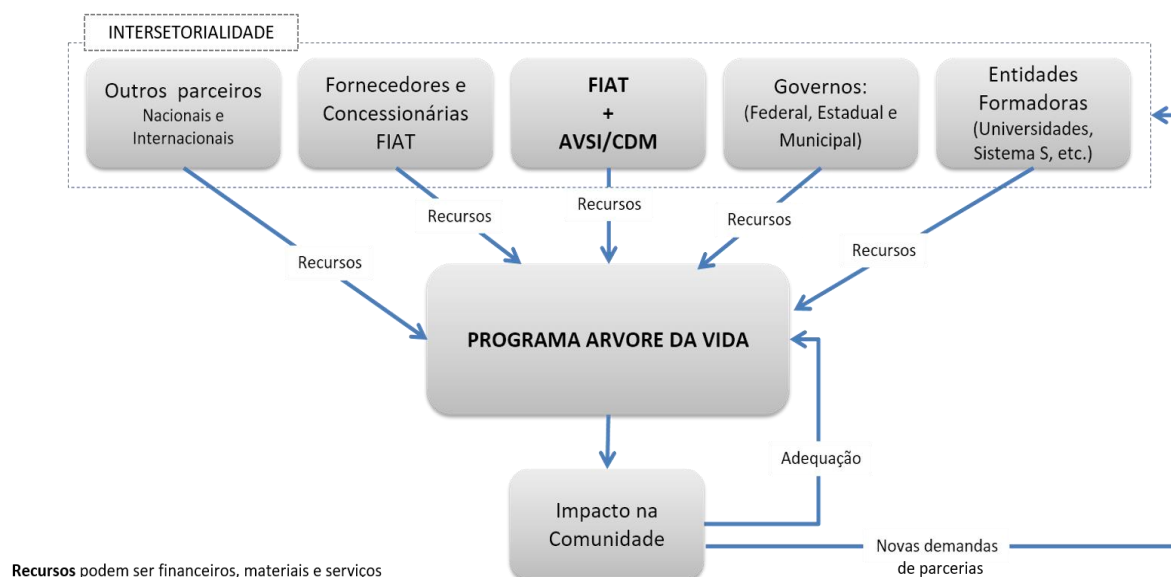
Quando observadas as OSCs que também se dedicavam à prestação de serviços sociais, verificou-se um grupo menor e em condições técnicas e físicas menos favoráveis à prestação de serviços, que se sustentavam basicamente do voluntarismo dos seus membros. Estas somavam 10 e atuavam majoritariamente no campo da assistência social, desenvolvendo principalmente ações de apoio às famílias. Destacavam-se ainda as instituições que atuavam em apoio aos segmentos da criança e adolescência.

Apesar de apresentar um número menor em relação as instituições de serviço estatal, quando perguntados sobre que instituições buscavam melhorias para a comunidade, 58,7% dos pesquisados apontaram as OSCs, o que indica uma maior proximidade destas organizações às necessidades da comunidade.

Percebeu-se ainda a desarticulação destes serviços e instituições, o que dificultava a comunicação e a possibilidade de atuação conjunta para a resolução de problemas complexos.

Antes, porém da realização das ações propriamente ditas na comunidade entendia-se que para uma atuação efetiva seria necessário o envolvimento de muitos atores com competências e recursos diferentes. Neste panorama, a parceria FIAT/AVSI/CDM precisava, a partir das demandas levantadas nos estudos iniciais, identificar outros parceiros para integrar o Programa. Os atores envolvidos nessa parceria podem ser vistos na Figura 5, abaixo.

Figura 5 - Parcerias no Programa Árvore da Vida



Fonte: Acervo do Programa Árvore da Vida.

O Programa Árvore da Vida adquire neste sentido o papel de articulador de recursos e oportunidades (financeiros, humanos, serviços, bens e materiais), ou seja, busca através de relacionamentos e parcerias recursos para a comunidade, assim como de acelerador do desenvolvimento local, uma vez que concentra de forma coordenada recursos na comunidade.

Na medida em que as ações surtem efeitos na comunidade, outras demandas surgem e novos parceiros e recursos são necessários, assim como a adaptabilidade do Programa, buscando formar um sistema dinâmico e adaptativo à realidade local, visando o desenvolvimento social do Jardim Terezópolis.

Ao analisar os documentos do programa e seus arquivos com registros de relatos dos envolvidos, no que tange as parcerias realizadas, é possível identificar três pontos relevantes: a) **conciliar modalidades de trabalho e lógicas gerenciais**, através da combinação da intervenção social com a lógica econômica (ganhos recíprocos); **harmonizar conhecimentos, capacidades e competências dos diferentes parceiros**, evitando sobreposições, b) **estabelecer relações de confiança e transparência entre parceiros com diferentes origens e culturas**, através da identificação de atores com distintas competências e boa reputação, de forma a prevenir e gerir eventuais riscos na atuação de cada parceiro, c) **monitorar e avaliar os diversos impactos gerados**, através de objetivos compartilhados de natureza social e econômica; **criar indicadores**

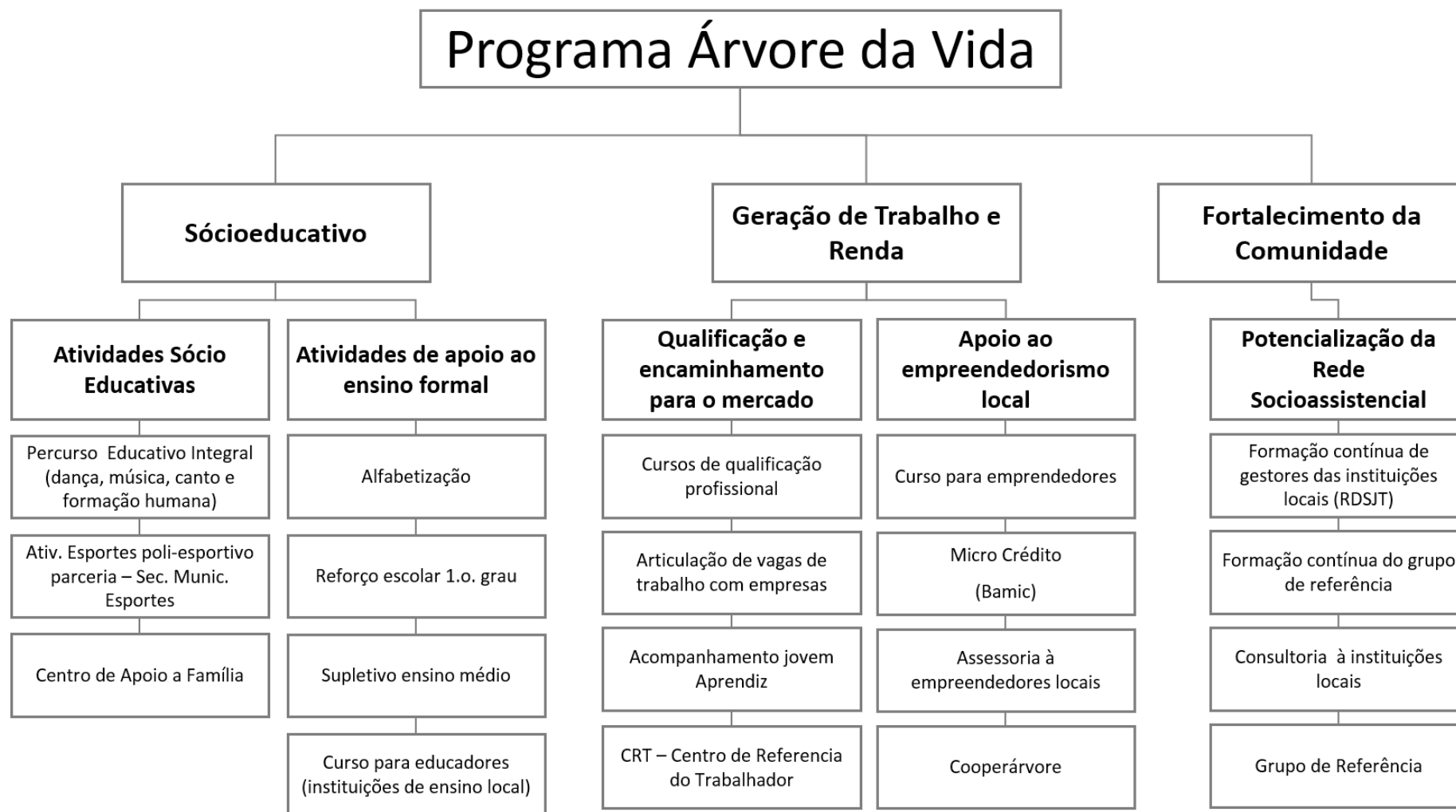
(quali-quantitativos) que respondam as diferentes exigências; e manter um constante e transparente **relacionamento com a comunidade**.

Três foram as premissas que nortearam a realização do Programa: fortalecer o cidadão e potencializar seu relacionamento consigo, família, escola e comunidade; desenvolver um programa de formação e articulação social, que buscasse sua sustentação ao longo dos anos; e atuação intersetorial, de tal forma que ao ser implantado tivesse uma perspectiva da sustentabilidade ao longo do tempo.

No ano de 2004, as primeiras atividades no Jardim Terezópolis começaram a ser planejadas e executadas pelas organizações Fundação AVSI e CDM Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana, em parceria com a FIAT. O Programa Árvore da Vida nascia com a premissa de promover o fortalecimento das lideranças e instituições locais; a inclusão social de crianças e adolescentes por meio de ações socioeducativas; e capacitação profissional de jovens e adultos. Desde a sua criação, o Programa é fundamentado em três linhas de atuação: fortalecimento da comunidade, ações socioeducativas e geração de trabalho e renda (ver Figura 6).

Sendo assim, o Programa Árvore da Vida foi estruturado em três projetos: **Fortalecimento da Comunidade:** ações para melhorar a qualidade de gestão de lideranças e dirigentes de instituições locais; **Socioeducativo:** Percurso educativo para jovens de 12 a 15 anos com atividades socioculturais, esportivas, acrescidas de formação humana e cidadã, além de atividades para professores e diretores de escolas locais; **Geração de trabalho e renda:** cursos profissionalizantes e encaminhamento ao mercado de trabalho, incubação de uma cooperativa e apoio ao empreendedorismo.

Figura 6 - Atividades do Programa



Fonte: Acervo do Programa Árvore da Vida.

A seguir, é feita uma discussão das ações e objetivos visados em cada uma dessas três frentes grandes projetos no interior do Programa Árvore da Vida.

Desde a implantação, as atividades aconteceram de forma concomitante. Podendo ser considerada como a primeira das atividades, o chamado Grupo de Referência, teve início ainda na fase de diagnóstico. Esta ação foi pensada para fazer fluir informações entre a comunidade e o Programa. É composto por lideranças da comunidade que participam das várias ações como suporte, trazem demandas, discutem soluções e transmitem informações sobre as várias atividades do programa. Foram realizados cursos para gestores das instituições locais sobre temas como "Gestão da Rotina", "Elaboração de Projetos e Captação de Recursos" e "Trabalho em Rede", dentre outros.

No ano de 2009, a partir do interesse das instituições locais foi inaugurada a Rede de Desenvolvimento do Jardim Terezópolis (RDSJT), com o objetivo de contribuir para a promoção do desenvolvimento comunitário sustentável e qualidade de vida para os moradores das vilas Jardim Terezópolis, Bemge e Vila Recreio, através da articulação e integração de ações, projetos e serviços dos diversos setores da comunidade. É composta por pessoas e representantes das organizações locais sendo elas de governo, iniciativa privada e sociedade civil organizada, conforme pode ser visto na Tabela 5, a seguir. Realiza um Fórum mensal, para difusão de informações e ações coletivas e, para a discussão de temas específicos, se subdivide em Grupos de Trabalho (GTs), como por exemplo, saúde, educação, organização comunitária e segurança, dentre outros.

Tabela 5 - Lista das instituições participantes da RDSJT

ID	Instituição	Área de atuação	Público	Atendidos
1	Espaço Árvore da Vida	Desenvolvimento comunitário	Crianças, jovens e adultos	1.250 pessoas
2	Casa Margarida Alves	Desenvolvimento comunitário	Crianças, jovens e adultos	200 pessoas
3	Complexo Esportivo Ricardo Mediolli	Esporte	Crianças, jovens e adultos	1.300 pessoas
4	Escola Municipal Adelina Gonçalves Campos	Educação	Crianças e adolescentes	800 pessoas
5	Escola Municipal Aristides José da Silva	Educação	Crianças e adolescentes e adultos	1.250 pessoas
6	Escola Estadual Teotônio Vilela	Educação	Crianças e adolescentes	1.400 pessoas
7	Centro de Prevenção a Criminalidade	Desenvolvimento comunitário	Jovens de 12 e 24 anos e familiares	200 pessoas
8	Instituto Educacional Tia Dulce	Educação	Primeira infância	151 Crianças
9	Salão paroquial da Igreja São José Operário	Desenvolvimento comunitário	Crianças, jovens e adultos	200 pessoas
10	Semas - Secretaria Municipal de Assistência Social - Regional Terezópolis	Assistência Social	Toda a comunidade	
11	Escola Municipal Belizário Ferreira Caminhas	Educação	Crianças e adolescentes	810 pessoas
12	Escola Estadual Lourdes Bernadete	Educação	Crianças, adolescentes	1.500 pessoas
13	Escola Estadual Bento Machado Rodrigues	Educação	Crianças e adolescentes	750 pessoas
14	Administração Regional Terezópolis		Toda a comunidade	
15	Associação das Donas de Casa	Assistência Social	Mulheres	120 pessoas
16	Creche Maria Estela Barcelos	Educação	Berçário e Maternal	140 pessoas
17	Asilo Antônio Pereira Gonçalves	Assistência ao Idoso	Idosos acima de 60 anos	33 pessoas
18	1º Distrito Policial	Segurança Pública	Toda a comunidade	
19	Centro Artístico Frei Estanislau	Lazer e Cultura	Crianças, adolescentes, jovens e adultos	655 pessoas
20	UBS – Unidade Básica de Saúde	Saúde	Todos da Comunidade	1.000 pessoas
21	Creche Comunitária Ana Medioli	Educação	Maternal	202 pessoas
22	Creche Comunitária Cantinho Feliz	Educação	Maternal	128 pessoas
23	Centro Educacional Dona Marta	Educação	Infantil	189 pessoas
24	Instituto Educacional Ebenezer	Educação	Educação Infantil	180 pessoas
25	Biblioteca Pública Amélia Alves Silva	Educação	Crianças, adolescentes, jovens e adultos	250 pessoas

Fonte: Levantamento elaborado pelo autor.

A cada dois anos, através do Programa Árvore da Vida, a RDSJT realiza seu plano bienal de atuação. Neste momento, se avaliam as metas anteriores, que podem ser mantidas ou podem dar lugar a novas diretrizes de atuação. Estas diretrizes compõem um plano de ação com objetivos, prazos e responsabilidades. A maioria das ações propostas são de cunho coletivo, com objetivos que vão desde a promoção dos trabalhos realizados através de eventos coletivos na comunidade, até a solução de problemas comuns como a sinalização de vias e itinerário/horário de ônibus coletivo.

A RDSJT realiza ainda encontros de formação para seus participantes com o intuito de incrementar a capacidade técnica dos dirigentes das organizações locais e, por conseguinte, a melhoria dos serviços oferecidos. Se configura como o espaço de participação social e incidência nas dinâmicas de controle social do território.

Figura 7 - Distribuição das Instituições que compõem a RDSJT no território.



Fonte: Imagem Google Earth fev/2015 - Adaptado pelo autor.

Como pode ser percebido na Figura 7, grande parte dos serviços e instituições de atendimento da comunidade estão no território de Jardim Terezópolis, o que configura um ponto de fragilidade a mais para as outras duas comunidades, Vila Recreio e Vila Bemge, sobretudo em momentos de conflito e disputa pelo controle do tráfico de drogas da região.

Em 2014, a Comunidade recebeu uma nova ferramenta para obtenção de apoio aos projetos realizados pelas instituições da comunidade, que também opera como canal de transparência para os demais atores do território e financiadores.

Através de um Edital de Inovação, o SESI e a Fiat Automóveis, com o apoio do Programa Árvore da Vida e RDSJT, foi construída a Plataforma Conexão Terezópolis (www.conexãoterezopolis.com.br). Contando com um sistema de indicadores com recorte na comunidade, através dessa Plataforma é possível verificar que projetos estão contribuindo para as demandas mais críticas do território, assim como o estado de execução das ações. Lá são lançados os vários projetos das instituições locais, sejam eles individuais ou coletivos.

Figura 8 - Página Web do Portal Conexão Terezópolis



Fonte: www.conexaoterezopolis.com.br acessado em 02/02/2016

Esta plataforma se configura também como importante instrumento de divulgação de ações positivas da comunidade, troca de informações e orgulho da população local.

Nos primeiros anos do Programa, foram realizados cursos para os professores das escolas locais e assessorias aos gestores escolares para demandas variadas como relacionamento interpessoal e desenvolvimento de projeto político e pedagógico das instituições escolares. Foram atendidos mais de 300 professores.

Com o objetivo de mitigar as defasagens na área da educação, foi desenvolvido um percurso formativo para jovens até 15 anos, de forma que contemplasse educação para a cultura, formação humana e cidadã. Trata-se da realização de uma oficina cultural (canto coral, percussão ou esporte) acrescido de formação humana e cidadã.

Nestas oficinas, são trabalhados temas e comportamentos que reforçam a disciplina, trabalho em equipe, respeito, responsabilidade e persistência, entre outros. São feitas apresentações dentro e fora da comunidade e realizadas atividades externas em museus, parques, exposições e teatros, para abertura do horizonte dos jovens. No conjunto, são reforçados valores e atitudes positivas relativos à família, escola e comunidade. Em complementariedade, realiza-se o acompanhamento escolar e familiar. Nos últimos 11 anos foram atendidos mais de 3300 crianças e adolescentes neste percurso.

Com foco na melhoria da qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, foram elaborados cursos de qualificação em parcerias com empresas do Grupo Fiat, fornecedores e com o chamado Sistema S, parcerias com as agências de emprego e RH de várias empresas. Em 2009, através de parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, foi possível levar para a Comunidade um posto de atendimento do Sistema Nacional de Emprego (SINE), o que trouxe para os moradores do território Jardim Terezópolis facilidade no acesso aos serviços de apoio ao trabalhador ora oferecidos apenas no centro de Betim. Segundo os dados de monitoramento do programa, desde o início das ações de qualificação profissionais mais de 1.500 encontraram sua oportunidade de trabalho.

No âmbito dos cursos de qualificação, surgiu a partir do desejo de algumas mulheres da comunidade a Cooperárvore, uma cooperativa formada em sua maioria por mulheres da comunidade, que produzem e geram renda com sobras de materiais oriundos do processo produtivo da FIAT. A Cooperárvore tem papel social importante na geração de renda para mulheres, em uma região que em função do perfil industrial contrata em sua maioria homens para o processo produtivo. Além disso, contribui para a gestão ambiental ao reaproveitar cerca de 23 toneladas de material do processo produtivo FIAT.

Para os proprietários de pequenos negócios locais, o Programa realizou nos primeiros anos cursos de empreendedorismo, além de construir alianças estratégicas com instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), que realizaram formação para este público. Com o passar dos anos, os empreendedores protagonizaram a formação de uma associação local para realização de campanhas e cursos, dentre outras atividades. Durante 3 anos consecutivos, os empreendedores realizaram a Campanha Promocional de Natal, na qual mais de 20 estabelecimentos

organizaram a compra de brindes, distribuição de cupons e sorteios em locais públicos, com a presença de mais de 2.000 pessoas.

Passados dez anos de realização do Programa e com a intenção de uma nova forma de intervenção no território, foram convidados vários atores para elaborar o que seria a intervenção do Árvore da Vida para os próximos dez anos. Participaram lideranças da comunidade, pessoas envolvidas nas várias ações do programa, profissionais da Fundação AVSI e CDM, representantes da Prefeitura e do Movimento Nossa Betim (vide Figura 9).

Figura 9 - Workshop de construção da Visão do Programa Árvore da Vida



Fonte: Acervo do Programa Árvore da Vida

Através de *workshops*, foram analisados o cenário atual, o impacto das tendências sociais, as principais demandas da comunidade e a definição das diretrizes de atuação do programa. Estes trabalhos foram conduzidos através de consultores e coordenados pela área de inovação da FIAT. Surgiram como temas a serem priorizados para os próximos dez anos a educação; cultura, esporte e lazer; integração entre as vilas; e segurança. A "Visão de Futuro", como ficou conhecido esse *workshop*, se destacou como uma ferramenta de participação social na elaboração das ações do programa.

4.2 - PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ÁRVORE DA VIDA

4.2.1 - Análise dos Dados Quantitativos

Como pode ser observado na tabela abaixo, os jovens correspondem a mais de 85% dos pesquisados, contudo as lideranças apesar de representarem 14% da amostra, correspondem a 44% dos representantes/líderes da comunidade que tem relacionamento com o Programa. Outro ponto a ser destacado é o tempo de participação no Programa, observa-se uma proporção equitativa entre os respondentes, com mais e menos dois anos de participação.

Tabela 6 - Caracterização da Amostra			
Variáveis	Categorias	Freq.	%
Categorias de análise	Jovens	66	85,7
	Lideranças	11	14,3
Subgrupos das categorias de análise	Jovens - abaixo de 15 anos	51	66,2
	Jovens - acima de 15 anos	15	19,5
	Lideranças	11	14,3
Sexo	Masculino	40	51,9
	Feminino	37	48,1
Comunidade onde mora	Jardim Terezópolis	63	81,8
	Vila Recreio	10	13,0
	Vila Bemge	4	5,2
Tempo de participação no Programa Árvore da Vida em faixas	Até 2 anos	38	49,4
	Acima de 2 anos	39	50,6
Escolaridade	Ensino Fundamental	37	48,1
	Ensino Médio	33	42,9
	Ensino Superior	7	9,1
Renda Mensal	Sem renda	35	45,5
	Com renda	42	54,5

Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Há que se destacar que o tipo de formação recebida pelos jovens difere de acordo com as atividades que participam, como já visto na contextualização do Programa. Jovens mais novos, que fazem todo o percurso educativo de cinco anos, tem um conteúdo diferenciado daqueles participantes da qualificação profissional, o que gera, conforme será observado mais adiante, diferentes tipos de comportamentos relacionados a participação. No que tange as lideranças comunitárias, todo o conteúdo

programático desenvolvido está relacionado ao desenvolvimento das habilidades como líder e fomento a participação social.

Ao fazer uma análise descritiva das 54 questões, ordenou-se da maior para a menor média as 10 questões que tiveram melhor pontuação. Com isso, identificou-se as questões que tiveram respostas mais próximas de (5). Estas 10 questões estão relacionadas a cidadania, expectativa de vida, autoestima, relação com profissionais do Programa, interesse pela comunidade, formas de participação e integração de lideranças e instituições para o desenvolvimento da comunidade, como pode ser observado na Tabela 7 abaixo.

Tabela 7 - Itens mais pontuados

Variáveis	Mín	Máx	Média	DP
1. Ao participar do Árvore da Vida tive maior conhecimento de meus direitos e deveres.	2,00	5,00	4,6494	,60189
25. Depois de participar do Árvore da Vida minha expectativa diante do futuro melhorou.	3,00	5,00	4,6364	,62637
2. Ao participar do Árvore da Vida a minha autoestima melhorou.	2,00	5,00	4,6104	,63154
15. Minha proximidade com os profissionais do Árvore da Vida é muito boa.	1,00	5,00	4,5065	,86790
5. Ao participar do Árvore da Vida passei a me interessar mais pelos assuntos relacionados à comunidade.	3,00	5,00	4,3766	,64968
13. A comunidade está mais participativa após a chegada do Árvore da Vida.	1,00	5,00	4,3247	,96575
23. Depois de participar do Árvore da Vida exponho minhas opiniões com mais facilidade.	1,00	5,00	4,3117	,97683
3. Ao participar do Árvore da Vida percebo que a minha capacidade de falar em público melhorou.	1,00	5,00	4,2987	,94681
14. As instituições da comunidade estão mais integradas após o Árvore da Vida.	1,00	5,00	4,2987	,90416
6. Ao participar do Árvore da Vida estou mais disposto a colaborar com as pessoas da comunidade.	1,00	5,00	4,2078	,80029

Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

O mesmo exercício foi feito para as médias que menos pontuaram. Esses itens estão relacionados a ao relacionamento e presença de políticos na comunidade, qualidade dos serviços de saúde e educação, oportunidade de trabalho e renda, disponibilidade de espaços de lazer e cultura, violência e segurança, assim como a presença de lideranças jovens (ver Tabela 8).

Tabela 8 - Itens que menos pontuaram

Variáveis	Mín	Máx	Média	DP
43. Os políticos visitam a comunidade fora da época das eleições	1,00	5,00	1,7532	1,1257
40. Atualmente a comunidade não sofre com problemas de acesso aos serviços de saúde.	1,00	5,00	1,8831	1,0879
41. Atualmente a comunidade não sofre com problemas de acesso ao trabalho e renda.	1,00	5,00	2,0519	1,1686
38. Atualmente a comunidade não sofre com problemas na área de educação.	1,00	5,00	2,0779	1,0731
39. A comunidade dispõe de espaços e atividades para lazer e cultura.	1,00	5,00	2,1039	1,2202
44. As pessoas da comunidade se comunicam com os políticos que as representam.	1,00	5,00	2,1169	1,1236
42. A comunidade tem ofertas de projetos de esporte, lazer e cultura.	1,00	5,00	2,1948	1,2358
37. Atualmente a comunidade não sofre com problemas de violência e segurança.	1,00	5,00	2,2078	1,3311
36. Atualmente a comunidade tem lideranças jovens.	1,00	5,00	2,4026	1,1269
19. Minha proximidade com o(s) político(s) que representa(m) a comunidade é muito boa.	1,00	5,00	2,6234	1,5393

Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

A tabela acima está ordenada da pior para a melhor média, sendo assim, o item menos pontuado está relacionado com a presença de políticos na comunidade fora dos momentos de eleição.

Feita a caracterização geral do público pesquisado, passou-se para a verificação, através dos testes de análise univariada, *Test U de Mann-Whitney*, da existência de diferenças significativas entre as variáveis de um modo geral e por grupos como apresentado a seguir. Este método compara questão por questão.

Partiu-se da hipótese que jovens e lideranças teriam percepções diferentes acerca do território em função do tipo de relacionamento que tinham ou da realidade vivenciada por cada um. Após o teste identificou-se um conjunto de 17 variáveis que apontaram diferenças entre jovens e lideranças.

Tabela 9 - Significância entre as variáveis para os grupos de lideranças e jovens

Variáveis	U de Mann-Whitney	P-Valor	Postos de média	
			Lideranças	Jovens
5. Ao participar do Árvore da Vida passei a me interessar mais pelos assuntos relacionados à comunidade.	168,500	0,002	56,68	36,05
6. Ao participar do Árvore da Vida estou mais disposto a colaborar com as pessoas da comunidade.	231,000	0,036	51,00	37,00
7. Depois da participação no Árvore da Vida busco melhorias para comunidade.	238,000	0,049	50,36	37,11
8. Sou interessado por assuntos de relacionados a política e economia em jornais e noticiários.	155,500	0,002	57,68	35,86
10. No momento das eleições, avalio o passado político e propostas dos candidatos.	109,500	0,000	62,05	35,16
11. Após as eleições acompanho o trabalho dos candidatos eleitos.	118,500	0,000	61,23	35,30
16. Ao participar das atividades no Árvore da Vida exponho meu ponto de vista e quando necessário sugiro melhorias.	221,500	0,025	51,68	36,86
17. Minha proximidade com as lideranças da comunidade é muito boa.	105,500	0,000	62,41	35,10
18. Sei citar pelo menos dois nomes de lideranças ativas da comunidade.	110,500	0,000	61,95	35,17
19. Minha proximidade com o (s) político (s) que representa (m) a comunidade é muito boa.	144,000	0,001	58,91	35,68
20. Sei citar pelo menos dois nomes de políticos que representam a comunidade.	163,000	0,003	57,18	35,97
22. Minha proximidade com a Prefeitura de Betim é muito boa.	129,000	0,000	60,27	35,45
28. A comunidade se sente à vontade para sugerir atividades no Árvore da Vida.	213,500	0,019	52,59	36,73
36. Atualmente a comunidade tem lideranças jovens.	232,500	0,048	27,14	40,98
39. A comunidade dispõe de espaços e atividades para lazer e cultura.	234,500	0,049	27,32	40,95
40. Atualmente a comunidade não sofre com problemas de acesso aos serviços de saúde.	202,000	0,012	24,36	41,44
42. A comunidade tem ofertas de projetos de esporte, lazer e cultura.	226,000	0,037	26,55	41,08

Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Para esta análise, eram esperadas diferenças entre as variáveis em função das motivações apontadas anteriormente, contudo salta os olhos a questão (36), na qual lideranças e jovens divergem quanto a presença de lideranças jovens.

Quanto a qualidade dos serviços de saúde os jovens se sentem atendidos. Na checagem da informação, observou-se que os jovens utilizam menos se comparados à população mais adulta (como é o caso das lideranças) o serviço, o que pode gerar está pseudo impressão. Já para a oferta de espaços e projetos de cultura esporte e lazer, entende-se que os jovens tiveram um olhar de atendidos e que as lideranças, por terem um olhar global para a comunidade, os tem como insuficientes para a comunidade.

Para verificar a diferença entre jovens mais novos e mais velhos também foi realizado o mesmo teste. Conforme mencionado anteriormente, por haver um tipo de formação diferenciada ente eles, partiu-se do princípio que poderia haver diferenças significativas entre estes dois grupos. Foi observado que os mais jovens pelo tipo de formação que recebem e seu envolvimento com as demais ações do Programa podem gerar um certo tipo de comportamento que venha a corroborar o processo participativo, assim como noções de participação e reconhecimento do trabalho das lideranças da comunidade.

Tabela 10 - Significância entre as variáveis para os grupos jovens com idade abaixo e acima de 15 anos

Variáveis	U de Mann-Whitney	P-Valor	Postos de média	
			Até 15 anos	Acima de 15 anos
1. Ao participar do Árvore da Vida tive maior conhecimento de meus direitos e deveres.	231,000	,003	36,47	23,40
8. Sou interessado por assuntos de relacionados a política e economia em jornais e noticiários.	254,000	,044	36,02	24,93
9. Participo de conferências, conselhos da criança e do adolescente, tutelar, orçamento participativo e outros.	251,000	,036	36,08	24,73
30. Acredito que as lideranças da comunidade sabem o que é melhor para a minha comunidade.	236,500	,020	36,36	23,77
31. As lideranças da comunidade estão mais integradas para trabalhar em prol da comunidade.	217,000	,008	36,75	22,47
33. As lideranças da comunidade opinam como os projetos devem atuar na comunidade.	252,000	,038	36,06	24,80
37. Atualmente a comunidade não sofre com problemas de violência e segurança.	239,500	,022	30,70	43,03
51. As pessoas da comunidade irão participar dos espaços de lazer e cultura.	247,000	,029	36,16	24,47

Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Na tabela acima, a variável 37 diferencia a média entre eles e sugere uma informação interessante: uma percepção de violência e segurança diferente entre os jovens. Verificada a informação em campo, observou-se que os jovens pesquisados passam grande parte do dia fora da comunidade para os cursos de qualificação que acontecem no SENAI, o que pode sugerir uma percepção diferente de violência do bairro.

Foi observado também a diferença no padrão das variáveis para os grupos de pessoas com mais e menos de dois anos de participação no programa. A sensibilidade do teste apontou para um conjunto de 13 variáveis com diferenças significativas entre os dois grupos. Foi observado que as médias melhores pontuadas estão no grupo de pessoas com mais de dois anos de participação no Programa, tanto para atitude, quanto para perspectiva de futuro.

Tabela 11 - Significância entre as variáveis para os grupos com mais e menos de dois anos de participação no Programa

Variáveis	U de Mann-Whitney	P-Valor	Postos de média	
			Até dois anos	Acima de 2 anos
2. Ao participar do Árvore da Vida a minha autoestima melhorou.	472,5	,001	31,93	45,88
5. Ao participar do Árvore da Vida passei a me interessar mais pelos assuntos relacionados à comunidade.	545	,030	33,84	44,03
10. No momento das eleições, avalio o passado político e propostas dos candidatos.	529	,026	33,42	44,44
11. Após as eleições acompanho o trabalho dos candidatos eleitos.	489,5	,009	32,38	45,45
17. Minha proximidade com as lideranças da comunidade é muito boa.	521	,020	33,21	44,64
23. Depois de participar do Árvore da Vida exponho minhas opiniões com mais facilidade.	504,5	,007	32,78	45,06
30. Acredito que as lideranças da comunidade sabem o que é melhor para a minha comunidade.	435	,001	30,95	46,85
45. No futuro teremos uma educação de qualidade na comunidade.	550,5	,044	33,99	43,88
46. No futuro teremos mais pessoas envolvidas com a educação na comunidade.	482	,006	32,18	45,64
49. No futuro as pessoas da comunidade terão mais oportunidades de trabalho.	487,5	,006	32,33	45,50
50. Futuramente a comunidade contará com oportunidades de lazer e cultura.	526	,021	33,34	44,51
51. As pessoas da comunidade irão participar dos espaços de lazer e cultura.	556,5	,047	34,14	43,73
53. Futuramente as pessoas da comunidade poderão transitar livremente entre as comunidades próximas	542,5	,037	33,78	44,09

Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Após a verificação da diferença no padrão de respostas entre estes grupos, passou-se para a verificação através da técnica de *clusters* hierárquicos. O primeiro passo foi identificar a quantidade mais adequada de agrupamentos. Desde o primeiro teste, percebeu-se que para 3 agrupamentos haviam dois grupos estáveis e o terceiro que

se fragmentava quando gerados 4 ou 5 agrupamentos. Desta forma optou-se em trabalhar com o conjunto de 3 *clusters*, como pode ser observado na tabela 12, a seguir.

Após o primeiro agrupamento para a o total dos indivíduos, foram ainda feitos agrupamentos específicos para jovens até 15 anos e acima de 15 anos, assim como para lideranças, todos com a separação de até dois anos de participação no programa e acima de dois anos de participação. Este último para verificar se a percepção dos entrevistados mudava ou não de acordo com o tempo de participação.

De modo geral, percebeu-se que existe sim uma sensível diferenciação dos *clusters* na medida em que aumenta o tempo de participação. Os *clusters* foram gerados a partir da concentração da pontuação das variáveis, ou seja, quanto maior a média maior o grau de satisfação e, por conseguinte o atingimento do impacto esperado pelo programa. Desta forma no Cluster 1 são as variáveis que foram altamente impactadas em positivo; Cluster 2 – Variáveis mediantemente impactadas positivamente e Cluster 3 – Variáveis que apresentam insatisfação por parte dos entrevistados.

Um exemplo importante está na Questão 9. *Participo de conferências, conselhos da criança e do adolescente, tutelar, orçamento participativo e outros*, na qual o agrupamento *Total de entrevistados*, é classificado como *cluster 2*, aqueles com até dois anos de participação se mantem em 2, e quando passa-se para o grupo com mais de dois anos de participação passa-se para o *cluster 1*.

Analisando ainda a mesma questão para os demais grupos, percebe-se também alteração positiva para os jovens até 15 anos de idade. Para os jovens acima de 15 anos, esta alteração é negativa, o que indica a não participação nos espaços de controle social. Isso pode ser explicado pela sua inserção no mercado de trabalho atrelado com a permanência na escola, gerando um tempo muito restrito para participação nestes espaços. Quando analisado o grupo de lideranças, percebe-se uma alteração negativa. Conforme relatado no marco teórico, a participação nestes espaços é um desafio para as organizações da sociedade civil locais e lideranças comunitárias, uma vez que deve estar combinada com os demais afazeres pessoais e de suas organizações.

Outras duas questões complementares foram analisadas e refletiram uma mudança positiva significativa na postura cívica dos participantes relacionada ao tempo de participação do programa. São elas: 10. *No momento das eleições, avalio o passado político e propostas dos candidatos*; e 11. *Após as eleições acompanho o trabalho dos candidatos eleitos*. Quando analisado o total de entrevistados, existe uma postura similar para menor e maior tempo de participação no Programa. Contudo, quando

analisados os grupos de jovens até 15 anos e lideranças, há uma mudança positiva de postura.

Tabela 12 - Agrupamento de variáveis em clusters resultantes do teste de análise multivariada

Variáveis	qqt01	qqt02	qqt03	qqt04	qqt05	qqt06	qqt07	qqt08	qqt09	qqt10	qqt11	qqt12	qqt13	qqt14	qqt15	qqt16	qqt17	qqt18	qqt19	qqt20	qqt21	qqt22	qqt23	qqt24	qqt25	qqt26	qqt27	qqt28	qqt29	qqt30	qqt31	qqt32	qqt33	qqt34	qqt35	qqt36	qqt37	qqt38	qqt39	qqt40	qqt41	qqt42	qqt43	qqt44	qqt45	qqt46	qqt47	qqt48	qqt49	qqt50	qqt51	qqt52	qqt53	qqt54			
Total de entrevistados																																																									
Geral	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	1	2	1	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		
TP < 2	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
TP > 2	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2	2	1	1	1	1	1	2	2	2	2	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
Jovens até 15 anos																																																									
Geral	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	2	2	2	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
TP < 2	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1	1	1	1	1	1	1	3	3	3		
TP > 2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
Jovens acima de 15 anos																																																									
Geral	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	1	1	1	1	1	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2	2	2	2	2	2	1	1	3	3	3	3	3	3	3	3	3	2	2	1	1	1	1	1	1	2	1	1
TP < 2	1	2	2	1	2	2	2	2	2	1	1	1	1	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	1	1	2	1	1	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
TP > 2	1	1	1	1	1	1	1	2	3	2	2	2	1	1	1	1	2	2	3	1	2	3	2	2	1	1	2	1	2	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3	2	1	3	3	1	2	2	1	2	2	2			
Lideranças																																																									
Geral	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		
TP < 2	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	1	1	1	1	2	1	1	2	1	1	2	2	2	2	1	1	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3	1	1	1	1	1	3	2	1	1	1	1	2	2	1	2		
TP > 2	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2	3	3	2	3	3	2	3	3	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1		

Notas:

a - Os valores 1, 2 e 3 constantes na tabela representam os agrupamentos (clusters)

b - Geral: Corresponde a todos os indivíduos do grupo de análise

c - TP<2: Corresponde aos indivíduos com até 2 anos de participação no programa, no grupo de análise

d - TP>2: Corresponde aos indivíduos com mais de 2 anos de participação no programa, no grupo de análise

1 2 3 Diferencia visualmente os diferentes grupos de clusters

Indica alterações de agrupamento quando comparados os grupos de menos e mais de dois anos de participação

Indica as variáveis utilizadas para o Fator Participação

Cluster 1 – Variáveis altamente impactadas positivamente

Cluster 2 – Variáveis mediamente impactadas positivamente

Cluster 3 – Variáveis que apresentam insatisfação

A partir destas análises buscou-se identificar nas variáveis de maior relação um fator que pudessem ser comparadas com as variáveis demográficas e que explicassem melhor o fenômeno da participação. Sendo assim, foi criado o Fator Participação.

4.2.1.1 - O Fator Participação

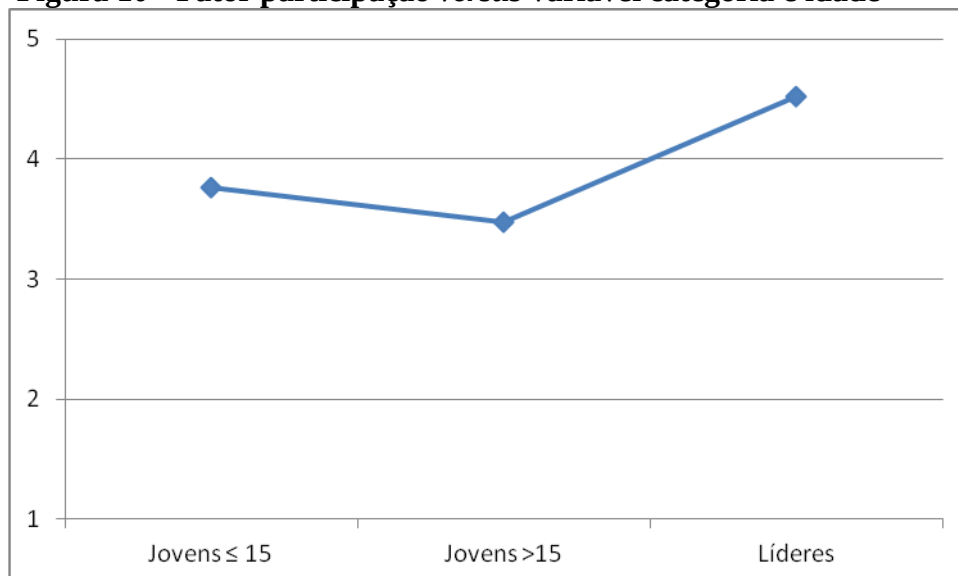
O teste de Kolmogorov-Smirnov apresentou que o fator participação possui distribuição normal (p -valor = 0,51). Na tabela 13, são apresentados os resultados dos testes estatísticos que mostram a relação de cada variável sócio demográfica com o fator participação.

Para a primeira variável (categoria: jovens e líderes), o teste de Levene constatou que as variâncias são diferentes ($p=0,03$). O teste t para amostras independentes apresentou que os dois grupos (jovens e líderes) possuem diferença significativa ($p=0,00$), isto é, os líderes apresentam uma média dos resultados das questões que compõem o fator participação igual a 4,52 (Desvio padrão = 0,40) e os jovens uma média igual a 3,69 (DP = 0,75), indicando como o esperado que os líderes são mais participativos.

A segunda variável (quantitativa contínua) é caracterizada pela idade dos entrevistados (em anos). A média das idades foi aproximadamente 19 anos (DP = 10,8). O teste da correlação apresentou que a idade é uma variável que possui uma relação linear positiva com o fator participação, isto é, quanto maior a idade, maior é a participação no Programa.

A terceira variável foi estratificada em 3 grupos: jovens com idade até 15 anos, jovens com idade acima de 15 anos e líderes. Foi constatado que esses grupos não são iguais. O teste de Tukey mostrou que o grupo de jovens são semelhantes (independentemente das idades) quanto a participação (são menos participativos) e se diferem com os líderes (mais participativos), conforme foi constatado anteriormente. Cabe salientar que embora os jovens com idade inferior ou igual a 15 anos e os com idade acima de 15 anos foram considerados iguais estatisticamente. A figura 10, a seguir, informa que os jovens com idade até 15 anos possuem uma média maior de participação que os jovens com idade maior que 15 anos. Uma explicação para tal resultado pode estar relacionada ao conteúdo formativo que estes jovens recebem, conforme já foi explicitado anteriormente.

Figura 10 - Fator participação versus variável categoria e idade

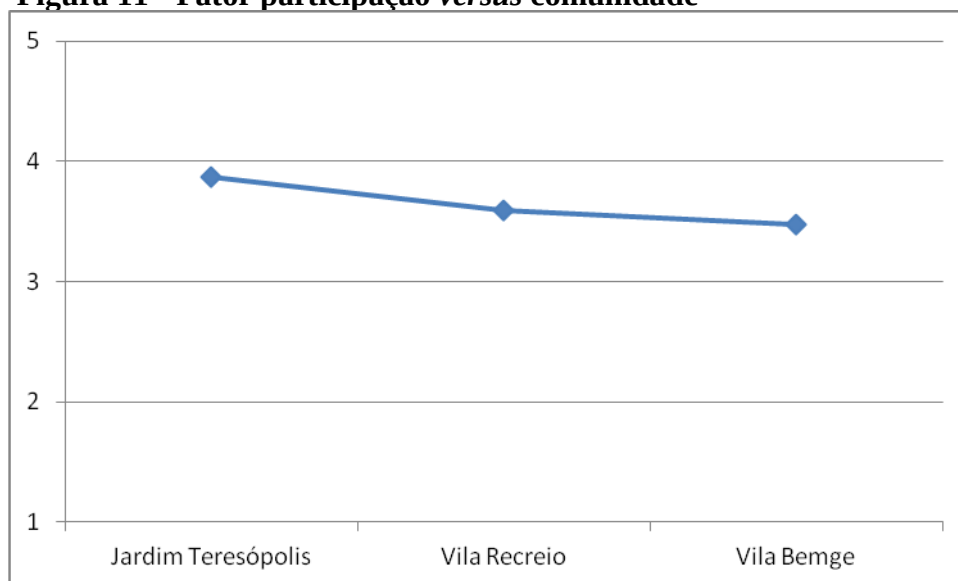


Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

A variável sexo indicou que, embora os homens tenham apresentado uma média para o fator participação um pouco maior que as mulheres, os grupos são semelhantes estatisticamente ($p=0,743$).

Embora as pessoas do Jardim Terezópolis tenham apresentado uma média um pouco superior para o fator participação (vide a figura 11), as comunidades (Jardim Terezópolis, Vila Recreio e Vila Bemge) não apresentaram diferença significativa entre elas ($p=0,38$).

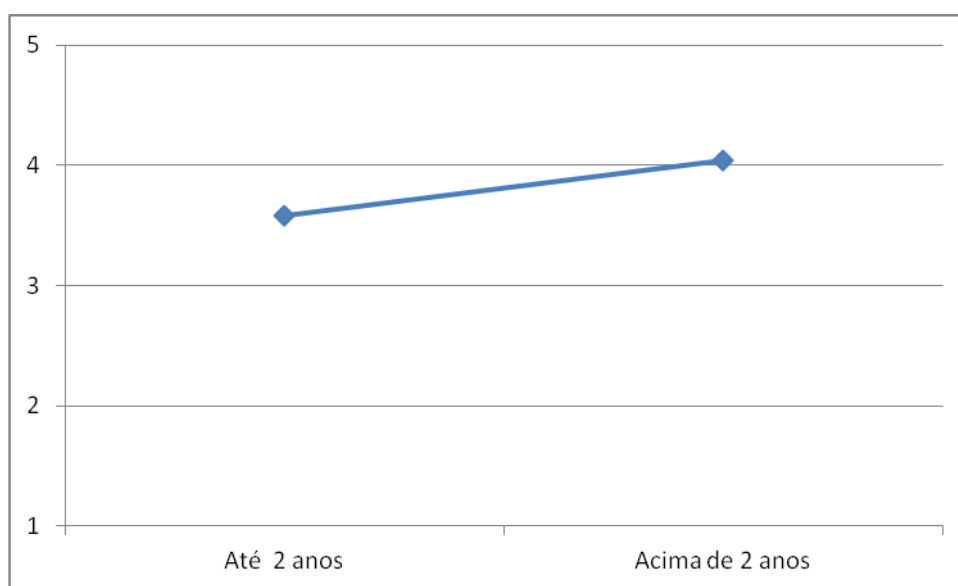
Figura 11 - Fator participação versus comunidade



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

A quinta variável (quantitativa contínua) é caracterizada pelo tempo de participação no Árvore da Vida (em anos). A média foi de aproximadamente 3 anos ($DP = 2,31$). O teste da correlação apresentou que o tempo é uma variável que possui uma relação linear positiva com o fator participação, isto é, quanto maior o tempo que está no Programa, maior é a participação e atenção a temas relacionados a participação e dinâmicas locais (vide figura 12).

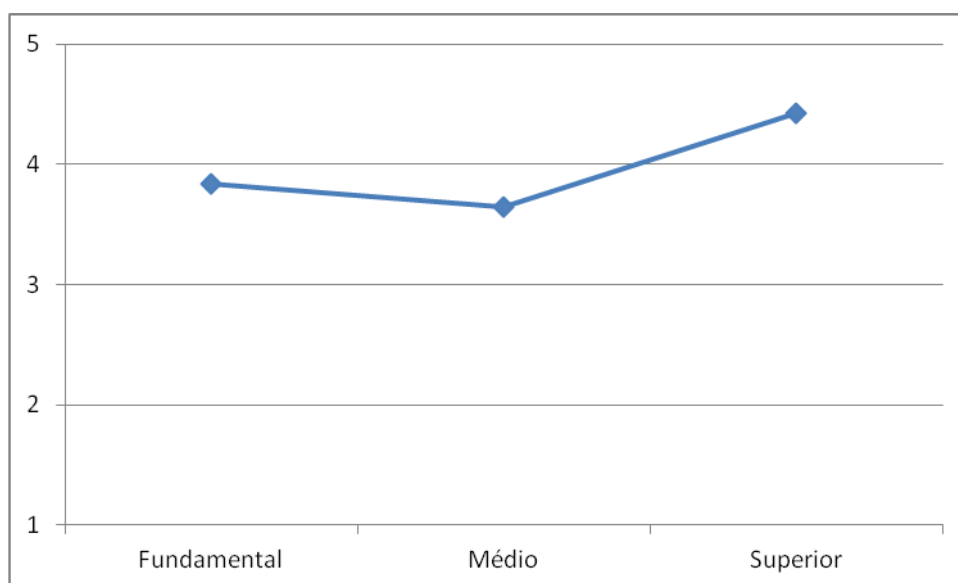
Figura 12 - Fator participação versus tempo de participação no Programa



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

A escolaridade apresentou diferença significativa entre as pessoas do ensino médio com o superior. Aparentemente a participação demonstra concentrar em pessoas com ensino fundamental ou superior. Esta falsa impressão se dá pelos dois grupos dominantes jovens e lideranças, uma vez que os jovens se concentram no ensino fundamental e as lideranças no ensino superior.

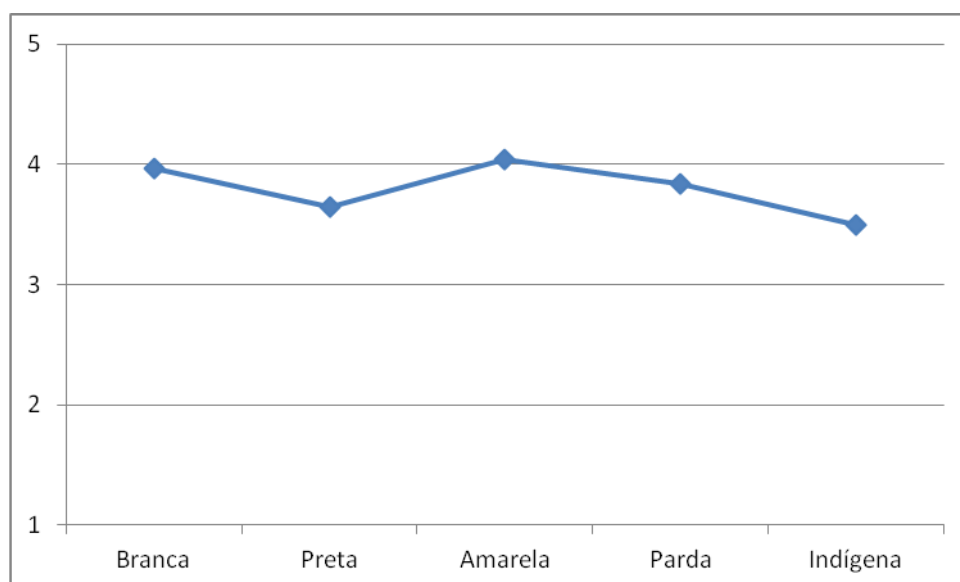
Figura 13 - Fator participação versus escolaridade



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor dez/2015

Embora haja uma sensível diferença nas médias quanto a raça dos entrevistados comparado ao fator de participação, estatisticamente não é significativa.

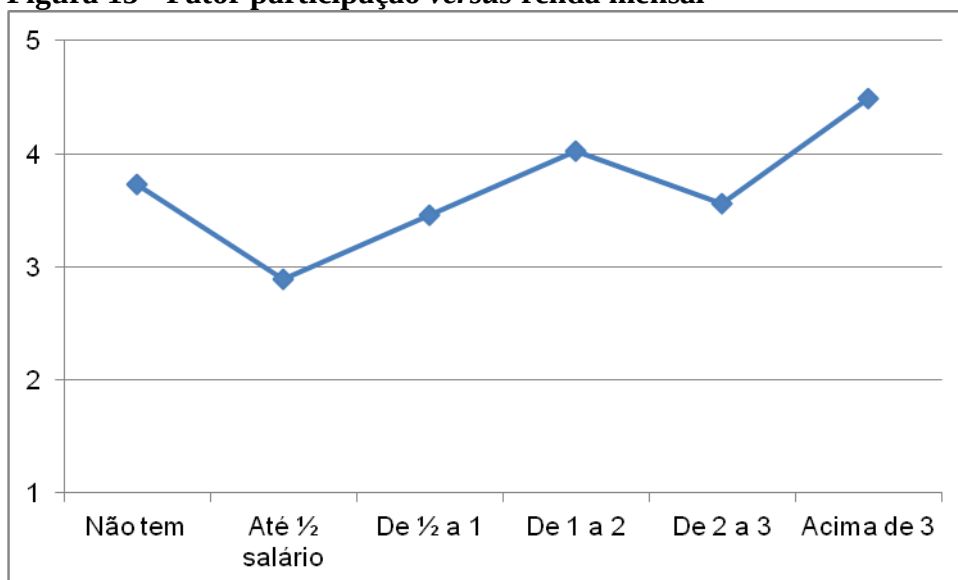
Figura 14 - Fator participação versus raça



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

A renda mensal dos entrevistados não configura basicamente um fator de explicação uma vez que os jovens até 15 anos grande parte deles ainda não estão inseridos no mercado de trabalho, a exceção dos que fazem aprendizagem industrial e recebem de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo mensal.

Figura 15 - Fator participação versus renda mensal



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Observa-se na tabela 13, a seguir, uma sensível diferença entre os jovens com idade acima de 15 anos com média inferiores no fator participação. Conforme mencionado anteriormente acredita-se que tal diferença está no conteúdo programático e no tempo disponível para a participação. Já as lideranças têm como esperado uma melhor pontuação no fator participação.

Tabela 13. Fator participação segundo as variáveis sócio-demográficas

Variável	Itens	N	Média	Desvio Padrão	P-valor para o teste das variâncias	P-valor para o teste das médias	Correlação	P-valor para o teste da correlação
Categoria	Jovens	66	3,69	0,75	0,03	0		
	Líderes	11	4,51	0,4				
Idade	em anos	77	18,99	10,79			0,29	0,01
	Jovens ≤ 15	51	3,76	0,77	0,096	0,001		
	Jovens >15	15	3,48	0,66				
	Líderes	11	4,52	0,4				
Sexo	Masculino	40	3,84	0,79	0,57	0,743		
	Feminino	37	3,78	0,76				
Comunidade	J.Teresóp.	63	3,87	0,73	0,17	0,38		
	Vila Recreio	10	3,59	0,98				
	Vila Bemge	4	3,47	0,82				
Tempo que participa no Árvore	em anos	77	2,83	2,31			0,23	0,04
Tempo	≤ 2 anos	38	3,58	0,8	0,11	0,01		
	> 2 anos	39	4,04	0,66				
Escolaridade	Fundamental	37	3,84	0,86	0,122	0,045		
	Médio	33	3,65	0,64				
	Superior	7	4,43	0,57				
Religião	Católica	21	3,7	0,81	0,519	0,303		
	Evangélica	41	3,86	0,74				
	Espírita	1	4,56					
	Outra	4	4,36	0,51				
	Sem religião	10	3,53	0,81				
Raça	Branca	11	3,97	0,89	0,274	0,761		
	Preta	18	3,65	0,81				
	Amarela	3	4,04	0,28				
	Parda	43	3,84	0,74				
	Indígena	2	3,5	1,18				
Renda Mensal	Não tem	35	3,73	0,8	0,322	0,024		
	Até ½ salário	2	2,89	0,63				
	De ½ a 1	7	3,46	0,54				
	De 1 a 2	19	4,02	0,71				
	De 2 a 3	7	3,56	0,79				
	Acima de 3	7	4,49	0,35				

Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor.

Na tabela 13, anterior, mais uma vez evidencia-se os três grupos estudados, os jovens até 15 anos são aqueles que não tem renda, assim como aquele que tem renda até ½ salário mínimo são os jovens acima de 15 anos, uma vez que participam do Programa de Aprendizagem no SENAI, e os demais na sua maioria são lideranças. A variável renda mensal não apresentou significância para o fator participação.

A análise quantitativa da participação indicou pontos importantes para o estudo, visto que a incidência da participação pode estar ligada ao tipo de formação que as pessoas recebem e ao tempo de participação no Programa, está relacionado a diferenças significativas no comportamento.

4.3 - Análise dos Dados Qualitativos

Nas entrevistas realizadas, percebeu-se que participação recebe diferentes conotações como já descrito no referencial teórico. Neste primeiro depoimento, verifica-se uma noção que evolui de uma postura de beneficiário de uma ação a protagonista dos processos de desenvolvimento local, um ator corresponsável pela sustentabilidade do território. Contudo evidencia que não é algo simples avançar nos processos participativos:

[...] Assim, eu vejo que a participação não é só eu fazer um curso, mas eu também de alguma forma contribuir com essa instituição. Vejo que o que falta muito no movimento social é trabalhar a corresponsabilidade, o voluntariado. Porque o próprio voluntário é um agente de divulgação daquele serviço, se ele está ali, intimamente envolvido, no voluntariado, ele é um propagador, uma pessoa para fazer propaganda daquele serviço que é prestado pelo movimento social. Vejo que falta o engajamento. As pessoas querem participar de um movimento social, mas não sabem como. Tem vontade, mas não sabe como. (...) O que falta muito para a participação das pessoas no movimento é um pouco de esclarecimento, informação. Até sobre o que é um movimento social, que não é apenas um movimento que está apenas buscando uma melhoria para alguma coisa, ou que simplesmente, tem lá uma ocupação para meu filho ficar lá por um determinado período. (Entrevistado 2 - GOV)

A visão acima descrita tem um caráter mais operativo da participação. Já o próximo entrevistado classifica a participação como um processo necessário de evolução. Quando perguntado sobre o que é participação da comunidade em projetos sociais, o entrevistador foi surpreendido com uma expressão em tom de encantamento: “tudo!”

[...] Tudo! Uma comunidade que não envolve, que não participa, uma comunidade que não se torna ator principal

do processo, ela é uma comunidade coadjuvante que vai demorar muito mais tempo para realizar as intervenções e transformações que são necessárias para elas mesmas. Ela não evolui, fica sempre como espectadora de uma oportunidade que nunca vem. Agora quando ela se envolve, participa... Sempre digo que em Terezópolis é tudo muito intenso. Na política é assim, nas lutas sociais, foi assim para chegar a luz. Estou aqui há 38 anos, então eu cresci com ela!! Sabe, eu cheguei aqui em 1979. Eu tinha... 6 anos de idade, eu cresci com a comunidade e nada veio de graça. Aliás, as gerações passadas, os pais, as lideranças, que são nossas referências, elas eram até mais incisivas na luta do que a geração de hoje. (..) A gente ia para rua em Terezópolis...(..) Tudo foi construído no contexto de luta, de envolvimento. Então para mim é tudo!! Temos hoje uma comunidade politizada (...) Por causa desse grau de união, participação, de envolvimento da comunidade, ninguém hoje enfia as coisas goela abaixo, tem que discutir. (Entrevistado 4 - COM)

Já no próximo relato, abaixo, evidencia-se que a participação se algo é feito para alguém, o destinatário deve ser envolvido em um processo de corresponsabilidade. O processo de desenvolvimento social de uma comunidade deveria levar em consideração o tempo e as capacidades internas dos atores do território para ser realizado.

[...] Eu acredito que a participação da comunidade ela é essa primeira essência, porque se a gente faz um programa de intervenção para a promoção do desenvolvimento ele tem que ser feito a partir das pessoas que moram naquele território, primeiro com a anuência delas, logicamente, tem que ser um programa que seja a fim aos objetivos que aquela comunidade anseia, com desafios que são colocados pra eles no dia-a-dia, mas eu acho que essencialmente essa participação ela tem que ser a gênese do projeto social. Essa participação não é apenas responder a essas atividades do programa, a gente oferece uma atividade e ele participa ou não, mas de forma mais íntima. É ele entender que ali está sendo ofertado uma oportunidade para engajamento nas causas que estão sendo colocadas naquele território a partir de desafios que no caso do Jardim Terezópolis são de desenvolvimento de

áreas básicas na área social né, seja na questão de renda, na questão da saúde, várias coisas relacionados a crianças e adolescentes como a proteção básica dos direitos das crianças e dos adolescentes. Então, eu acho que esse entendimento, essa participação da comunidade tem que ser com esse intuito deles junto com a facilitação da empresa em promover efetivamente essa transformação. Então eu acho que é o ponto principal aí. (Entrevistado 5 - EMP)

Com uma visão mais voltada para a gestão de projetos sociais, o relato abaixo indica pontos importantes para a condução e engajamento de comunidades na realização de programas como o Árvore da Vida.

[...] O processo de envolvimento e engajamento da comunidade inicia-se desde a fase de planejamento da intervenção. Essa parte do engajamento não pode ser deixada durante a execução do projeto porque ao final pode ser muito tarde. Se começa a fazer antes, ou seja, não impor um projeto desenhado de cima para baixo, mas a partir de observações livres, encontros informais e formais com lideranças e instituições comunitárias é possível desenhar um projeto que seja mais aderente a realidade local. Inclusive colocando as bases para o processo de sustentabilidade da ação desde o começo. Dessa forma, a comunidade através de suas lideranças, instituições locais se apropriam do processo de desenvolvimento visando a ser pontos avançados de desenvolvimento. (Entrevistado 3 – PROG1)

Percebe-se com os relatos acima que não existe uma definição única acerca de participação, identifica-se grande parte dos construtos abordados e pelo menos na concepção dos entrevistados está clara a ideia de envolvimento e construção coletiva.

4.3.1 - Participação na comunidade antes do Programa Árvore da Vida

Conforme descrito no contexto da comunidade, o território do Jardim Terezópolis é marcado por um significativo histórico de lutas. Os primeiros moradores conviveram com um cenário de muitas privações e suas conquistas marcaram época para as primeiras gerações. Com isso, a comunidade herdou um histórico participativo importante. Contudo, com o passar dos anos, mitigadas as questões estruturais, sobretudo àquelas ligadas à infraestrutura, passou-se para um novo tipo de demanda, dominada pelos problemas sociais.

Muitas iniciativas foram empreendidas, contudo nem sempre coesas. O cenário político muito acirrado no município divide lideranças e gera descontinuidade nos serviços públicos desenvolvidos.

[...] O Terezópolis é conhecido no município como muito participativo, muito engajado nas lutas. Quando a gente tinha a associação popular e outras, elas de fato trabalhavam, hoje existe a associação popular. Ela existe, mas ela não atua de fato, porque tem o espaço mas tem as portas fechadas. Era um espaço que mobilizava as pessoas para a participação. A partir de 1998 ou 1999, quando houve a eleição na associação e partir daí houve um enfraquecimento. (...) Eu falo que antes do Árvore a população se sentia refém do medo, violência que se alastrou, pois não tinha um controle. Projetos sociais eram pequenos, não tinham participação, eram pontuais em algumas instituições. O Árvore consegue agregar as instituições em torno de si, pois ele é apartidário e apolítico, porque qualquer outra instituição que tentasse fazer essa aglomeração acabava caindo no grupo A ou no grupo B da política e existia um fórum da criança e do adolescente, ficou 15 anos funcionando, e depois deu uma enfraquecida. Ele era um fórum regional agregava as instituições que trabalhavam com crianças e adolescentes em todos os bairros da regional, depois ele se enfraqueceu até acabar. (Entrevistado 2 - GOV)

[...] Acho que seriam três os pontos que seriam importantes frisar neste ponto de vista: primeiro – na

comunidade eram presentes instituições, lideranças com muito engajamento e muito carinho com a comunidade Jardim Terezópolis. São pessoas que viram nascer e crescer esta comunidade, porém, elas trabalharam, primeiro, de forma isolada e desestruturada. Então, tinha muita boa vontade, mas faltava qualificação e existia pouca colaboração entre eles. Um segundo ponto diz respeito dos serviços públicos territoriais muito hostilizado, muito pouco efetivo e eficiente. (Entrevistado 3- PROG1)

[...] Os diagnósticos que a gente realizou, retratavam que existia um capital social naquela comunidade, que existia instituições sociais, esses líderes e tudo, mas eles não eram muito integrados, eles não conversavam entre si de forma estruturada e depois a Rede veio para trabalhar nisso. Eles não tinham o senso de olhar para o território a partir das demandas, de diretrizes, conseguimos perceber que eram ações voluntárias e importantes, que atendiam as demandas que eram percebidas, mas não eram articuladas entre si. (Entrevistado 5 - EMP)

Apesar do histórico de lutas e protagonismo da comunidade em busca de suas demandas e de haver grupos que militavam em diferentes vertentes, a participação se configurava como fragmentada. Quando se tinha uma demanda que dependia de uma interação havia sempre uma maior dificuldade.

[...] Antes ela era participativa mas trabalhava fragmentada, então se ia lutar pela escola não se queria saber da creche. Se era para lutar pelo Asilo era só quem tinha interesse em colocar a mãe no asilo que ia lutar por isso. É muito fragmentado né. Faltava descobrir o que nos unia e focar nisso. O Árvore conseguiu organizar isso, uma boa ideia aqui é pode ser disseminada para outras. (Entrevistado 4 - COM).

[...] A gente via lá as instituições que estavam em um mesmo território, mas não dialogavam entre elas. Algumas poucas... A questão da polícia militar e da unidade de atendimento imediato, a UAI, só dialogavam quando tinham conflito ou quando entrava alguém e tinha algum

problema lá dentro. Tinham instituições que fazia qualificação e a outra fazia encaminhamento para o mercado de trabalho e as duas não dialogavam entre si né. Então, foi a partir daí que vimos a necessidade de aproximar, de conversar e as escolas também, porque tinha gente vinha lá da rede municipal e/ou da rede estadual, então, é assim, atende no mesmo território só que tem metodologias diferentes. Uma quando recebe aluno da outra percebe essa dificuldade de adaptação dos próprios alunos (Entrevistado 2 - GOV).

Desta forma, percebe-se que a participação e os esforços de conquistas não estavam necessariamente ligados a um consenso, mas respondiam a demandas originadas a partir do contato que cada grupo tinha com a realidade e os problemas sociais do território.

4.3.2 - Características locais que facilitaram a participação

Conforme identificado nos relatos, as características de participação do território e o histórico de lutas da comunidade para busca de mudanças e melhorias contribuíram muito para a recepção e andamento do programa. Contudo, também havia um histórico longínquo de promessas e por isso uma desconfiança de tudo que era novo. A chegada de um agente externo, que nunca havia se relacionado com o território em um ano de eleições para prefeito aumentou ainda mais a desconfiança.

[...] Das características que agregaram posso dizer da ausência de um facilitador para aglutinar as instituições, porque cada instituição trabalhava no seu ponto, fazia o seu serviço, mas não tinha essa coisa de estar junto nessa participação. Essa é intersetorial (...) Outro ponto foi a a estrutura também que se tinha para agregar as pessoas. (Entrevistado 2 - GOV)

[...] Eu acredito que a grande característica foi uma resposta a uma demanda existente, muito concreta. Iniciou-se as atividades oferecendo oportunidades em atividades culturais e sócio educativas para jovens, crianças e adolescentes... e eu acho que ali tinha uma

demanda muito grande. Não foi aleatório isso, foi intencional, partiu de uma pesquisa e eu acho que a comunidade também percebeu isso. (...) Apesar de uma desconfiança inicial em relação a chegada da empresa porque quando iniciamos o programa a Fiat tinha trinta e poucos anos que estava no território e ainda não tinha estabelecido um diálogo estruturado com essa comunidade. Então existia um receio natural das intenções da empresa nessa proposta que estava sendo feita, mas principalmente através dessa liderança. (Entrevistado 5 - EMP)

[...] Aquele negócio do gato escaldado né, a gente é sempre usado em períodos eleitorais, de eleição... São tantos os vendedores de sonhos que passaram por nós durante tantos anos que isso...fica na desconfiança. A gente fica assim “será?”, ainda mais que chegou no ano eleitoral né...estranho (risos). (Entrevistado 4 - COM)

[...] Agora eu acho que no início dificultou, foi a instalação em um ano eleitoral em um ano de eleições municipais. (Entrevistado 2 - GOV)

Ao trabalhar em um novo território, desafios como identificar interlocutores adequados e construir laços de confiança são fatores fundamentais, tanto para a realização de ações aderentes a realidade local, quanto para o seu sucesso.

[...] Porque no início temos um desafio metodológico, estabelecer essas alianças, essas parcerias, entender quem eram os líderes comunitários que poderíamos estabelecer esse diálogo inicial que poderiam ajudar a gente, a parte de estruturação física mesmo, onde estruturar as atividades, que tipo de atividade era mais atrativa para aqueles jovens. Acho que foram desde questões metodológicas e estruturais até outras mais estratégicas e relacionadas aos desafios dos territórios, muitos deles pautados pela questão da violência que por si só já causa um afastamento muito grande, acho que é uma comunidade, hoje muito menos, mas tinha um estigma muito grande ligado a violência então eram pessoas desde de baixa autoestima a até um afastamento de profissionais, mesmo as pessoas

sabendo que o prefeito é de Terezópolis ficavam com alguma restrição . (Entrevistado 5 - EMP)

[...] Eles tem vontade de mudar, fazer algo de diferente. A gente sabe que aqui é uma área que precisa desse tipo de atividade social, uma área carente, as pessoas têm mesmo esse desejo de mudança, acho que é isso. (Entrevistado 1 - OSC)

Se por um lado a participação na comunidade apresenta desafios, a empresa que aposta em um programa de responsabilidade social empresarial também tem os seus. Com isso, acertar as expectativas pode ser também um dificultador do processo. No Programa a Fiat, as organizações da sociedade civil gestoras (AVSI e CDM) e a Comunidade, cada qual tinha um tempo e movimentos diferentes. Foi necessária uma sabedoria para conciliar estes vários movimentos.

[...] A gente optou por este modelo de parceria né com as instituições que detinham essa metodologia e um know-how muito maior do que o que a empresa tinha, mas acho que pra gente foi um aprendizado também inclusive até pensando no alto escalão da empresa, assim na direção da empresa, tinham receios também. Então tinha muito essa dúvida da estratégia e isso foi vencido por uma convicção muito grande de um Diretor, de que era um caminho que a gente não poderia mais se negar a realizar este diálogo, de aproximar dessa comunidade e de outro lado também pela própria, o conceito de responsabilidade social já chegava na empresa como uma coisa mais incidente. Se até então a empresa fazia ações pontuais a cobrança passou a ser maior, seja pela sociedade, e pelas próprias ferramentas corporativas, indicadores como os indicadores Ethos que começaram a medir, e outras metodologias que já começavam, através dessa linguagem corporativa, ajudava a empresa a entender que o caminho precisava ser diferente. Acho que esse é um outro ponto de aprendizado que no início representou algumas dificuldades naturais. (Entrevistado 5 - EMP)

Face ao exposto, pode-se considerar que diante de uma comunidade que já estava num processo de movimento em busca de suas demandas, a chegada de um

Programa como o Árvore da Vida representou avanços nas oportunidades de participação. Suas ações estavam em sentido convergente e atacaram um problema relevante que se manifestava nesse território, visto que faltava alguma instância que pudesse facilitar o processo de aglutinar, organizar e planejar as ações junto com as organizações da sociedade civil e lideranças locais. Outro ponto importante é que o fato de ter a Fiat como apoiador trouxe muita credibilidade ao Programa.

Quanto aos entraves da implantação, contou muito também o histórico de promessas e desilusões vivenciadas. Desde a primeira ocupação do território do Jardim Terezópolis, muitas iniciativas de políticos e governos, mesmo que com boas intenções iniciais, foram interrompidas e muitas vezes sequer desenvolvidas, apesar das promessas.

4.3.3 - O papel da participação da comunidade no Árvore da Vida

Percebe-se que o Programa se apoia no envolvimento de pessoas chave da comunidade, funcionando como um agente catalizador dos processos de desenvolvimento e aglutinador de forças para o território. Desta forma, a comunidade através de suas lideranças teve paulatinamente reforços positivos quanto a importância de um trabalho coletivo, provocando uma atitude de protagonismo de lideranças e organizações da sociedade civil locais, como pode ser constatado no relato abaixo:

[...]: o Árvore tem um programa social que é diferencial de outros porque ele provoca a gente a ser protagonista da própria história. Ele não te dá um papel de coadjuvante, ele te provoca. Inclusive a ideia é que a gente assumisse isso. Eu acredito que a gente ainda não está preparado para assumir o programa, precisamos ainda de um tempo maior de envolvimento e participação da comunidade. Mas a ideia do programa é essa. Então o papel da comunidade para o Árvore é isso. Ele provoca a gente a participar, ele envolve a gente, ele tá sempre buscando inovações que possam nos dar ferramentas para transformações sociais, coletivas, trabalho coletivo, ele incentiva isso. Então é um papel de protagonismo com o programa e do programa com a gente. (Entrevistado 4 - COM)

Para tornar operativa a intensão de participação da comunidade e fomentar seu protagonismo, foram reunidas forças e conhecimento do território assim como um alinhamento da situação e demandas, para então serem realizadas as várias ações dentro e fora do Programa.

[...] Árvore da Vida foi desde o começo foi desenhado extraindo as opiniões da comunidade local e aí foi feito um percurso sobre tudo, seja com as instituições, seja com as lideranças, um percurso que tinha de um lado o objetivo de capacitar esses atores locais e de outro lado, deixar eles mais perto do projeto para que eles pudessem contribuir, sendo um pouco o próprio projeto o espelho da comunidade, o entendimento das dinâmicas comunitárias que são variáveis e feitas através do relacionamento com estes atores. De qualquer forma, em nível institucional, em um primeiro momento foi realizado um percurso formativo nos âmbitos de gestão, de elaboração de projeto, e captação de recursos, trabalho em rede, etc. A proposta de um trabalho em rede era justamente para maximizar os ativos sociais presentes do território, onde cada um poderia contribuir com as suas competências, com suas responsabilidades. (...) Promovendo esses trabalhos em rede a tentativa é um pouco essa de responder em conjunto as necessidades dos grupos vulneráveis da comunidade. Vou dizer uma outra coisa, esse processo também ajudou as instituições a se conhecer entre si e saber, conhecer, os serviços sociais, os ativos presentes no território, tendo criado assim, uma rede construtiva. (Entrevistado 3 – PROG1)

Com uma visão de autossustentação, ou seja, que o movimento iniciado pelo programa continue mesmo após o seu encerramento, espera-se que a comunidade possa assumir no futuro a gestão das ações de desenvolvimento através de uma estrutura própria.

[...] A gente tem, formalmente, algumas instâncias dessa participação que se dá hoje a partir da Rede e do grupo de referência, que são as lideranças comunitárias que foram envolvidas desde o início e que a intenção é que elas façam esse diálogo com a comunidade e que elas possam

nos passar essas diretrizes. (...) Então o planejamento estratégico que a gente fez da visão de futuro tinha muito este intuito, que era fazer um diálogo estruturado para que a comunidade pudesse participar de forma mais estratégica das definições de rumos de grandes áreas de atuação do programa Árvore da Vida. (...) O Árvore, tem esse intuito de daqui a partir desses anos essa participação seja ainda mais constitutiva do programa, que a própria comunidade possa assumir essa gestão de forma mais consistente com papéis mais decisivos e por isso que a gente pensa toda essa governança com conselhos sociais, com uma estrutura de gestão que absorva a participação dentro de uma gestão formal. (Entrevistado 5 - EMP)

Quanto à identificação dos espaços de participação, foram apontados pelos entrevistados o "Grupo de Referência", "Rede de Desenvolvimento Social do Jardim Terezópolis" e "Visão de Futuro":

O Grupo de Referência, que é um grupo de lideranças comunitárias, que nos ajudam a fazer as ações do programa, nos ajudam a reportar nossas ações para a comunidade e ao mesmo tempo nos dão um feedback da comunidade em relação as ações que a gente oferece. A Rede de desenvolvimento social do Jardim Terezópolis é formada de todas as instituições que estão no bairro, de lideranças também que as vezes não é uma instituição, mas que são lideranças que participam, que contribuem e ajudam a fazer, cada vez mais, um programa melhor de acordo com as necessidades e os desejos dessa comunidade. (Entrevistado 6 – PROG2)

Participantes, profissionais, lideranças e instituições tiveram papel muito importante nas definições de diretrizes de desenvolvimento territoriais que foi realizada no ano passado para a definição da visão de futuro da comunidade, ou seja, foi feito um trabalho em conjunto entre o projeto, Fiat, lideranças, instituições comunitárias através de uma feira de workshops foram identificadas algumas variáveis chaves, através de um processo participativo, no qual a comunidade e todos os atores interessados precisam investir para que ocorra um

processo de desenvolvimento sustentável de longo prazo.
(Entrevistado 3 – PROG1)

Entende-se que o Programa Árvore da Vida foi elaborado a partir de uma diretriz de investimento social. Percebe-se que a comunidade, sobretudo lideranças e instituições tem um papel fundamental na continuidade deste movimento.

4.3.4 - Avanços da participação decorrentes do Programa Árvore da Vida

Entre os elementos que contribuíram para o crescimento do senso de participação da comunidade pode-se destacar o trabalho de conscientização das organizações da sociedade civil locais e lideranças. O Programa buscou construir de forma compartilhada com esses atores locais, uma mudança de mentalidade tendo a participação não como um direito, mas também como oportunidade de transformação.

[...] As pessoas querem mais, porque a partir do momento que você descobre a consciência e descobre os seus direitos é lógico que você vai correr atrás disso. Nós não conseguimos fazer uma pauta com 10 pontos para o governo estadual e municipal? E comum? Antigamente a gente trabalhava separadamente uai. A partir do momento que eu tenho uma agenda que meche com a cabeça do indivíduo, eu falo com o meu vizinho, ele passa para o outro, ele tem aquilo para passar no Whatsapp, você entende? Quando você cria um ambiente onde o indivíduo se torna mais a par dos seus direitos, deveres, obrigação enquanto comunidade a participação é aumentada, você politiza o indivíduo para atuar para algo coletivo.
(Entrevistado 4 - COM)

[...] Eu acho que foi um facilitador, acho que para juntar também essas instituições, a estrutura também que se tinha para agregar as pessoas. (Entrevistado 2 - GOV)

No momento de implantação do Programa, as organizações da sociedade civil envolvidas nas atividades foram também convidadas a colocar à disposição seus espaços nos períodos em que não eram utilizados, visando a realização das diversas ações próprias do Árvore da Vida. Aqueles espaços dos quais era necessário adaptação e reforma foram melhorados para receber as ações do Programa, assim como em benefício do público que a instituição já atendia. Dessa forma, se tornaram corresponsáveis no processo de desenvolvimento do Programa.

[...] A participação do município, a parceria, eu acho que isso foi muito importante. A igreja católica ter cedido o espaço para desenvolver ações, o Complexo Esportivo, a Casa Margarida Alves, eu acho que isso é uma somatória. Acho que a sensibilidade desses gestores de falar assim “eu sozinho eu não dou conta, a parceria é o melhor caminho. Acho que isso foi uma coisa que facilitou muito. (Entrevistado 2 - GOV)

Como já mencionado anteriormente, a comunicação e articulação entre as lideranças da comunidade se configurava como um dos pontos frágeis do seu capital social. Tinha-se a percepção de que havia muitos trabalhos sendo realizados, não só pelo Programa, mas sobretudo pelas organizações da sociedade civil locais e órgãos públicos, porém sem maior articulação e integração entre eles. Como estratégia de ação introduzida pelo Programa, os estudos iniciais e as avaliações intermediárias foram capazes de detectar ao longo do tempo os avanços, assim como as demandas da comunidade. Isto gerou um sentimento de confiança de que as ações foram embasadas em demandas devidamente dimensionadas, reduzindo o questionamento sobre a existência e as ações de algumas das organizações locais. Além disso, uma compreensão mais profunda da realidade do território foi sendo incorporada por lideranças locais, se apropriando de recursos mais robustos para reivindicar e debater com atores governamentais as demandas da comunidade.

[...] Eu acho que um elemento importante é a tangibilização da transformação. Quando a comunidade consegue ver resultado em uma atividade coletiva ou participativa eu acho que isso ajuda nesse engajamento, as

peessoas vêm que dá certo e percebem que tem força ao fazerem juntas. Desde uma ação simples, como a festa da criança, até ações com empresários que participaram do Natal Premiado... acho que tudo isso concretiza o trabalho da participação, acho que isso é importante. A outra coisa é a promoção de fóruns, espaços para que as pessoas se encontrem, porque se não existem essas oportunidades, as pessoas têm pouca possibilidade de se encontrarem. (Entrevistado 5 - EMP)

Ao desenvolver o Programa, foram criados instrumentos que favoreceram a relação não somente das organizações da sociedade civil locais com atores externos ao território, como também entre elas. Isso trouxe maior autonomia e coesão para realização de ações. Embora muitas dessas ações fossem necessárias e esperadas, pelo fato de não terem um articulador entre elas, acabavam não se materializar no interior do Jardim Terezópolis. Um destes instrumentos foi o "Guia de Instituições", através do qual foram lançadas informações como o contato, histórico da organização, ações desenvolvidas, público e horários de atendimento. Este material foi atualizado durante quatro anos.

[...] O desenho de uma agenda comum, na rede de desenvolvimento, a gente fez uma agenda de diretrizes, na visão do futuro fizemos esse desenho conjunto de onde queremos chegar, acho que todos são elementos que favorecem que esse engajamento aconteça, mas acho que o mais forte deles é a percepção da transformação que pode ser alcançada, nessa força coletiva...no coletivo, do trabalho em conjunto. (Entrevistado 5 - EMP)

[...] O Árvore da Vida contribuiu em dar uma cara, uma identidade a esse movimento comunitário, a formalização da Rede de Jardim Terezópolis de Desenvolvimento Social é um exemplo. O fato de se encontrar periodicamente, escutar os problemas dos outros, compartilhar as possíveis soluções é uma forma de processo participativo. Em alguns casos trouxe resultados concretos, em outros casos a discussão de um determinado problema já contribuiu para o processo participativo. (Entrevistado 3 – PROG1)

[...] O Árvore provoca a gente a participar, ele envolve a gente, ele tá sempre buscando inovações que possam nos dar ferramentas para transformações sociais, coletivas, trabalho coletivo, ele incentiva isso. Tem a rede de desenvolvimento social que é um exemplo de trabalho em conjunto e coletivo, que proporcionou grandes mudanças em várias instituições. Através dessas instituições atinge a vida das pessoas na comunidade. (Entrevistado 4 - COM)

[...] Com certeza, eu acho que a partir do momento que a rede, ela se articula e conversa com o poder público e municipal, e que traz esse poder público, traz uma comissão de acompanhamento, que faz um projeto em conjunto com os técnicos de sinalização das principais vias. Eu acho que isso é realmente uma coisa de fato houve a participação efetiva da rede, acho que essa foi a primeira grande conquista da rede. A partir daí as próprias instituições e os gestores passaram a pensar de forma diferente “olha é importante estar no conjunto”. Então assim, acho que a partir daí lançou uma sementinha nas pessoas da importância da parceria, eu sozinho faço uma coisa, mas eu junto com mais outros eu consigo fazer outras coisas. No movimento vem a força né e legitimidade também. (Entrevistado 2 - GOV)

Quanto aos avanços em termos de participação alcançados por outros por outros atores, pode-se destacar que o território é dinâmico. Daí a difícil tarefa de afirmar o que foi gerado pelo Programa e o que não foi gerado por ele. Na medida em que são estabelecidas relações das organizações da sociedade civil locais umas com as outras, novos processos são iniciados e esta linha de diferenciação se torna tênue. Em complementariedade, a própria conjuntura marcada pela emergência de novas mídias facilita também novas formas de participação:

[...] O movimento estudantil, cultural, os religiosos que também tem grande importância. Eles fomentam a participação, até mesmo a tecnologia, a internet e mídias sociais (Entrevistado 4 - COM)

[...] O programa sempre procurou fazer com que a comunidade refletisse sobre os problemas que essa

comunidade tinha e quais seriam as soluções para solucionar estes problemas. Eu acho que esses encontros, essas reuniões, esse modelo que nós criamos de participação criou um senso crítico dentro da comunidade e onde ela percebeu que era possível fazer reivindicações ao poder público. (Entrevistado 6 – PROG2)

[...] Junto com o Árvore da Vida, seja política públicas, ou iniciativas da própria comunidade, eu acho que foram chegando outras coisas. Você vê movimentos e ações que acontecem fora do Árvore da Vida né, outras instituições que fortaleceram, serviços públicos que chegaram no território que antes não existiam. Eu acho que tem uma dinâmica do próprio território que o Árvore faz parte dela, ajuda a dinamizar, mas não é o único motor propulsor. (Entrevistado 5 - EMP)

A participação política apresenta ainda uma das maiores dificuldades do território. Ao serem estimulados a falar do avanço na relação com os políticos, constatou-se que embora tenha gerado alguns pontos de aprimoramento, essa relação não foi marcada por muitos avanços.

[...] Acho que não mudou muita coisa não, continua mais ou menos parecido. Eu ainda acho que o diálogo é pequeno, porque as pessoas cobram muitas coisas né... Claro, elas querem a melhoria no seu entorno e elas acreditam que eles são o seu representante legal. Então, assim, você tem pessoas engajadas e envolvidas que de fato querem a melhoria e tem outras que não estão nem aí para nada... Mas, de alguma forma é quem nos representa. (Entrevistado 4 - COM)

[...] Aquilo que eu percebo é que essas comunidades, não só a de Terezópolis, outras comunidades periféricas, são um pouco exploradas pelos políticos que aparecem na época das eleições, conseguem envolver a comunidade com suas promessas. Alguns políticos podem ficar mais inteligentes na comunidade, ou seja, ouvindo as pessoas, não somente aquelas que possuem consenso, mas também com aquelas que realmente tenham interesses mais coletivos. (...) Em uma determinada ocasião foram

chamados alguns candidatos a vereador para fazer um debate e discutir as questões da comunidade. Foi um movimento interessante. (Entrevistado 3 – PROG1)

[...] O político vive de política, o cara só olha com um olhar diferente naquele período ali. A forma de avançar será quando as pessoas que ocuparem desse protagonismo social, olhar para a política de forma diferente, entrar nela, eu, por exemplo, nunca fui candidato a nada. Adianta eu ficar aqui reclamando deles sendo que eu nem quero ocupar o lugar deles? (...) No dia que eu quiser ser um candidato, o G. vai ser, B. vai ser, e vai chegar lá e representar (Entrevistado 4 - COM)

O relacionamento da comunidade com a Fiat mudou após a realização Programa Árvore da Vida. Embora esperada, esta relação quando se iniciou trouxe consigo um misto de satisfação e desconfiança, que com o passar do tempo foi caminhando em direção à busca de compartilhamento de valor.

[...] Antes não tinha...! O único diálogo que tínhamos com a Fiat era quando vinha um funcionário lá falar que não podíamos vender manga lá na porta, que tinha que ser mais distantes. Hoje conhecemos a Fiat por dentro! Vários já entraram lá, conheceram tudo por dentro. Várias pessoas da comunidade trabalham na Fiat, formaram lá dentro. Mudou completamente! (Entrevistado 4 - COM)

[...] A proximidade da Fiat, eu acho que tem uma proximidade maior. Eu não posso dizer que a Fiat tem uma participação maior em Terezópolis e consegue, inclusive, resolver problemas. Mas eu sei, que de alguma forma, ela consegue influenciar algumas ações que são do poder público. (Entrevistado 2 - GOV)

[...] Antes do programa era uma coisa quase inexistente. Não tinha um diálogo estruturado, uma proposta de intervenção. Inclusive se a gente olhar números de funcionários da empresa que eram do Jardim Terezópolis era um número pequeno. Então assim, não havia um canal estruturado. O Árvore da Vida veio para criar isso, é uma política que se a gente olha as diretrizes da empresa, hoje a FCA declara que se compromete com a promoção de

desenvolvimento da comunidade do entorno é uma diretriz estratégica que a gente conseguiu concretizar. Realmente, a intervenção de uma empresa não é capaz de transformar uma realidade ou atender todas as demandas, porque não somos o poder público, mas o nosso papel é oferecer as competências que a empresa tem de integração e diálogo com o poder público para facilitar e instrumentalizar com essas atividades que a gente usa, para empoderar a comunidade e depois de conseguirem protagonizar esse diálogo. Acho que o Árvore é a ponte de diálogo da Fiat com essa comunidade. Essas coisas se deram desde as pessoas virem visitar a fábrica, já que muitas nunca haviam pisado aqui, até esse diálogo convergente para um propósito comum para a promoção do desenvolvimento. Tira aquela relação de assistencialismo, dependência. (Entrevistado 5 - EMP)

Percebeu-se por parte dos entrevistados que a RDJT se configurou em um ganho significativo para a comunidade na medida em que se tornou um espaço de discussão de temas comuns e realização de ações coletivas, assim como a definição de uma agenda conjunta de trabalho. Contudo, aspectos como a discussão orçamentária e o alinhamento de como programas e projetos que devem atuar no território, dentre outros temas, ainda não avançaram como esperam os atores locais. Em termos do orçamento participativo e de outras instâncias de gestão pública, retrocessos foram constatados.

[...] Nessa gestão não tem mais o orçamento participativo, então não existe essa discussão orçamentária. Muitas vezes as pessoas só sabem o quanto elas têm porque viu no jornal, mas não há participação dessa discussão (Entrevistado 2 - GOV)

[...] Do orçamento público eu acredito que é muito baixa, quase inexistente. Não conheço uma iniciativa da comunidade que faça uma intervenção mais direcionada, assertiva e de acompanhamento sistemático do orçamento municipal ou estadual. (...) A maioria dos programas que eu acompanhei nesse período, aí falando mais das políticas públicas, elas chegaram mais formatadas. Nos casos de programas que poderiam ter uma participação maior, de esporte, por exemplo, que era uma atividade que era do

município inteiro e em Terezópolis, não aproveitou muito esse capital que existia ali. Esse diálogo deixou se der frutífero, mas não é um problema por ser no Terezópolis, mas um perfil de pensar a política pública ou até outras intervenções que ainda são mais fechadas, menos participativas. (Entrevistado 5 - EMP)

[...] No público alvo também a gente hoje, agora, o programa já tem uma maior clareza de pra onde vai seguir nos próximos dez anos, o nosso grande público ainda deve ser os jovens, tentando buscar e melhorar a questão educacional, a questão do rendimento, melhorar inclusive os índices do IDEB, né? (Entrevistado 6 – PROG2)

Além da RDSJT, as instituições e lideranças utilizam outros espaços para discussão de posições coletivas como por exemplo a Secretaria Regional do Terezópolis, e para lidar com os conflitos desta participação conta-se com o instrumento do diálogo.

[...]A Regional acolhe muito isso. Mesmo aquele problema que não é da nossa responsabilidade, mas as pessoas buscam trazer esses problemas para resolver no seu dia-a-dia. (...) Já fez-se uso de abaixo assinado, as vezes é um problema do B, de um grupo pessoas, um grupo de famílias, então muitas das vezes são problemas coletivos, mas muitas vezes também são problemas pontuais e individuais. As vezes é um problema para ela e a vizinhança. Acaba sendo um problema individual e coletivo. Aí quando as pessoas começam a reclamar, aí sim as pessoas começam a pensar no problema. (...) Eu prezo muito pelo diálogo, em ouvir a pessoa. A melhor forma de “desarmar” a pessoa... É assim, ela vai falando e faz a proposta dela. Aí eu falo como você acha que fica bom para você e todo mundo? Aí ela dá a opinião dela e colocamos o que a gente dá conta de fazer. Se damos conta de cobrar o órgão responsável por isso, então vamos cobrar dele, vamos cobrar junto, para não ficar aquela coisa ele está vindo aqui com a pessoa que está sendo afetada, então, essa tem sido a forma de trabalhar aqui. Não só escutar, mas dar a corresponsabilidade para pessoa do problema, porque quando ela se engaja talvez ela faça a reflexão se de fato ela quer resolver o problema. Porque

ela começa a se enxergar como parte. (Entrevistado 2 - GOV)

Foram identificados como elementos que fomentaram o avanço da participação da comunidade a conscientização da importância de uma abordagem coletiva dos problemas e recursos do território; o envolvimento das instituições e lideranças em uma perspectiva de corresponsabilidade; o avanço para uma perspectiva mais tangível em termos das ações desenvolvidas e os resultados alcançados; o desenvolvimento de instrumentos e espaços de participação como a RDJT, Grupo de Referência e Visão de Futuro; a presença da Fiat junto a comunidade, iniciando um processo de aproximação que antes era marcado pelo distanciamento e desconhecimento mútuo. Entende-se que não se trata de um receituário, contudo os elementos apresentados na situação em que se encontrava a comunidade resultaram em uma combinação positiva de frentes de ação que foram capazes de trazer avanços para os processos participativos no território do Jardim Terezópolis.

4.3.5 - Influência de organizações da sociedade civil e lideranças locais

No que se refere ao processo de representação, identificou-se na comunidade uma significativa credibilidade para com as lideranças entrevistadas e as organizações da sociedade civil envolvidas no Programa. Esta respeitabilidade é importante para a manutenção e surgimento de novas lideranças. Sobre o impacto destas lideranças dentro do senso de participação da comunidade. Observa-se efeitos positivos para a capacidade de mobilização dos atores locais derivados da legitimidade, influência e capilaridade de lideranças e suas organizações no território.

[...] Grande, porque essas pessoas possuem uma credibilidade grande na comunidade. Quando eu chamo para uma reunião é diferente quando é uma pessoa que não tem envolvimento, não tem uma história dentro da comunidade chama. É fundamental a participação deles, eles trazem credibilidade para as atividades que agente desenvolve (Entrevistado 4 - COM).

Quando perguntados sobre quem são as lideranças mais representativas, os relatos remetiam às organizações da sociedade civil e lideranças presentes na Rede. Outro ponto identificado tem a ver com a operacionalização da representação e mobilização. Percebeu-se que as organizações da sociedade civil desenvolvem mais esforços para a mobilização e incentivo a participação quando o tema se refere à uma demanda da instituição, ou seja, há tempos em que se participa muito, outros menos.

[...] Se eu for fazer esse resgate histórico, eu vou fazer aí o efeito sanfona né (risos). Tem momento que algumas estão mais participativas e em outros não. Acho que é meio complicado eu conseguir fazer essa contabilidade (Entrevistado 2 - GOV)

É relevante ressaltar que a participação tem a ver também com a pessoa que está à frente, seu interesse e sua dedicação, tanto do ponto de vista operativo como de gestão das instituições. Essa vinculação entre participação e liderança traz perspectivas interessantes de avanço na mobilização e horizontalidade das relações locais entre as organizações da sociedade civil do Jardim Terezópolis. Por outro lado representa ameaça aos processos participativos pela dependência em relação aos indivíduos e a baixa institucionalização como prática social no longo prazo.

[...] Bom, ao meu ver não existe uma instituição mais participativa ou menos participativa, são as pessoas que são participativas ou não participativas. Uma instituição que tem uma gerência com um responsável que tenha esse olhar para o processo participativo e coloque energia e a disposição. Depende da pessoa e não somente da instituição. Uma gestão pode ter tido dois gestores diferentes, pode ser que em um tempo foi mais participativo e o outro não. As pessoas que participam mais possuem mais reconhecimento da comunidade porque são mais ativas, elas são cooptadas para o poder público para interesses partidários. Pois são pessoas que, geralmente, geram consenso, tem muitos relacionamentos da comunidade (Entrevistado 3 – PROG1).

Neste tópico, observou-se que as lideranças influenciam positivamente em maior grau os temas pertinentes às suas causas e que determinada pessoa acaba por se destacar

em relação a cada uma das agendas de políticas públicas relacionadas aos problemas que afligem o Jardim Terezópolis.

4.3.6 - Desafios da participação

Quando perguntados sobre a influência cultura local no senso de participação da comunidade, percebe-se como afirma Brugué (2009) que o cenário político dos últimos anos tem impresso na sociedade uma forma de participação que não contribui para uma incidência na construção de propostas que sejam aderentes as várias realidades do país. Neste sentido, uma participação que ainda não coopera para a formulação das propostas e na política pública, com foco maior na reivindicação e militância do voto.

[...] As políticas públicas dos últimos dez anos e um pouco também dessa moda, onde o processo participativo é muito mais focado na reivindicação que na construção conjunta. Deixa o processo participativo muito no âmbito de uma cobrança, as instituições públicas, as empresas, outras entidades outros níveis institucionais que pressupostamente teriam recurso e responsabilidade criem um processo participativo de construção conjunta. Isso, eu percebo que isso pode ser “um tiro no pé”, no sentido que as pessoas se colocam em jogo para pedir, mas tem dificuldade em contribuir, não queria generalizar, mas é muito mais comum no âmbito do processo participativo. (Entrevistado 3 – PROG1)

[...] Então, eu percebo hoje que a comunidade está muito mais esclarecida com relação as políticas públicas que devem estar lá, que acontecem lá e com as próprias ações do programa. Eu percebo que é uma comunidade ativa, que exerce um protagonismo no sentido de estar participando, de querer saber o que o programa está fazendo e querer dizer também aquilo que o programa deveria fazer. (Entrevistado 6 – PROG2)

Muitos são os desafios à participação, desde aqueles relacionados a cultura local, passando pelo tempo disponível de lideranças e organizações da sociedade civil locais, até as estruturas políticas adequadas à participação.

[...] A participação um pouco mais estruturada por parte das instituições. Como já citei as instituições da Rede mandam pessoas para as reuniões, mas muitas das vezes pessoas diferentes o que acaba perdendo um pouco. Talvez uma mudança de metodologia, pensando no longo prazo, porque nessas reuniões geralmente são de médio prazo. Esse entendimento para a pessoa física ou instituição de que no médio prazo vamos ter o resultado X, as vezes ou ela dificulta a participação ou ela vai diluindo um pouco, não consegue entender o propósito, onde vamos chegar. Acho que principalmente dentro Rede que eu elencaria é isso (Entrevistado 5 - EMP).

[...] A grande predominância de instituições do poder público em comparação às do terceiro setor. A rotatividade das pessoas, dos gestores públicos, ligadas em sua maioria às mudanças políticas, sobretudo em âmbito municipal, mas também estaduais, dificuldade de engajamento, etc. Em alguns casos, os interesses políticos penetram os âmbitos da rede. (Entrevistado 3 – PROG1)

Configura-se como outro desafio os momentos de violência na comunidade, as restrições ao livre tráfego de pessoas entre as vilas e as posturas individualistas que se manifestam na sociabilidade contemporânea.

[...] Superar esse individualismo. Os anos 70,80 e parte dos 90 foram tão revolucionários. A primeira questão que é um grande problema é a violência também, pois a partir do momento que você perde o direito de ir e vir, de ocupar uma praça, os espaços públicos por causa do medo da violência, você tira muita coisa da pessoa. Quando se supera isso as pessoas começam a tomar conta do espaço público e a participar mais! (Entrevistado 3 – PROG1)

Do ponto de vista da manutenção dos espaços convergência, a continuidade dos encontros e da mobilização constitui-se em ponto de atenção para a continuidade dos processos já conquistados.

[...] Manter a rede operativa, ou seja, não achar que participação tem um espaço de discussão para criar insumos para a decisão de outros. É necessário manter a rede mobilizada, sozinha a rede não se mobiliza. Eu não conheço nenhuma rede que se mobiliza sozinha. Precisa de um ator, pode não ser o Árvore da Vida, mas um ator que mobilize, que gere espaços, que geram momentos, que traçam metodologias, que faça isso... porque se não a rede fica assim... perdida. (Entrevistado 2 - GOV)

Constatou-se nas entrevistas que a participação não implica somente em convergência e colaboração. Há que se ressaltar a essência da democracia que implica no reconhecimento de diferenças e de posições ideológicas distintas, que ora podem convergir, ora podem gerar embates e conflitos. Contudo, percebe-se avanços em termos de maturidade para convivência em espaços plurais, para acolher as diferenças e conduzir um diálogo rumo a algum grau de entendimento compartilhado sobre os problemas, desafios e perspectivas do Jardim Terezópolis.

[...] Eu prezo muito pelo diálogo, em ouvir a pessoa. É assim, ela vai falando e faz a proposta dela. Aí eu falo como você acha que fica bom para você e todo mundo?, aí ela dá a opinião dela e colocamos “o que a gente dá conta de fazer?”. (Entrevistado 2 - GOV)

[...] Partidarizar o programa é algo ruim também, grupo X, grupo Y. Isso trava as discussões. Aí chega a pessoa e para a discussão para falar que tal ação vai beneficiar o partido X e o prefeito é Y. Acho que é só isso mesmo, mas isso faz parte da vida. (Entrevistado 4 - COM)

A participação nos espaços de controle social também fora estimulada durante os últimos anos de realização do Programa, ponto importante para qualificar a participação da comunidade e incidir nas políticas públicas. Apesar disso, não se identificou um

significativo avanço das organizações da sociedade civil locais em adesão a estes espaços.

[...] Isso é um tema a ser fortalecido, porque assim, o brasileiro não tem esse costume de participar de instâncias de controle social e aqueles que conhecem, conhecem pouco e quando participam, participam pouco. Acho até pela dificuldade de perceber o resultado dessa participação nos fóruns. Por exemplo, o Fórum da Criança e do Adolescente, eles fazem os fóruns regionais, que são as conferências da infância e adolescência, esse tem até muito engajamento. (Entrevistado 5 - EMP)

[...] Bom, com certeza a informação da existência desses espaços sociais chegou. Uma ou outra instituição começou a participar porque via o interesse para tal. Agora, não acho que isso aconteceu de forma estruturada. Também porque esses espaços de controle social não sempre correspondem a uma expectativa direta da política pública para a instituição. (Entrevistado 3 – PROG1)

[...] Acho que a participação muitas das vezes ela não acontece porque as pessoas não estão muito acostumadas. Muitas vezes as pessoas estão acostumadas a reclamar todo o tempo na conversa de buteco. Elas reclamam lá, mas num lugar que não é lugar de reclamar. (Entrevistado 2 - GOV)

Incidir positivamente na política, ultrapassar a obrigatoriedade do voto e ter políticos que representem a comunidade/município é um desafio não só de Jardim Terezópolis como de várias localidades do Brasil. A descrença com o sistema político e a baixa participação traz consequências devastadoras para sociedade em termos dos processos participativos.

[...] A forma de avançar será no dia que as pessoas que ocupam esse protagonismo social olhar para a política de forma diferente, entrar nela, eu, por exemplo, nunca fui candidato a nada. Adianta eu ficar aqui reclamando deles sendo que eu nem quero ocupar o lugar deles? É fácil meter pau nos políticos sendo que eu mesmo ajudei eles a

estarem lá e abrir as portas para eles fazerem o que fazem.
(Entrevistado 4 - COM)

A chegada do Programa Árvore da Vida na Comunidade e a presença da FIAT operaram como um elemento catalisador do desenvolvimento local em vários sentidos. Se contados desde a primeira ocupação, são mais de 50 anos de histórias de privações e abandono do poder público até a chegada do Programa. Os entrevistados, principalmente os da comunidade, vem a trajetória do Programa ainda como muito recente para a resolução das demandas do território, acreditando e demandando que o Programa incida sobre o Jardim Terezópolis ainda por mais tempo.

[...] Na verdade, assim, a gente sabe que estamos em um momento de crise, mas queríamos muito, há alguns anos atrás, que o programa ele fosse expandido o número de vagas. No entanto ele enxugou. Houve um enxugamento, acho que isso era algo que almejávamos. Somos o maior bairro do município, não somos a maior extensão territorial, mas somos o maior a nível populacional. Então, essa complexidade é muito grande. (Entrevistado 2 - GOV)

Como desafios, dentre outros, foram apontados a incidência positiva na formulação das políticas públicas, planejamento coletivo local para busca de melhorias e enfrentamento de demandas do território. Observou-se ainda que este movimento depende do tempo e pessoal disponível e capacitado para participar, uma vez que a participação é voluntária e tanto lideranças como organizações da sociedade civil locais têm esta como uma tarefa a mais no seu dia a dia. A chegada de novas lideranças e atuação da juventude se mostram como frentes decisivas de desenvolvimento dos processos participativos dentro do Jardim Terezópolis.

A manutenção, animação e preservação da Rede, a conscientização para a participação nos espaços de controle social e a continuidade do investimento social privado são vistas também pelos entrevistados como elementos fundamentais para a continuidade dos avanços participativos conquistados.

4.4 - Perspectivas e síntese dos resultados

Para todo o trabalho desenvolvido pela lideranças e organização da sociedade civil locais existe a consciência de uma colaboração para uma finalidade maior, que não depende de uma pessoa, mas da ação coletiva nesse território.

[...] Eu acredito que estamos começando um processo que vai desaguar em algo muito maior e para as novas gerações. Tudo depende do que plantamos hoje, então cada vivência nossa hoje, seja eu aqui, o Gilton na Regional, a Angélica, que tem quase 70 anos, cuidando lá na creche a mais de 30 anos...entendeu...isso tudo vai possibilitar as futuras gerações uma forma de participação com mais envolvimento, um bairro, uma comunidade com qualidade de vida melhor, oportunidades melhores, dando oportunidades melhores a quem a vida deu caminhos diferentes. (...) Então acho que fazemos parte disso. A minha perspectiva é que sem o Árvore, sem esses atores que citamos ao longo da entrevista, esse futuro ficaria mais distante e penosos. Conseguimos construir pontes, estradas, quebrar mesmo paradigmas, preconceitos, fornecendo a essa geração uma participação mais incisiva, um conhecimento dos direitos e seus deveres. (...) Eu não passei aqui atoa, eu participei como ator principal e dentro da minha possibilidade deixei um legado! (Entrevistado 4 - COM)

Espera-se que o aprendizado e com a experiência acumulada se consiga auferir ganhos no relacionamento e incidência na política, para que seja possível a construção de uma agenda comum de sustentabilidade do Jardim Terezópolis, que também inclua a discussão com o poder público. No âmbito interno da comunidade, que ela possa assumir a gestão de um processo integrado de desenvolvimento.

[...] Nos próximos 10 anos que a gente consiga construir uma agenda de ações que a gente consiga dialogar com o poder público, que a gente dialogasse com o poder público e que agente fizesse um programa com etapas de atividades, com ações, de obras que isso realmente acontecesse nesse período. Que qualquer gestor que

assumisse tivesse esse compromisso conosco.
(Entrevistado 2 - GOV)

[...] Ampliar e aproximar ainda mais essa participação da comunidade. Nós queremos de fato que essa comunidade comece a participar dos conselhos que nós estaremos criando para os próximos anos, que ela possa estar, cada vez mais, contribuindo e dizendo qual é o melhor caminho, como que nós devemos fazer, executar ações, a fim de realizar o que a comunidade necessita.
(Entrevistado 6 – PROG2)

[...] Eu acho que é a intensificação dessa participação, se a gente conseguir concretizar isso até o nível que a comunidade assuma as rédeas de forma mais concreta mesmo, assim que possa executar o programa Árvore da vida mesmo que não seja no formato que existe hoje, assim, de ter pessoas contratadas executando, mas no sentido de gestão. Que eles possam ser proativos e que participem diretamente da gestão, da definição de diretrizes, na condução do programa. (...) É um desafio de concretizar e ter um horizonte mais de longo prazo exatamente para isso né. Porque não é uma transformação que você faz da noite para o dia. Até para preparar as pessoas para que elas assumam esse papel, e um voluntário, porque não serão pessoas totalmente dedicadas para essas atividades. Não seriam pessoas que exercem profissionalmente essa atividade, então temos que preparar para que ela consiga assumir a direção. Esse é o nosso desejo. (Entrevistado 5 - EMP)

A experiência realizada e os resultados obtidos nos últimos anos trazem consigo o ímpeto para a continuidade neste caminho árduo, contudo necessário de transformação. Os entrevistados são unânimes em afirmar que a principal perspectiva está centrada na continuidade e amadurecimento dos atores locais para fazer da comunidade um local mais democrático e participativo.

Pode-se perceber pela análise dos dados que vários avanços aconteceram em termos da participação a partir do Programa Árvore da Vida no Jardim Terezópolis. Esses avanços não se resumem a formas mais compartilhadas e baseadas em avanço do capital social dentro do território analisado, mas também na relação dos atores locais

com organizações governamentais, da sociedade civil e empresariais exógenas ao Jardim Terezópolis. A tabela 14, a seguir, sintetiza esses resultados.

Tabela 14 - Principais resultados encontrados

Principais tópicos	Resultados
Fator participação	A participação no Árvore da Vida pode estar ligada ao tipo de formação que recebem e ao tempo de participação dos beneficiários no Programa.
Noção de participação e o envolvimento da comunidade em projetos sociais	Percebe-se que não há uma unanimidade para a definição do termo, contudo percebe-se a partir do estudo uma ideia de envolvimento e construção coletiva
Senso de participação na Comunidade antes do Programa Árvore da Vida	Ainda que participativa, a comunidade não apresentava um consenso e coesão em suas lutas, respondia às demandas originadas a partir do contato que cada grupo tinha.
Características locais que facilitaram a participação e entraves para a implantação do programa	O histórico de lutas e conquistas. O método de trabalho empregado pelo programa na comunidade de um aglutinador e facilitador para ações coletivas. A credibilidade gerada pela presença da Fiat. Quanto aos entraves destaca-se o histórico de promessas não cumpridas na comunidade e a implantação em um ano eleitoral
O papel da participação da comunidade no Árvore da Vida	Ainda que houvesse um desenho próprio para realização de suas ações, o Programa trouxe consigo uma diretriz clara de participação e sustentabilidade, onde a comunidade é chamada no médio prazo a assumir os rumos do seu desenvolvimento.
Avanços em termos de participação decorrentes do Programa Árvore da Vida	A conscientização da importância de uma abordagem coletiva dos problemas e recursos do território; o envolvimento das instituições e lideranças numa perspectiva de corresponsabilidade; a "tangibilização" das ações através de estudos que demonstram a evolução dos resultados; instrumentos e espaços de participação
Influência de Instituições e lideranças locais na participação	As lideranças influenciam positivamente em maior grau sobre os temas pertinentes às suas causas e a própria pessoa de cada um tem papel fundamental neste processo.
Desafios da participação	A incidência positiva na formulação das políticas públicas, planejamento coletivo local para busca de melhorias e enfrentamento de demandas. Tempo e pessoal capacitado e disponível para participar. A chegada de novas lideranças e atuação da juventude. Alteração do contexto de violência. A manutenção, animação e preservação da Rede, assim como a conscientização para a participação nos espaços de controle social. A continuidade do investimento social privado.

Perspectivas	Soma-se aos desafios a continuidade e amadurecimento dos atores locais para fazer da comunidade um local mais democrático e participativo.
--------------	--

Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise dos dados secundários e primários, tanto quantitativos quanto qualitativos coletados na presente investigação permitiu alcançar uma compreensão dos elementos dinamizadores e dos desafios ainda presentes para o avanço da participação nos processos de sustentabilidade do Jardim Terezópolis. Destaca-se nessa análise a relevância de compreender como é processada a intersetorialidade nos territórios enquanto elemento teórico-compreensivo para entender em que medida os atores locais avançam para conquistar novos espaços participativos, deparando com novas complexidades e desafios quanto à participação ou enfrentam retrocessos e se deparam com obstáculos de maior monta.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se considerar que a participação embora seja um tema que remonta a décadas de estudos na realidade brasileira ainda se configura como uma agenda de pesquisa que merece a devida atenção. Novas formas de sociabilidade, eventos na reconstrução cotidiana da cultura política e a centralidade de novos atores antes considerados secundários nos processos de análise participativa nos territórios. Notadamente as empresas através de suas políticas, estratégias e ações de responsabilidade social empresarial, aparecem como elementos que trazem ainda maior relevância para os estudos contemporâneos sobre os processos participativos, sobretudo no campo de conhecimento da Administração.

O caso em análise nessa dissertação remete a uma realidade social que é, infelizmente, muito comum a diferentes territórios no contexto brasileiro: desigualdade, precária infraestrutura de equipamentos e serviços públicos, ostracismo em relação aos mandatários do poder público local e grande vulnerabilidade social e ambiental. Essa é a realidade do Jardim Terezópolis.

Porém, a partir da conjugação de esforços, de uma parceria entre uma indústria montadora de automóveis e organizações da sociedade civil com expertise em desenvolvimento local, foi desenvolvido um programa que tem como um de seus pilares o avanço dos processos participativos protagonizados pelos atores locais, pelas lideranças e organizações da sociedade civil localizadas no Jardim Terezópolis. Diante desse contexto, a pergunta de pesquisa que guiou a investigação se destaca: **Quais os elementos facilitadores e dificultadores para a participação no Programa Árvore da Vida?**

Para dar conta dessa pergunta de partida, foram mobilizados diferentes abordagens, constructos teóricos, obras e autores, capazes de lançar olhares críticos sobre os processos de intersectorialidade, sobretudo das parcerias entre atores da sociedade civil, do Estado e do mercado; a sustentabilidade dos territórios, com destaque para a dimensão de participação dos atores locais que essa mudança socioproductiva e cultural das sociedades exige e na qual implica; a compreensão do território e as relações sociais que nela se materializam; e, por fim, do fenômeno da participação desde a sua compreensão conceitual mais ampla, até as formas de representação, legitimidade, institucionalização e reprodução do capital social que estão implicadas nos processos participativos.

Este estudo teve como primeiro objetivo específico: Identificar os atores locais envolvidos no Programa Árvore da Vida e sua forma de participação. Foram identificadas 30 instituições conforme tabela 5, destas 20 públicas e 11 da sociedade civil. Dentre as instituições, cinco de assistência, uma associação comercial, uma biblioteca, duas de defesa de direitos, sete de educação infantil, seis de educação formal, duas de esporte, lazer e cultura, duas de prevenção a criminalidade, uma do poder público municipal e uma de segurança pública. A participação destas organizações na RDSJT se dá através dos fóruns mensais, formulação da agenda anual de atividades, planejamento e realização de ações coletivas. Ao contrário das instituições da sociedade civil, que representam 1/3 do total da RDSJT, a rotatividade de pessoas nas instituições públicas incide negativamente para o fortalecimento dos vínculos e criação de sinergias.

Como segundo objetivo específico estabeleceu-se a análise da capacidade de representação das organizações da sociedade civil. Observou-se que as organizações da sociedade civil têm ampla respeitabilidade entre si e uma consciência da importância da construção de uma agenda comum para o desenvolvimento local, contudo não é possível afirmar que estas partem de um consenso amplo da comunidade.

No terceiro objetivo específico, buscou-se analisar a participação das organizações da sociedade civil nas instâncias de gestão do território. Acredita-se que a RDSJT se configurou como um primeiro grande passo para a consolidação de uma agenda e, por conseguinte um consenso a respeito dos objetivos da comunidade. A partir dos estudos foi possível perceber que embora haja algumas iniciativas, esta participação se configura num dos principais desafios da comunidade em termos de participação.

Como quarto e último objetivo específico procurou-se caracterizar o capital social do Jardim Terezópolis antes e depois da realização do Programa. Identificou-se que a comunidade dispõe de um importante conjunto de organizações da sociedade civil locais e lideranças mesmo antes do Programa Árvore da Vida, característica esta que favoreceu a instalação do programa na comunidade e o desenrolar de suas ações. Contudo, atualmente novos desafios se colocam aos processos participativos no Jardim Terezópolis, exigindo que os atores locais avancem para além de um conhecimento e atuação setorial, alcançando uma abordagem territorial mais articulada.

Ao analisar os elementos facilitadores e dificultadores para a participação no Programa Árvore da Vida, objetivo geral desta pesquisa, pode-se dizer que a partir dos dados coletados e análises realizadas, dentre os elementos facilitadores estão: o histórico

de lutas e conquistas da comunidade; o método escolhido para construção do Programa, que levou em consideração uma construção coletiva e as respostas projetuais alinhadas com demandas da comunidade, dentre outros fatores. Percebe-se que se trata de um território marcado por uma comunidade que estava sedenta por algo novo que pudesse fazê-la acelerar o movimento participativo já existente, mas que o fizesse a partir da valorização do capital social e dos avanços em termos de mobilização e engajamento cívico já existentes.

Dos pontos dificultadores, verificou-se que o passado político e experiências pregressas geraram momentos de desconfiança no momento de implantação do Programa. O descompasso do tempo e de movimento entre a comunidade, a FIAT e as organizações da sociedade civil gestoras do Programa, Fundação AVSI e CDM, também criaram no início uma dificuldade de adaptação. Diferentemente de uma linha de produção, uma comunidade tem tempos e capacidades próprias, das quais é necessário um amadurecimento para dar passos sucessivos em direção a mais e melhores processos participativos.

No decorrer do Programa, outros elementos dificultadores foram aparecendo, estando relacionados ao tempo que gestores e lideranças locais tem à disposição para participar dos espaços gerados pelo Programa e também de outras instâncias participativas como conselhos, conferências e audiências. Somado a isso, ainda aparece de forma negativa a rotatividade de pessoas nas instituições públicas e nas organizações da sociedade civil.

A partir do estudo realizado recomenda-se novos estudos para o aprofundamento das questões levantadas. Pode-se realizar nova pesquisa daqui alguns anos, discutindo as transformações nessa comunidade e a forma como continuará a se relacionar com a FIAT. Também novas pesquisas sobre as instâncias participativas criadas no território, como a RDSJT e sua relação com as organizações da sociedade civil locais se mostram muito frutíferas.

Além dessa agenda de pesquisas no território do Jardim Terezópolis, novas investigações capazes de comparar realidades territoriais diferentes, igualmente impactados por investimento social privado, se destacam como uma agenda de pesquisa muito relevante para o campo da Administração, em especial para a Gestão Social. Por fim, novas variáveis podem ser melhor problematizadas para se compreender com mais propriedade os vínculos entre faixa etária, gênero e nível de renda e a predisposição para a participação em territórios marcados pela vulnerabilidade social e ambiental.

Espera-se que esta pesquisa possa assim levar ao conhecimento de muitos as experiências realizadas neste território em busca da utopia de se viver em uma sociedade mais participativa e corresponsável pela superação dos problemas que afligem as comunidades na contemporaneidade, bem como inspirar outros estudos e iniciativas de promoção do desenvolvimento humano e social.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, R. (2004) Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo. 16(2), pp. 1-19.
- Almeida, F. (1999) *Empresa e responsabilidade social*. Gazeta Mercantil, 15 de jun.
- Andrade, M. C. (1971) *Geografia, região e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense.
- Andrade, M. C. (2006) *Geografia: ciência da sociedade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- Avritzer, L. (2007) Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, pp. 443 a 464.
- Barbosa, S. C. T.; Medeiros, J. J. (2005) Coordenação Interorganizacional na Implementação de Programas Públicos. *Revista Gestão e Planejamento*. Salvador, ano 6, n. 11, jan/jun.
- Baroni, M. (1992) Ambigüidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, 32(2): 14-24, abr/jun.
- Barquero, A. V. (2001) Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: FEE.
- Bier, C. A.; Feuerschütte, S. G.; Schmitz, L. C.; Bousfield, R.; Simm, T. A.; Pena, F. T. G. (2010) Sociedade, empresa e governo: uma experiência de implementação de um novo paradigma de democracia participativa. *Cadernos EBAPE*, 8(4), 580-599.
- Bourdieu, P. (1986). The forms of capital. In: *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Westport : Greenwood Press.
- Bordenave, J. E. D. (1994) *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense.
- Brugué, J. (2009). Una administración que habla es una administración que piensa: de la gestión pública a la administración deliberativa. Participación ciudadana... para una administración deliberativa. Dirección General de Participación Ciudadana, Departamento de Presidencia, Gobierno de Aragón, Zaragoza, p. 55-71.
- Bruneau, M. (1973) Dynamique des paysages et organization de l'espace dans l'aplaine de Sukhotai (Tailândia). *L'Espace Géographique*, Paris, n 3.
- Claro, P. B. O. et al. (2005) Entendemos sustentabilidade em sua plenitude. Análise de fatores que influenciam a interpretação do conceito. *XXIX Encontro Anpad*. Brasília: ANPAD.

Dagnino, E. (2002) Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, p. 279-301.

Dallabrida, V. R.; Siedenberg, D. R.; Fernández, V. R. (2004) Desenvolvimento Territorial: uma revisão teórica na perspectiva da territorialização do desenvolvimento. Wittmann, M.; Ramos, M. P. (orgs.). *Desenvolvimento Regional – Capital Social, Redes e Planejamento*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 101-133.

Dallabrida, V. R. (2007) A gestão social dos territórios nos processos de desenvolvimento territorial: uma aproximação conceitual. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2.

Dallabrida, V. R. (2011). Economia, Cultura e Desenvolvimento: uma primeira aproximação sobre as origens teóricas da abordagem do tema. *Gestão & Desenvolvimento Regional*, 7 (2), mai/ago, 282-299. Taubaté, SP, Brasil.

Damiani, A. L. (1999) *O Espaço no fim de Século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto.

Dowbor, L. (2002) *Parcerias e alianças: o bom senso na gestão social: uma abordagem conceitual*. São Paulo: PUC São Paulo, documento para discussão.

Drucker, P. F. (1981) *Fator Humano e desempenho: o melhor de Peter F. Drucker sobre administração*. São Paulo: Pioneira.

Eisenhardt, K. (1989). Building Theories from Case Study research. *Academy Of Management Review*, Standford, 14(4). pp. 532-550.

Fischer, R. M. (2005) Estado, Mercado e Terceiro Setor: uma análise conceitual das parcerias intersetoriais. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 5-18, jan./fev./mar.

Fischer, R. M.; Mendonça, L. R.; Bose, M. (2003) Desafios da Atuação Social através de Alianças Intersetoriais. *Seminários em Administração*. São Paulo: FEA-USP.

Fischer, T. (1996) Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local. In: Fischer, T. (Org.) *Gestão estratégica: cidades estratégicas e organizações local*. Rio de Janeiro: FGV.

Fischer, R. M. (1999) Cidadania Organizacional: um caminho de desenvolvimento In: *Universidades Corporativas: Educação para as empresas do século XXI*. São Paulo: Shumukler Editores Ltda.

Fischer, R. M. *et al.* (2005) Sustentabilidade sócio-ambiental através de alianças estratégicas intersetoriais. In: *Conferencia Latinoamericana Y Del Caribe*, 5., 2005, Lima: ISTR, Universidad Ricardo Palma, p. 1-16.

Fligstein, N. (1996). Market as politics: a political-cultural approach to market institutions. *American Sociological Review*, 61, pp. 656-673.

- Franco, A. (2005) A nova sociedade civil e seu papel estratégico para o desenvolvimento. In: LEVY, E.; DRAGO, P. A. (orgs). *Gestão pública no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundap: Casa civil, pp. 97-163.
- Franco, A. (2008) *Escola de redes: tudo que é sustentável tem o padrão de rede: sustentabilidade empresarial e responsabilidade corporativa no século 21*. Curitiba: Arca — Sociedade do Conhecimento.
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic Management: A Stakeholder Approach*, Boston: Pitman.
- Friedman, M. (1970) The Social Responsibility of Business Is to Increase Its Profits. *New York Times Magazine*, 32.
- Gatti, F. (1994) Territorio e sviluppo del locale il microsystema territoriale. Magnaghi, A. (org). *Il Territorio dell'Abitare: lo sbiluppo locale come alternativa strategica*. Franco Angeli: Milão.
- Frey, K. (2007) Governança urbana e participação pública. RAC-eletrônica: Revista de Administração Pública, v. 1, n. 1, p. 136-150.
- Guivant, J. S. (2002) Sustentabilidade e métodos participativos: os riscos dos pressupostos realistas. *Anais do Congresso Mundial da International Sociological Association*. Brisbane, Austrália: jul.
- Gohn, M. G. (1997) *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira*. São Paulo: Cortez.
- Grau, N. C. (1998) *Repensando o público através da sociedade: novas formas de gestão pública e representação social*. Rio de Janeiro: REVAN; Brasília, DF; ENAP, dezembro.
- Hobbes, T. (1991) *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. São Paulo, Abril Cultural.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2001). *A Iniciativa Privada e o Espírito Público*. Brasília.
- Jacobi, P. (2005) Educar para a Sustentabilidade: complexidade, reflexividade, desafios. *Revista Educação e Pesquisa*, vol. 31/2- maio-agosto.
- Junqueira, L. A. P. (2000) Intersetorialidade, transectorialidade e redes sociais na saúde. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro 34(6):35-45, Nov. /Dez. 2000.
- Junqueira L.A.; Inojosa, R. M.; Komatsu, S. (1998) Descentralização e intersectorialidade: na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza. Caracas: UNESCO/CLAD. Série Concurso de Ensayos CLAD.

- Knopp, G.; Alcoforado, F. (2010) Governança Social, Intersetorialidade e Territorialidade Em Políticas Públicas: O Caso da Oscip Centro Mineiros de Alianças Intersetoriais (CEMAIS). *Anais do III Congresso Consad de Gestão Pública*. Brasília: CONSAD.
- Lavalle, A.; Castelo, G. (2008) Sociedade, representação e a dupla face da *accountability*: cidade do México e São Paulo. *Caderno CRH*, v. 21, n. 52, p. 67-86, .
- Layrargues, P. P. (1998). *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume.
- Lelé, S. (1991) Sustainable Development: a critical review. *World Development*, v. 19, no. 6, pp. 607-621.
- Levésque, B. (2007) Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, vol. 47, no. 2, abr/jun, pp. 49-60.
- Lüchmann, L. H. H. (2007) A representação no interior das experiências de participação. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 70, pp. 139-170.
- Lüchmann, L. H. H. (2011) Associações, participação e representação: combinações e tensões. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (84), 141-174
- Machado, G.; Saquet, M. A. (2010) Espaço, território, paisagem: em busca de uma ligação conceitual. *Revista Varia Scientia*, v.10, n17.
- Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. (2011) *Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas.
- Melo Neto, F. P.; Froes, C. (1999) *Responsabilidade social & cidadania empresarial: a administração do terceiro setor*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Melo Neto, F. P.; Froes, C. (2001) *Gestão da Responsabilidade Social e Corporativa: O caso Brasileiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora.
- Milani, C. (2005) *Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia*. Salvador/BA: UFBA / FAPESB. Relatório de pesquisa.
- Milani, C. (2008) O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro 42(3):551-79, maio/jun.
- Moura, Joana Tereza Vaz de; SILVA, Marcelo Kunrath. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 16, supl. Aug. 2008 .
- Pateman, C. *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

- Putnam, R. (1995) Bowling Alone: America's Declining Social Capital. *Journal of Democracy*, jan, v. 6, n. 1, pp. 65-78.
- Putnam, R. D. (2000) *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- Rocha, A. C.; Spaniol, E. L.; Schommer, P. C.; Sousa, A. D. (2012) Coprodução do controle como bem público essencial à *accountability*. Rio de Janeiro Anais do XXXVI Encontro da ANPAD, 36.
- Sachs, I. (1988). *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento*. São Paulo: Vértice.
- Sachs, I. (1996) *Desenvolvimento sustentável*. Brasília: Ibama, 1996. (Serie Meio ambiente em debate, 7).
- Sachs, I.; Lopes, C.; Dowbor, L (2010) *Crises e oportunidades em tempos de mudança*, 15 p. (www.dowbor.org).
- Santos, M. (1988) *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (1999). O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, 8(2), pp.15-26.
- Santos, M. (2002) *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 7ª edição, São Paulo Hucitec.
- Saquet, M. A. (2003) *Os Tempos e os territórios da Colonização Italiana*. Porto Alegre: EST Edições.
- Saquet, M. A. (2010) Contribuições para o entendimento da obra de Manuel Correia de Andrade: Geografia, região, espaço e território. *GEO UERJ* Ano12 Nº21.
- Saquet, M. (2012). O Território no ensino-aprendizagem de Geografia. *Geo UERJ*, 2(23), 699-716
- Selsky, John. W.; Parker, Barbara. *Cross-Sector Partnerships to Address Social Issues: Challenges to Theory and Practice*. Journal of Management. 2005.
- Swedberg, R. (2004). *Sociologia Econômica: hoje e amanhã*. *Tempo social*, 16 (2), pp. 7-34.
- Teodosio, A. S. S. (2008b) *Inflexões entre o Público e o Público: as Empresas nas Encruzilhadas da Cidadania Socioambiental no Brasil*. Anais do EnAPG Salvador.
- Teodósio, A. S. S. (2008a). *Parcerias Tri-Setoriais Na Esfera Pública: perspectivas, impasses e armadilhas para a modernização da gestão social no Brasil*. Tese de doutorado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil.

Teodósio, A. S. S. (2009) Parcerias Tri-Setoriais: em busca de seus desdobramentos sobre a cidadania na América Latina. In IX Congresso Anual de Investigación sobre El Tercer Sector em México. VII Conferencia Regional Istr América Latina Y El Caribe.

Vasconcelos, Isabella Francisca Freitas Gouveia de, Alves, Mario Aquino, & Pesqueux, Yvon. (2012). Responsabilidade social corporativa e desenvolvimento sustentável: Olhares Habermasianos. *Revista de Administração de Empresas*, 52(2), 148-152.

Vieira, L. (2001) Os argonautas da cidadania – a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record.

Yin, R. K. (2005). Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 3.

Zonneveld, I. S. (1986) Land ecology: an introduction to landscape ecology as a base to land evaluation, land management and conservation. Amsterdam: S. P. B. Academic Publishing.

Zouain, D. M.; Sauerbronn, F. F. (2002) Desenvolvimento da Dimensão Comunitária da Responsabilidade Social das Organizações: um estudo de caso sobre a LIGHT e suas contribuições para o desenvolvimento humano sustentável, a inclusão social e a cidadania. *Anais do EnANPAD*.

APÊNDICE 1

Questionário

Para cada afirmativa abaixo marque se discorda ou concorda de acordo com as opções de 1 a 5.

	Discordo totalmente	Discordo em parte	concordo nem	Concordo em parte	Concordo totalmente
	1	2	3	4	5
1. Ao participar do Árvore da Vida tive maior conhecimento de meus direitos e deveres.					
2. Ao participar do Árvore da Vida a minha autoestima melhorou.					
3. Ao participar do Árvore da Vida percebo que a minha capacidade de falar em público melhorou.					
4. Ao participar do Árvore da Vida conheci os meios para buscar melhorias para a comunidade.					
5. Ao participar do Árvore da Vida passei a me interessar mais pelos assuntos relacionados à comunidade.					
6. Ao participar do Árvore da Vida estou mais disposto a colaborar com as pessoas da comunidade.					
7. Depois da participação no Árvore da Vida busco melhorias para comunidade.					
8. Sou interessado por assuntos de relacionados a política e economia em jornais e noticiários.					
9. Participo de conferências, conselhos da criança e do adolescente, tutelar, orçamento participativo e outros.					
10. No momento das eleições, avalio o passado político e propostas dos candidatos.					
11. Após as eleições acompanho o trabalho dos candidatos eleitos.					
12. O Árvore da Vida estimulou a participação da comunidade em conferências, fóruns, conselhos e orçamento participativo, dentre outros.					
13. A comunidade está mais participativa após a chegada do Árvore da Vida.					
14. As instituições da comunidade estão mais integradas após o Árvore da Vida.					
15. Minha proximidade com os profissionais do Árvore da Vida é muito boa.					
16. Ao participar das atividades no Árvore da Vida exponho meu ponto de vista e quando necessário sugiro melhorias.					
17. Minha proximidade com as lideranças da comunidade					

é muito boa.					
18. Sei citar pelo menos dois nomes de lideranças ativas da comunidade.					
19. Minha proximidade com o(s) político(s) que representa(m) a comunidade é muito boa.					
20. Sei citar pelo menos dois nomes de políticos que representam a comunidade.					
21. Minha proximidade com a FIAT é muito boa.					
22. Minha proximidade com a Prefeitura de Betim é muito boa.					
23. Depois de participar do Árvore da Vida exponho minhas opiniões com mais facilidade.					
24. Sinto-me representado por quem fala em meu lugar.					
25. Depois de participar do Árvore da Vida minha expectativa diante do futuro melhorou.					
26. Depois do Árvore da Vida as instituições estão mais preparadas para discutir como a Prefeitura deve realizar projetos na comunidade.					
27. As instituições depois do Árvore da Vida estão mais preparadas para discutir a quantidade de dinheiro necessária para investir na comunidade.					
28. A comunidade se sente à vontade para sugerir atividades no Árvore da Vida.					
29. A comunidade é envolvida na definição das atividades do Árvore da Vida.					
30. Acredito que as lideranças da comunidade sabem o que é melhor para a minha comunidade.					
31. As lideranças da comunidade estão mais integradas para trabalhar em prol da comunidade.					
32. As lideranças da comunidade estão mais envolvidas com projetos que atuam na comunidade.					
33. As lideranças da comunidade opinam como os projetos devem atuar na comunidade.					
34. As lideranças opinam sobre quem deve ser beneficiado pelo Árvore da Vida.					
35. As lideranças opinam sobre quais regiões da comunidade o Árvore da Vida deve atuar.					
36. Atualmente a comunidade tem lideranças jovens.					
37. Atualmente a comunidade não sofre com problemas de violência e segurança.					
38. Atualmente a comunidade não sofre com problemas na área de educação.					
39. A comunidade dispõe de espaços e atividades para					

lazer e cultura.					
40. Atualmente a comunidade não sofre com problemas de acesso aos serviços de saúde.					
41. Atualmente a comunidade não sofre com problemas de acesso ao trabalho e renda.					
42. A comunidade tem ofertas de projetos de esporte, lazer e cultura.					
43. Os políticos visitam a comunidade fora da época das eleições					
44. As pessoas da comunidade se comunicam com os políticos que as representam.					
45. No futuro teremos uma educação de qualidade na comunidade.					
46. No futuro teremos mais pessoas envolvidas com a educação na comunidade.					
47. No futuro irei participar ativamente para melhorar a educação na comunidade					
48. No futuro as pessoas da comunidade terão mais oportunidades de qualificação profissional.					
49. No futuro as pessoas da comunidade terão mais oportunidades de trabalho.					
50. Futuramente a comunidade contará com oportunidades de lazer e cultura.					
51. As pessoas da comunidade irão participar dos espaços de lazer e cultura.					
52. Futuramente a comunidade contará com policiamento efetivo.					
53. Futuramente as pessoas da comunidade poderão transitar livremente entre as comunidades próximas					
54. Futuramente haverá maior sentimento de segurança e tranquilidade na Comunidade.					

Questões demográficas

1-Você está em qual categoria?	() 1-Jovens () 3-Lideranças
2-Idade	() anos
3-Sexo	() 1-Masculino () 2-Feminino
4-Comunidade	() 1-Jardim Terezópolis () 2-Vila Recreio () 3-Vila Bemge
5-Anos que participa no Árvore	() anos
6 - Escolaridade	() 1-Ens. Fundamental () 2-Ens. Médio () 3-Superior
7 - Religião	() 1 - Católica () 2 - Evangélica () 3 - Espírita () 4 - Outra () 5 - Sem religião
8 - Raça	() 1 - Branca () 2 - Preta () 3 - Amarela () 4 -

	Parda () 5 - Indígena
9- Renda mensal	() 1 - Não tem () 2 - Até ½ Salário () 3 - Acima ½ a até 1 Salário () 4 - Acima 1 a até 2 Salários () 5 - Acima 2 a até 3 Salários () 6 - Acima de 3 Salários

APÊNDICE 2

Roteiro de Entrevista

1. Fale sobre a sua trajetória e envolvimento no Programa Árvore da Vida.
2. Para você, o que é a participação da comunidade em projetos sociais?
3. Qual o papel da participação da comunidade no Árvore da Vida?
4. Quais são os espaços mais importantes de participação da comunidade no programa?
5. Como era o senso de participação e protagonismo da comunidade antes do programa Árvore da Vida?
6. Quais eram as características locais que mais facilitaram a participação da comunidade no programa? E as características que mais dificultaram?
7. Atualmente, como a cultura local influencia o senso de participação e protagonismo da comunidade?
8. O senso de participação da comunidade avançou? Quais são os elementos que mais contribuíram para isso? Qual foi papel do programa nesse avanço?
9. Existem avanços que não são decorrentes do programa? Explique.
10. Quais são os desafios a superar em termos de participação da comunidade?
11. Quais são as instituições e lideranças mais representativas no programa? Como é relação dessas instituições e lideranças com a comunidade? Qual o impacto delas no senso de participação e protagonismo de toda a comunidade?
12. Como era o diálogo da comunidade com o **poder público** antes do Árvore da Vida? E depois do programa?
13. É possível perceber o acesso aos meios de controle social por parte de lideranças e instituições? Quais foram os avanços e quais são os desafios?
14. Como era o diálogo da comunidade com os **políticos da região** antes do Árvore da Vida? E depois do programa? O que precisa avançar ainda?
15. Como era o diálogo da comunidade com a **Fiat** antes do Árvore da Vida? E depois do programa? O que precisa avançar ainda?
16. Como era o diálogo da comunidade com a **Gestão do Programa** no início do Árvore da Vida? E nos tempos atuais? O que precisa avançar ainda?
17. Que temas mobilizam mais para a participação da comunidade? Existem temas mais relevantes entre as crianças? E entre os jovens e adolescentes? E entre os adultos e instituições?

18. A participação pode trazer problemas para um programa de desenvolvimento local?
Quais são esses problemas vivenciados no Árvore da Vida?
19. Como a comunidade discute seus problemas e define posições coletivas?
20. Como a comunidade lida com o conflito nos processos de participação?
21. Houve avanços de participação da comunidade nas seguintes dimensões:
- Na definição do que fazer? (agenda)
 - Na discussão de questões orçamentárias ou financeiras? (quanto)
 - Na forma como políticas, programas e projetos devem atuar na comunidade? (como fazer)
 - Na definição de quem deve ser beneficiado pelo Árvore? (quem)
 - Na definição de onde o Árvore da Vida deve atuar dentro do território da comunidade? (onde)
22. Qual a sua expectativa em termos de participação da comunidade para os próximos 10 anos do programa?

Organização/Instituição:

Cargo do entrevistado:

Escolaridade:

Estado civil:

Número de filhos:

Tempo de envolvimento com o programa:

Tempo de atuação na área social:

APÊNDICE 3 - Conteúdo Programático Percurso Educativo

Eixos temáticos Públicos de 12 á 15 Percurso Creser - Formação Humana				
Eixo 1 - A identidade do Eu	Eixo II - O Eu em Desenvolvimento	Eixo III - Desenvolvendo a Espiritualidade	Eixo IV - O Eu como Protagonista	Eixo V - O Eu que constrói, constrói-se através de uma ação concreta - introdução ao mundo do trabalho.
Escopo: Ajudar o adolescente e o jovem a se conhecer e começar a colocar-se ante as perguntas elementares.	Escopo: Ajudar ao adolescente e o jovem a conhecer e entender o desenvolvimento e transformações vividas, para poder afirmar o Eu em sua plenitude.	Escopo: Alimentar o humano e a fé nos adolescentes e jovens para que possam aprender a dar significado à totalidade da vida.	Escopo: Apoiar o adolescente e o jovem que se desenvolvem aprender a firmar "Eu" diante da vida.	Escopo: Apoiar o jovem para que seu Eu possa ganhar expressividade através de uma ação concreta - introdução ao mundo do trabalho.
Temas sugeridos por eixo temático				
Percepção e descoberta do Eu : *Nome, como se apresenta e como deseja ser chamado, etc... *Como me vejo, auto imagem. *Como os outros me vêem; *Auto Estima. *Essência e aparência. O Eu em ação *Formas de expressão humana e seus significados. *Qualidade e limites pessoais *Fatos/elementos que me movem e/ou paralisam. O Eu e o Outro *Outros de relacionamento. *Um outro que me introduz e torna viva a minha tradição. *Grupos de relacionamento. Desejo e Expectativas *Sonho, vontade e desejo. *Desejos do coração. *Desejos fabricados (papel da mídia, a turma, etc). *Felicidade e desejos.	Mudanças no desenvolvimento Psicologia, intelectual e emocional; *Aprendizagens *Confiança *Medos *Certezas *Experiências Crescimento e desenvolvimento físico - Mudanças no Corpo *Conhecimento e respeito ao próprio corpo (a procura do médico, vacinas na adolescência, alimentação); *Saúde e doenças sexualmente transmissíveis. *Afetividade e sexualidade. *Masculino e feminino papéis e estereótipos. Crescimento e desenvolvimento relacional *Desejo de pertencer Necessidades de um referente adulto: guia; alguém a quem seguir. *Modelos/ídolos. *Como vejo o grupo *Como o grupo me vê. *Convivência.	Valorização e significado da vida *Crença *Certezas *Medos *Fé *Amor *Perguntas essenciais *Religião	O Eu como Protagonista na Família *Descobrir as próprias origens - memórias e tradição. O Eu como protagonista na escola *Mestre e referência. *Desejo de aprender . *Como estudar. *Respeito e solidariedade entre colegas. *Vivendo e cuidando do espaço escolar. *Semelhanças e diferenças. *Afinidades. *Liderança. O Eu como protagonista na comunidade. *Identidade e grupo/turma *Respeito e aceitação *Escolhas pessoais e pressão do grupo *Espaço e lugar de vivência *Contexto social local *Constrir em grupo O eu como protagonista em relação a própria vida *Valores para vida *Cultura *Escolhas *Referencias	Projeto de vida *Observar e seguir *Criatividade *Habilidades *Presente, passado e futuro *Estabelecendo metas *Tomadas de decisão *O papel da escola *Concepção e valor do trabalho *A escolha profissional *Postura e valores no trabalho

